



República Federativa do Brasil

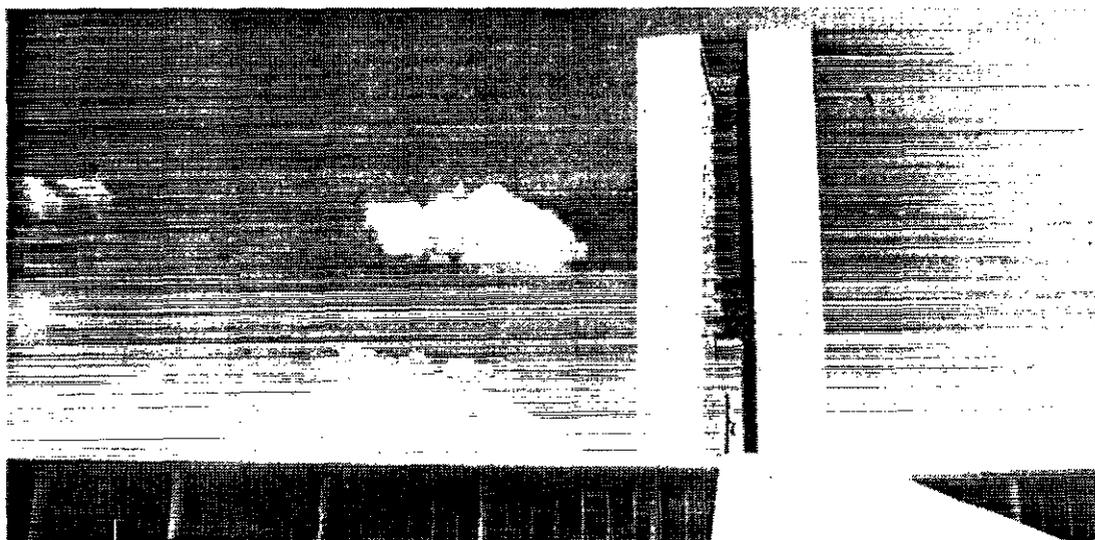
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXXVIII — Nº 110

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 7 DE SETEMBRO DE 1983



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 145ª SESSÃO,
EM 6 DE SETEMBRO DE 1983

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Ofício do Sr. 1º
Secretário da Câmara dos Deputados

Encaminhando autógrafo do seguinte projeto:

— Projeto de Lei da Câmara nº 7/83 (nº 80/83, na Casa de origem), que altera a composição e a organização interna dos Tribunais Regionais do Trabalho que menciona, cria cargos, e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei nº 7.119, de 30 de agosto de 1983).

1.2.2 — Discursos do Expediente

SENADOR JOSÉ IGNÁCIO — Responsabilidade da União Fede-

ral nas irregularidades havidas nas empresas do grupo Coroa.

SENADOR HUMBERTO LUCENA — Liberação de recursos financeiros destinados ao plano de erradicação do "bicudo" em aldeias da Paraíba.

SENADOR JOSÉ FRAGELLI — Solidariedade à ação dos governos estadual e federal em defesa da ecologia do patanal mato-grossense.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 758/83, de autoria do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado dos discursos proferidos pelo Vice-Presidente da República, Aureliano Chaves e pelo Presidente João Baptista Figueiredo, quando da solenidade em que reassumiu o cargo, no dia 26 de agosto de 1983, no Palácio do Pla-

nalto. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 15/81 (nº 1.909/79, na Casa de origem) que acrescenta parágrafo ao art. 129 do Código Penal, instituído pelo Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Discussão encerrada**, voltando às comissões competentes, em virtude de recebimento de emenda em plenário.

— Projeto de Lei da Câmara nº 79/81 (nº 3.247/80, na Casa de origem) que dispõe sobre a obrigatoriedade de aplicação em projetos específicos dos créditos e financiamentos de organismos governamentais e daqueles provenientes de incentivos fiscais. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 34/82 (nº 452/79, na Casa de origem) que modifica a redação do caput do art. 10 da Lei nº 5.108, de 21

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Nilo Coelho, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 335, DE 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de Cavalcante, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 11.290.000,00 (onze milhões, duzentos e noventa mil cruzeiros).

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Cavalcante, Estado de Goiás, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 11.290.000,00 (onze milhões, duzentos e noventa mil cruzeiros), junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à implantação de meios-fios e galerias pluviais, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 6 de setembro de 1983. — Nilo Coelho, Presidente.

Ata da 145ª Sessão, em 6 de setembro de 1983

1ª Sessão Legislativa ordinária,
da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Lenoir Vargas

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS. ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Fábio Lucena — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — José Lins — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Nilo Coelho — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — José Ignácio — Gastão Müller — José Fragelli — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas). — A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

EXPEDIENTE					
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL					
<p>AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>ALOISIO BARBOSA DE SOUZA Diretor Executivo</p> <p>LUIZ CARLOS DE BASTOS Diretor Industrial</p> <p>RUDY MAURER Diretor Administrativo</p>	<p style="text-align: center;">DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL</p> <p style="text-align: center;">Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal</p> <p style="text-align: center;">ASSINATURAS</p> <p>Via Superfície:</p> <table style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%;">Semestre</td> <td style="text-align: right;">Cr\$ 3.000,00</td> </tr> <tr> <td>Ano</td> <td style="text-align: right;">Cr\$ 6.000,00</td> </tr> </table> <p style="text-align: right;">Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00 Tiragem: 2.200 exemplares</p>	Semestre	Cr\$ 3.000,00	Ano	Cr\$ 6.000,00
Semestre	Cr\$ 3.000,00				
Ano	Cr\$ 6.000,00				

de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito. **Discussão encerrada**, voltando à comissão competente, em virtude de recebimento de emenda em plenário.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR JOSÉ LINS — Resposta à nota do Instituto dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro, intitulada "Advertência à Nação", a respeito da validade de dados estatísticos e do comportamento do Dr. Jessé Montello à frente do IBGE, objeto de discurso

do Sr. Roberto Saturnino, em sessão anterior.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — 50º aniversário da Associação Sergipana de Imprensa.

SENADOR GASTÃO MÜLLER — Moção da Bancada do PMDB, da Câmara de Vereadores de Cuiabá-MT, de repúdio a arbitrariedade policiais praticadas naquela capital.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — REPUBLICAÇÃO

— Trecho da Ata da 139ª Sessão, realizada em 30-8-83.

3 — PORTARIA DO SR. DIRETOR-GERAL

— Nº 31, de 1983

4 — ATAS DE COMISSÕES

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

É lido o seguinte

EXPEDIENTE OFÍCIO

Do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 609/83, de 5 de setembro do corrente ano, encaminhando autógrafa do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1983 (nº 80/83, na Casa de origem), que altera a composição e a organização interna dos Tribunais Regionais do Trabalho que menciona, cria cargos, e dá outras providências.

(Projeto que se transformou na Lei nº 7.119, de 30 de agosto de 1983).

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — O Expediente lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador José Ignácio.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO PRONUNCIADA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Com a palavra o nobre Senador Odacir Soares. (Pausa.)

S. Exª está ausente.

Com a palavra o nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Já não bastasse ao Nordeste o drama das secas, levando ao desespero milhões de brasileiros, vê-se o nordestino também atingido, na luta pela preservação de sua agricultura, por pragas que dizimam os seus produtos, num somatório de adversidades que põe em dúvida o próprio sertanejo se, perante toda essas agruras, pode ele, ainda, considerar-se "antes de tudo, um forte".

A cotonicultura paraibana e nordestina está, rapidamente, sendo destruída e fadada ao desaparecimento se, urgentemente, não forem liberados os recursos necessários para o combate ao chamado "Bicudo do Algodoeiro" que, celeremente, vai corroendo o algodão, produto dos mais rentáveis da agricultura de meu Estado e do Nordeste.

No estágio atual de mais essa calamidade que se abate sobre o Nordeste, quase duas dezenas de municípios na Paraíba sofrem o flagelo do "bicudo". E a proliferação dessa praga caminha tão rapidamente, já se ramificando para o sertão que, não oferecidos a tempo os recursos para o Estado da Paraíba e para o Nordeste, o Plano de Erradicação do Bicudo, elaborado pela Secretaria de Agricultura da Paraíba, pelo Ministério da Agricultura e pelo Centro Nacional de Pesquisa do Algodão, ficará apenas no papel, e a cotonicultura deixará de existir.

Para se ter uma idéia da rapidez com que a praga extermina o algodão, basta dizer que, em julho deste ano,

seis municípios estavam contaminados pelo "bicudo". Em agosto, vinte municípios já estão sentindo o efeito da praga, o que representa, no momento, trinta mil hectares de área onde se cultiva o algodão herbáceo.

O Plano de Erradicação do Bicudo na Paraíba envolve indenizações pela remoção de plantios, pela queima de restos culturais; envolve gastos com material de consumo, equipamentos, custeio pessoal, serviços de terceiros e reserva técnica.

Acresce, ainda, a circunstância de que faz parte dos gastos, as indenizações, não somente pela remoção dos algodoeiros, mas, também, pela eliminação de outras culturas como, por exemplo, as do milho e do feijão, que são plantadas, em consórcio, com o algodão, evidenciando-se, entretanto, que a maior parcela das indenizações caberia às plantações de algodão, cerca de seis bilhões de cruzeiros.

Toda essa operação para a erradicação do "bicudo", na Paraíba, depende de recursos financeiros estimados em mais ou menos nove bilhões de cruzeiros. Todo o sucesso do Plano está jungido à liberação desses recursos, sem o que, como já afirmei, o algodão deixará de existir na Paraíba, no Nordeste, enfraquecendo ainda mais a economia nordestina e levando mais sofrimento ao sertanejo, já por demais sofrido.

O cronograma de liberação de recursos para o extermínio do "Bicudo do Algodoeiro", tal como foi delineado para a perfeita execução do Plano, demonstra duas datas para que esses recursos chegassem à Paraíba. Assim, a 3 de agosto, quatro bilhões e meio já deveriam estar liberados, sendo a segunda parcela, também de quatro bilhões e meio, liberada a 15 de agosto, perfazendo-se, então, o total de nove bilhões de cruzeiros necessários à erradicação da praga em toda a área infestada.

Entretanto, pelo que estou informado, até a presente data, foram liberados, em termos de recursos, para a erradicação do "bicudo" pelo Governo Federal, apenas setecentos milhões de cruzeiros, do total dos nove bilhões, o que leva ao desalento, mais uma vez, o paraibano, o nordestino. Enquanto isso a praga vai-se alastrando por todo o Estado, e, naturalmente, chegará breve a todo o Nordeste.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Plano de Erradicação do Bicudo na Paraíba merece todo o apoio. Elaborado dentro de uma tecnologia perfeita, visualizando todos os aspectos econômico-sociais relacionados com a praga, sua execução, seu sucesso, no entanto, depende da imediata liberação dos recursos necessários. Aos agricultores das áreas infestadas, pede-se que acabe com o "bicudo". A eles se pede que arranque e queime seu algodão

contaminado, pois o Governo pagará o seu prejuízo. Mas o que fará o cotonicultor se souber que o Governo não tem os recursos necessários para indenizá-lo? Procurará, evidentemente, preservar o seu algodão, usando de técnicas não aconselhadas, por vezes primárias, que não levarão ao extermínio completo da praga. Com isso, a migração do "bicudo" será fatal para a cultura do algodão e a economia nordestina se esfacelará ainda mais.

Aliás, Sr. Presidente, Srs. Senadores, lembro-me bem que há meses alguns Senadores com assento nesta Casa discutiram este assunto, quando a praga do "bicudo" começou a aparecer, se não me engano, em São Paulo, e temia-se que ela, justamente fosse contaminar algodões de outras regiões do País, inclusive o Nordeste. O alerta era mais do que oportuno, como se pode verificar a esta altura.

O Sr. Passos Pôrto — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Pois não.

O Sr. Passos Pôrto — Eu gostaria de me solidarizar com V. Ex^a, no instante em que traz ao conhecimento da Casa a propagação do "bicudo" em algodões do Nordeste. V. Ex^a acabou de se referir que há tempos tivemos a oportunidade de discutir isto aqui com o nobre Senador José Lins, quando a EMBRAPA preparou um projeto de defesa dos algodões de São Paulo, já delimitados, para combater o terrível coleóptero, que é, sem dúvida alguma, a pior praga do algodão em todo o mundo. Naquela época estabeleceu-se uma controvérsia entre o projeto da EMBRAPA e o da Universidade de Campinas. A Universidade de Campinas gostaria de fazer o combate biológico e não a erradicação dos algodões, a fim de evitar grandes gastos propostos pelo Ministério da Agricultura para o combate a essa praga. Eu creio, nobre Senador Humberto Lucena, de que a praga está adquirindo dimensão e gravidade, sobretudo porque atinge uma das culturas mais resistentes à seca, que é a cultura algodoeira, e, no Nordeste, com um agravante, porque lá existe o algodão de seridó, aqueles algodões que são permanentes, e não o algodão herbáceo de São Paulo, que tem um ciclo anual. De modo que V. Ex^a receba a nossa solidariedade, para que os recursos sejam logo destinados, sobretudo para pagar aos proprietários dos algodões velhos, que têm de erradicá-los, como forma de cercar o ciclo biológico da praga.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Muito obrigado a V. Ex^a, que é um técnico de renome, um agrônomo dos mais competentes que esta Casa bem conhece, e que por isso mesmo, melhor do que ninguém está abalizado a dar essa solidariedade. E, justamente, nobre Senador Passos Pôrto, o temor que nós temos na Paraíba, cuja economia, já combatida por outros fatores, inclusive seca de cinco anos etc., se baseia fundamentalmente em algumas culturas agrícolas, entre as quais a do algodão, é que essa praga se estenda às Zonas do Seridó, do Cariri, e do Seridão, onde se produz o algodão mocó, o algodão de fibra longa, que, como diz V. Ex^a, é uma árvore mais duradoura em relação ao herbáceo, que tem apenas a existência de um ano.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, faço, assim, desta tribuna, veemente apelo, no sentido de que sejam liberados, urgentemente, os recursos financeiros de que necessita o Plano de Erradicação do Bicudo na Paraíba para a sua execução plena, tendo em vista inclusive, que, há poucos dias numa reunião, em Campina Grande, no Centro Nacional de Pesquisa do Algodão, o Sr. Ministro da Agricultura, Amaury Stabile, viu de perto a ameaça que significa essa praga para os algodões não só do meu Estado, mas de todo o Nordeste. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Com a palavra para uma breve comunicação, o Senador José Fragelli.

O SR. JOSÉ FRAGELLI (PMDB — MS. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Todos temos acompanhado, pela imprensa a ação das forças combinadas, federais e estaduais, no combate àqueles que, no pantanal de Mato Grosso, vêm devastando parte de sua fauna, principalmente com a matança de jacarés.

Nestes últimos dias, forças do Exército e das Polícias dos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul intensificaram as suas operações com os melhores resultados e, consoantes o que temos visto na imprensa, tem-se realizado inclusive a prisão daqueles que são conhecidos como os chefes organizadores dos bandos que operam no grande Pantanal Mato-grossense.

Ainda há pouco, Sr. Presidente, indo ao meu gabinete, tive informação telefônica de Corumbá, que, digamos assim, é como que a Capital do Pantanal, é a grande cidade do Pantanal de Mato Grosso, no sentido de que têm havido verdadeiros choques armados entre os chamados coureiros, os bandos de assaltantes, de destruidores da fauna pantaneira e as forças das autoridades federais e estaduais, com, inclusive, mortes de lado a lado, porque, conforme nos foi comunicado, chegaram a ser violentos alguns embates com a troca de tiros de metralhadoras, entre as tropas oficiais e os bandos criminosos.

Soubê, também, que o Sr. Ministro da Justiça, que já foi ao Pantanal, diante da gravidade da situação, dos choques que têm havido nestes últimos dias, dispôs-se a ir novamente aos dois Estados, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, na área do Pantanal, para acompanhar pessoalmente as operações que lá se desenvolvem.

Eu, Sr. Presidente, que levantei por duas ou três vezes essa questão aqui no Senado, quero emprestar a minha solidariedade — e estou certo, da Bancada dos dois Estados, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul — à ação das autoridades federais e estaduais, inclusive fazendo uma referência, porque bem o merece, especial ao ilustre Ministro Abi-Ackel que tomou a peito, segundo tudo indica, resolver, de uma vez por todas, esse problema.

Nós aqui fazemos as nossas críticas ao Governo, do que se queixa muito o eminente Líder Senador José Lins, mas nós também estamos sempre prontos, com a nossa presença, a fazer aquelas referências às autoridades governamentais, quando elas realmente desenvolvem uma ação, uma atividade em favor dos interesses sociais, dos interesses públicos, dos interesses do Estado.

O Sr. José Lins — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Com muito prazer.

O Sr. José Lins — Senador José Fragelli, considero a crítica o instrumento mais importante do sistema democrático. Sem ela, certamente, não haverá nenhum estímulo ao aperfeiçoamento da ação administrativa. V. Ex^a tem razão e a Oposição, também, quando critica naquilo em que o Governo realmente merece a crítica. Estou, também, de acordo com V. Ex^a em que não custa nada reconhecer também aquilo que o Governo faz de bem feito em prol da comunidade. No mais, o que eu quero é me congratular com V. Ex^a porque a luta de V. Ex^a em defesa do Pantanal tem sido indormida, diuturna.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Muito obrigado a V. Ex^a

O Sr. José Lins — Folgo muito em que a palavra de V. Ex^a esteja encontrando ressonância na atividade do Governo na proteção daquela Região.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Assim, Sr. Presidente, quero também que as autoridades federais e estaduais saibam que nós, os representantes dos nossos Estados aqui no Congresso, acompanhamos as providências por eles tomadas que vêm ao encontro de reclamações que se faziam sentir de um ano a esta parte.

O Sr. Gastão Müller — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Pois não.

O Sr. Gastão Müller — Senador José Fragelli, Mato Grosso está solidário com o seu primogênito, Mato Grosso do Sul, representado por V. Ex^a, neste momento, ao aplaudir a ação concreta, efetiva do Governo federal, através do Ministério da Justiça, na defesa da ecologia do Pantanal Mato-grossense. O perigo que se vê ali é o desdobramento da caça despudorada aos animais do Pantanal para, também no tráfico de cocaína, de entorpecentes que têm como base o Pantanal. De modo que eu me sinto solidário com V. Ex^a, e a Bancada de Mato Grosso, com esse elogio que faz ao Governo Federal, através do seu Ministro Ibrahim Abi-Ackel, pela ação de fato e efetiva que está tomando na operação pantanal e que eu senti agora, quando estive nos dias 2, 3, 4 em Cáceres que é também uma cidade do Pantanal Mato-grossense, a presença da Polícia Federal agindo no aeroporto, nas estradas, objetivando dominar, ali naquela área, especialmente, o tráfico de entorpecentes. Meus parabéns pelas declarações de V. Ex^a

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Muito obrigado a V. Ex^a. Nós estamos juntos, como sempre, na defesa do nosso Pantanal, porque aqueles 220 a 240 mil km² são do Mato Grosso do Norte e do Mato Grosso do Sul. É um patrimônio nosso, é um patrimônio comum.

Aliás, essa ação predatória naquela Região começou com a pesca, como nós sabemos. Quando cheguei ao governo do Estado, V. Ex^a deve-se lembrar, em Cuiabá, mesmo, já era difícil encontrar peixe para o consumo da cidade. A pesca era verdadeiramente predatória, pelos seus métodos, apenas para satisfazer àqueles que, ganhosamente, se entregavam a esse comércio, com a destruição dos peixes da nossa Região, sobretudo de Cuiabá, que tem os melhores espécimes de toda a Região Mato-grossense. Depois veio a caça de jacaré e de outros animais silvestres da Região pantaneira e, agora a ação desses malfeitores já se desdobrava para outras atividades criminosas, porque quando não são sopitadas, não são combatidas devidamente, vemos que essas atividades delitadas irem num crescendo. Passaram da pesca predatória, para a destruição da fauna, agora para o contrabando da maconha, vindo do Paraguai, o contrabando da coca, vindo da Bolívia e assim por diante. Aquela zona, aquela imensa região fronteira ia-se transformando num valhacouto de criminosos de todas as espécies, porque, realmente, não é fácil dar combate a todos esses que se entregam às fainas criminosas, na vasta e complexa Região do Pantanal.

Então, ficam aqui as nossas palavras de solidariedade aos Governos do Estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ao Governo Federal, e permita-me que especialmente ao Sr. Ministro da Justiça, que nessa luta está empenhado e que pode, naturalmente, contar com o nosso desvalioso apoio, aqui no Congresso, mas apoio que há de se fazer sentir sempre para estimular essas autoridades, na defesa do patrimônio comum, estadual e federal, representado por uma região única no Mundo, que é o Pantanal Mato-grossense. (Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Albano Franco — Roberto Saturnino — Alfredo Campos — Eneas Faria.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há quorum para deliberação.

Em consequência, fica adiada a votação do item nº 1, cuja matéria — Requerimento nº 758/83 — está em fase de votação.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Varagas) — Passa-se, então, à apreciação das matérias em discussão.

Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1981 (nº 1.909/79, na Casa de Origem), que acrescenta parágrafo ao art. 129 do Código Penal, instituído pelo Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, tendo

PARECERES, sob nºs 67 e 68, de 1983, das Comissões:

— de Saúde (audiência solicitada pela Comissão de Constituição e Justiça), favorável; e

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, quanto ao mérito, pela aprovação.

Sobre a mesa, emenda que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

EMENDA Nº 1

Ao Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1981

Acrescenta parágrafo ao art. 129 do Código Penal, instituído pelo Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e inciso VII ao artigo 29, dando nova redação ao parágrafo único do art. 59, estes da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Acrescente-se ao Projeto de Lei os seguintes artigos 2º e 3º renumerando-se os demais:

Art. 2º O art. 29 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 29.

§ 1º Serão averbados:

VII — As sentenças que decidirem a mudança de sexo e alteração do prenome.”

Art. 3º O parágrafo único do art. 59 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 59. O prenome será imutável.

Parágrafo único. Quando, entretanto, for evidente o erro gráfico do prenome, ou houver cirurgia que implique em mudança de sexo, admite-se a retificação, bem como a sua mudança mediante sentença do juiz, a requerimento do interessado, inclusive no caso do parágrafo único do art. 56, se o oficial não o houver impugnado”.

Justificação

O Projeto de Lei original apenas acrescenta um parágrafo ao artigo 129 do Código Penal, instituído pelo Decreto-lei nº 2.848/40, objetivando permitir a cirurgia de transexuais com reversão sexual.

O autor do projeto se preocupou com as sanções penais a que está sujeito o cirurgião, citando especificamente, o renomado médico Roberto Farina, Docente da Escola Paulista de Medicina, condenado a dois anos de reclusão, por fazer tais operações, apresentando algumas em Congressos Médicos.

Em sua justificação o autor do projeto mencionou que nos Estados Unidos, a pessoa que tem seu sexo mudado pode receber nova certidão de nascimento ou, apenas, terá corrigida a certidão anterior.

Na redação original do projeto de lei não se cuidou entretanto da situação legal do paciente que, após a mudança de sexo, se vê impossibilitado de utilizar a documentação anterior, que conflita com sua nova identidade.

A Lei de Registros Públicos, além de não prever a hipótese em tela, proíbe, expressamente, a modificação do prenome.

A fim de que a cirurgia de transexuais possa resolver, de modo abrangente, tão complexo problema médico-social, é necessário, portanto, que, além de afastar as sanções penais, permitindo as operações, haja, concomitantemente, alteração da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre Registros Públicos, a exemplo dos demais países onde a cirurgia de transexuais é permitida.

Sala de Sessões, 6 de setembro de 1983. — Roberto Saturnino Braga.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Em discussão o projeto e a emenda que vem de ser lida. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-los, declaro encerrada a discussão.

A matéria volta às comissões competentes, em virtude do recebimento de emenda em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Item 3:

Discussão em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1981 (nº 3.247/80, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade de aplicação em projetos específicos dos créditos e financiamentos de organismos governamentais e daqueles provenientes de incentivos fiscais, tendo

PARECERES, sob nºs 585 a 587, de 1983, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, favorável;

— de Economia, favorável, com emenda que apresenta de nº 1-CE; e

— de Finanças, contrário, com voto vencido do Senador José Fragelli e voto vencido, em separado, do Senador Pedro Simon.

Em discussão o projeto e a emenda. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1982 (nº 452/79, na Casa de origem), que modifica a redação do caput do art. 10 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 17, de 1983, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sobre a mesa, emenda que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

EMENDA Nº 1

Ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1982.

Dê-se ao art. 1º do Projeto, a seguinte redação:

“Art. 1º O caput do art. 10 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10. Os Departamentos Estaduais de Trânsito, órgãos executivos com jurisdição em todo território do respectivo Estado, serão dirigidos por pessoa de comprovada experiência em assuntos de trânsito, de nível superior, e deverão dispor dos seguintes serviços, dentre outros:”

Justificação

O projeto pretende alterar a redação do caput do art. 10 da Lei nº 5.108/66 (Código Nacional de Trânsito), para o efeito de estabelecer que os dirigentes dos Departamentos Estaduais de Trânsito, órgãos executivos

com jurisdição em todo o território do respectivo Estado, sejam dirigidos por engenheiros especialistas em trânsito.

Sobre o assunto, cabe assinalar, preliminarmente, que a iniciativa afigura-se louvável, indo ao encontro dos objetivos dos DETRANs, que se compõem de diversos setores, quais sejam: técnico de engenharia, administrativo, jurídico, etc..

De fato, parece evidente a oportunidade da medida, tendo em vista que, sob o aspecto jurídico-constitucional, nenhum óbice se interpõe à sua transformação em lei, para que seja sanada a lacuna da lei em vigor.

A redação proposta para o dispositivo, contudo, apresenta-se extremamente limitativa, prejudicando a área de recrutamento, já que a exigência fundamental deve ater-se ao aspecto de capacidade comprovada em assuntos de trânsito, sem privilegiar especificamente qualquer categoria profissional.

Sala das Sessões, 6 de setembro de 1983. — Aloysio Chaves.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Em discussão o projeto e a emenda que acaba de ser lida. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Senadores desejando usar da palavra, declaro-a encerrada.

A matéria volta à comissão competente, em virtude do recebimento de emenda em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Lins.

O SR. JOSÉ LINS PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quero registrar nos Anais desta Casa um evento de grande significado político cultural para o Estado de Sergipe: é o Cinquentenário da Associação Sergipana de Imprensa, que ali foi comemorado no dia 31 de agosto e ao qual compareceu o Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Jornalista Barbosa Lima Sobrinho, para proferir uma significativa palestra alusiva ao fato.

Tendo entre os seus fundadores as figuras inesquecíveis de dois grandes homens da história do jornalismo sergipano — Eliézer Leopoldino e Zózimo Lima — a Associação Sergipana de Imprensa tem congregado nestes cinquenta anos de sua gloriosa existência todos aqueles que atuam nos diversos jornais daquele Estado.

Hoje, Sergipe possui quatro jornais diários: **Jornal da Cidade**, **Gazeta de Sergipe**, **Tribuna de Aracaju** e **Jornal de Sergipe**, todos modernos, conceituados, impressos em off-set, veiculando tudo o que ocorre municipal, estadual, nacional e internacionalmente. Existem também alguns semanários, entre os quais podemos citar o jornal **Folha da Praia**, tendo a frente o poeta Amaral Cavalcante editado em Aracaju por um grupo de intelectuais e artistas, o **Quinze** na cidade de Simão Dias e o **El Sergipense**, que a cidade de Santo Amaro da Brotas publica. Existe, ainda, a revista **Alvorada**, dirigida e editada pelo Jornalista Hildebrando Souza, um grande idealista.

Igualmente, nas duas emissoras de Televisão Canal 4, TV Sergipe e Canal 8, TV Atalaia, funcionam eficientes departamentos jornalísticos, o mesmo ocorrendo com as cinco emissoras de Rádio — Rádio Cultura, Rádio

Difusora, Rádio Jornal, Rádio Atalaia, Rádio Liberdade, além da FM Atalaia, não esquecendo as emissoras interioranas, Rádio Progresso em Lagarto e Rádio Princesa da Serra, em Itabaiana.

Assim sendo, a Associação Sergipana de Imprensa é um órgão muito importante, pois reúne em seus quadros um expressivo número de figuras destacadas do jornalismo. Sob a Presidência, hoje do jornalista José Rosa de Oliveira Neto, a ASI continua sendo muito bem conduzida e atuante, merecendo elogios e aplausos ao completar seus cinquenta anos.

Registrando o acontecimento, contragulo-me com os jornais, rádio-emissoras, estações de TV e semanários que integram a Associação Sergipana de Imprensa, cujo funcionamento ininterrupto durante cinquenta anos, comprovam a decisiva influência de seu desempenho como valioso sistema de comunicação social a serviço de Sergipe.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

O SR. GASTÃO MÜLLER (PMDB — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Infelizmente tenho que vir a esta Tribuna sempre para denunciar, o atual Governo de Mato Grosso, produto gerado pela corrupção e pela fraude que, lamentavelmente, está se desmandando em todos os setores da administração.

Já tomei conhecimento, por fonte que merece crédito, da má impressão que o Governador entre aspas de Mato Grosso, produto gerado pela corrupção pela fraude tem produzido nos altos escalões governamentais. Vários Ministros já se manifestaram, totalmente, decepcionados com o comportamento pessoal e administrativo da figura grotesca que des governa Mato Grosso.

Ainda agora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a violência policial em todo o Estado, está insuportável.

Com a desculpa de prender ladrões e outros marginais que estão se proliferando, por exemplo, em Cuiabá, a Polícia Militar e mesmo a Civil, vem praticando barbaridade quanto a agressão aos habitantes da cidade, levando o povo a temer mais os policiais que os bandidos.

Recebi, ontem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, um documento, que bem espelha a situação. Vou ler para que conste dos Anais, intitulado "Moção de Repúdio" da Bancada Majoritária do PMDB da Câmara de Vereadores de Cuiabá, nos seguintes termos:

"A Bancada do PMDB, em face dos últimos acontecimentos policiais apresenta "Moção de Repúdio" a ser encaminhada ao Governador do Estado, Secretário de Segurança, vasada nos seguintes termos:

Repudiamos a violência policial que vem sendo praticada em Cuiabá, em nome de uma pseudopercepção caça bandido. Na verdade o que está ocorrendo são violências policiais que estão aterrorizando a população, que não sabe a quem recorrer para se ver protegida das arbitrariedades policiais. Prisões arbitrárias de inocentes, espancamentos e conforme a imprensa noticiou até assassinatos de menores que nada devem a Justiça, merecem o nosso repúdio.

Exigimos que o Secretário de Segurança Pública faça a polícia cumprir com o seu papel, deixando de aterrorizar a população. Exigimos que o Governador do Estado, deixe de demagogias e ao invés de mandar espancar e prender inocentes coloque a polícia para proteger a população.

A operação que deveria ser destinada a pegar bandidos, transformou em verdadeira agressão ao

povo cuiabano e aos brasileiros que aqui residem. Antes de sair as ruas, a polícia tem que prender os bandidos que estão dentro das suas Corporações, Civil e Militar. Exigimos explicações sobre o crescente número de desaparecidos em nossa cidade e todo o Estado.

Exigimos um basta ao terror implantado no Estado pela Polícia de Mato Grosso, que resolveu assumir o papel histórico da Gestapo de Hitler. Basta."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de quinta-feira, dia 8 de setembro, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1981 (nº 3.247/80, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade de aplicação em projetos específicos dos créditos e financiamentos de organismos governamentais e daqueles provenientes de incentivos fiscais, tendo

PARECERES, sob nºs 585 a 587, de 1983, das Comissões:

— de Constituição e justiça, favorável;

— de Economia, favorável, com emenda que apresenta de nº I-CE; e

— de Finanças, contrário, com voto vencido do Senador José Fragelli e voto vencido, em separado, do Senador Pedro Simon.

2

Votação, em turno único, do Requerimento nº 758, de 1983, de autoria do Senhor Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado dos discursos proferidos pelo Vice-Presidente da República, Aureliano Chaves, e pelo Presidente João Baptista Figueiredo, quando da solenidade em que reassumiu o cargo, no dia 26 de agosto de 1983, no Palácio do Planalto.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 1981 (nº 1.412/79, na Casa de origem), que dispõe sobre a alienação de imóveis da União, nas condições que menciona, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 969 e 970, de 1981, das Comissões:

— de Municípios; e

— de Finanças.

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1983 (nº 88/79, na Casa de origem), que revigora, com nova redação, o art. 278 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre a jornada de trabalho dos estivadores, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 552, de 1983, da Comissão

— de Legislação Social.

5

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, que dispõe sobre a redução do preço do álcool para venda a proprietários de veículos de aluguel empregados no

transporte individual de passageiros, mediante subsídio, nas condições que especifica, tendo

PARECER, sob nº 710, de 1983, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está encerrada a Sessão.

(levanta-se a sessão às 16 horas e 30 minutos)

Trecho da Ata da 139ª Sessão, realizada em 30 de agosto de 1983, que se republica por haver saído com incorreção no DCN — Seção II — 31-8-83 (páginas 3685 3686):

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos de lei que vão ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 215, DE 1983

Dispõe sobre a integração da região que menciona, na área de execução do POLONORDESTE.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A região do Estado de Goiás compreendida pelos municípios situados a leste dos Rios Tocantins e Maranhão, entre os Paralelos 7º e 15º fica integrada na área de execução do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), definida pelo Decreto nº 74.794, de 30 de outubro de 1974.

Art. 2º O Poder Executivo, através dos Ministérios do Interior, da Agricultura e da Fazenda, implementará o disposto nesta Lei, em articulação com o Governo do Estado de Goiás, no prazo de 180 dias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A região que intencionamos ver incorporada na área de execução do POLONORDESTE tem vocação agropastoril e potencial extraordinários, mas as características, em virtude de sua vizinhança com os Estados do Nordeste, têm sido atingidas pelos reflexos da prolongada estiagem e já se vê extensos bolsões de semi-aridez em lugares antes inexistentes.

Torna-se urgente, portanto, a tomada de decisões tendentes a amenizar as sérias dificuldades por que passa aquela parte do território brasileiro, que, pelas suas peculiaridades, as linhas gerais da programação de desenvolvimento e modernização das atividades agropecuárias de áreas prioritárias do Nordeste lhe são aplicáveis uniformemente.

Assim, entendemos que os investimentos nessa área, com recursos do POLONORDESTE, cujos resultados altamente promissores serão garantidos pela fertilidade da terra e seu relevo, com ondulações leves, que facilita projetos de irrigação a custo não elevado.

A expansão da fronteira produtiva com a ocupação de áreas adicionadas ao programa de execução do POLONORDESTE terá efeitos imediatos no nível de emprego da região, bem como significativo aumento de produtividade agrícola e melhoria dos rebanhos.

Essas as razões que justificam a apresentação do presente projeto.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 1983. — Henrique Santillo.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO Nº 74.794, DE 30 DE OUTUBRO DE 1974

Dispõe sobre a criação do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE).

O Presidente da República,
No uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º É criado o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), com a finalidade de promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias de áreas prioritárias do Nordeste, com o sentido de pólos agrícolas e agropecuários.

Art. 2º As áreas integradas, preliminarmente selecionadas com vistas à execução do POLONORDESTE, são as seguintes:

I — Áreas dos Vales Úmidos, compreendendo porções do vale do rio Parnaíba (o Delta do Parnaíba, nos Estados do Maranhão e Piauí, os vales do Gurguéia e do Fidalgo, no Estado do Piauí), vales do Nordeste Oriental (Vales do Jaguaribe, no Estado do Ceará e Apodi, Piranhas-Açu e Ceará-Mirim, no Estado do Rio Grande do Norte), e porções do vale do Rio São Francisco (Vale do Moxotó, no Estado de Pernambuco, Áreas de Petrolina-Juazeiro, nos Estados de Pernambuco e Bahia, vales dos Rios Grande e Corrente, no Estado da Bahia, e Área do Jaíba, no Estado de Minas Gerais);

II — Áreas das Serras Úmidas, correspondendo às Serras da Ibiapaba e Baturité, no Estado do Ceará, Araripe, nos Estados do Ceará e Pernambuco, Martins, no Estado do Rio Grande do Norte, do Teixeira e do Brejo, no Estado da Paraíba, e de Triunfo, no Estado de Pernambuco;

III — Áreas da Agricultura Seca, compreendendo a Área do Sertão Cearense, a Área do Seridó (parte dos Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba), e Área de Irecê (no Estado da Bahia);

IV — Áreas dos Tabuleiros Costeiros, estendendo-se, pela faixa litorânea, a partir do Estado do Rio Grande do Norte até o sul do Estado da Bahia;

V — Áreas da Pré-Amazônia, compreendendo áreas localizadas a oeste do Estado do Maranhão.

Art. 3º O Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste terá, nos exercícios de 1975 e 1977, recursos no valor de Cr\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros), a preços de 1975, do modo seguinte:

I — Cr\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), mediante destaque dos recursos destinados ao Programa de Integração Nacional — PIN, e ao Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — PROTERRA;

II — Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), mediante destaque do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados — FDPI.

III — Cr\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros), de outras fontes previstas nos Orçamentos Gerais da União;

IV — Cr\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de cruzeiros), através de recursos provenientes de financiamentos.

§ 1º No exercício de 1974, serão destinados ao Programa Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), à conta dos recursos do PIN e do PROTERRA.

§ 2º Nos exercícios de 1975, 1976 e 1977, serão destinados ao Programa Cr\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de cruzeiros), Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros) e Cr\$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros), respectivamente.

Art. 4º O Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste será implementado pelo Ministério do Interior, principalmente através da Superinten-

dência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE e do Banco do Nordeste do Brasil S.A. — BNB, e pelo Ministério da Agricultura, em articulação com os Governos dos Estados do Nordeste, assim como pelos demais Ministérios setoriais envolvidos.

Parágrafo único. A Secretaria de Planejamento da Presidência da República manterá esquema de acompanhamento e de coordenação da execução do Programa, em articulação com os Ministérios do Interior e da Agricultura.

Art. 5º Para cada uma das áreas que constituem o Programa, deverão ser executados planos integrados de

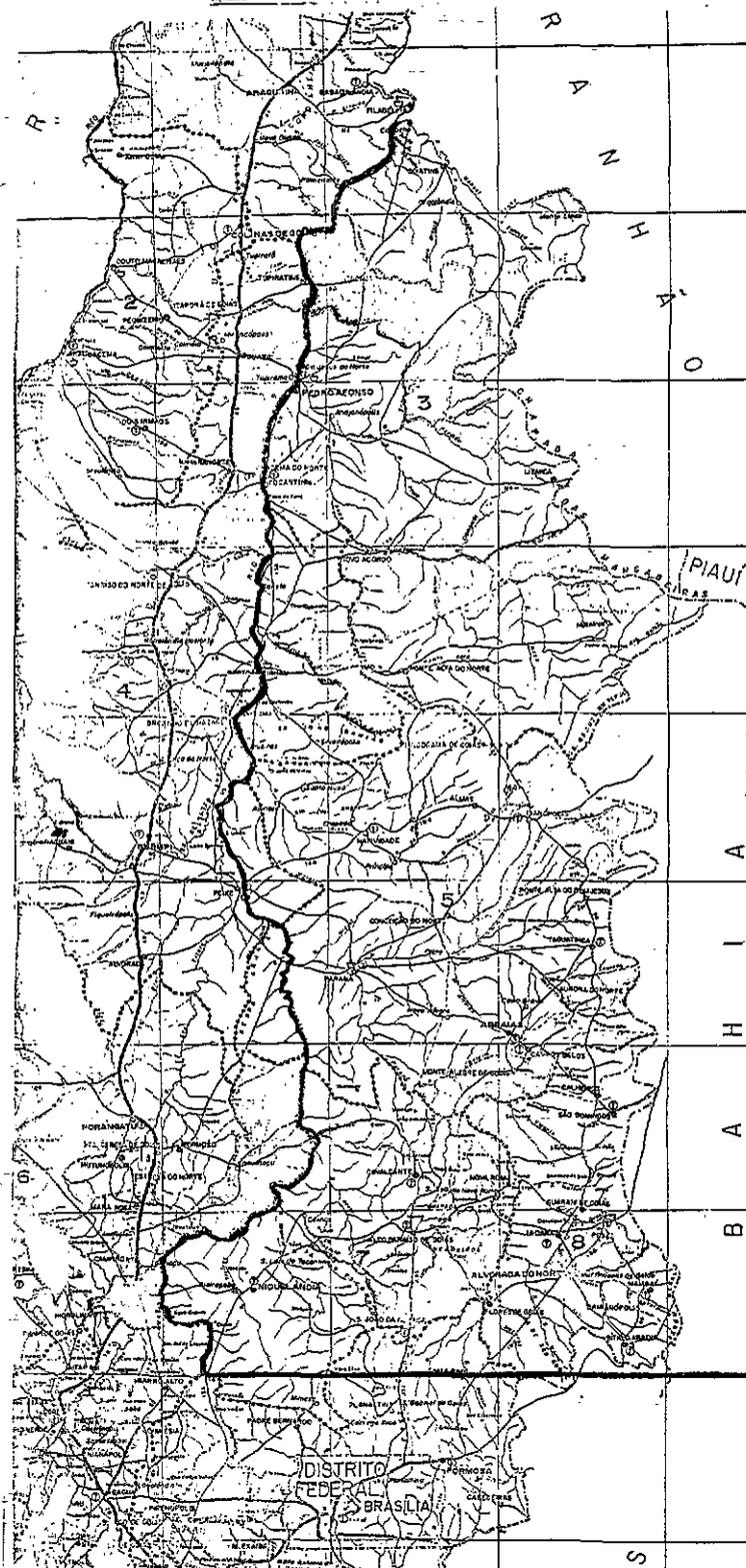
desenvolvimento, que especificarão a programação dos investimentos públicos e as demais ações a serem deflagradas.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de outubro de 1974; 153ª da Independência e 86ª da República. — ERNESTO GEISEL — Mário Henrique Simonsen — Alysson Paulinelli — Severo Fagundes Gomes — João Paulo dos Reis Velloso — Maurício Rangel Reis.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Assuntos Regionais, de Municípios e de Finanças.

ANEJO DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 215, DE 1983



PORTARIA Nº 31, DE 1983

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 215 da Resolução nº 58, de 1972, resolve designar Antônio Carlos Simões, Assessor Legislativo, Ubaldo Gonçalves, Técnico Legislativo, e Mário Sérgio da Silva Martins, Técnico Legislativo, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos constantes no Processo nº 006840 83 3, nos termos do artigo 481, § 1º do Regulamento Administrativo.

Senado Federal, 22 de agosto de 1983. — Aiman Nogueira da Gama, Diretor-Geral.

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Criada através da Resolução Nº 13, de 1983, "Destinada a investigar a persistência da pobreza absoluta do Nordeste".

4ª Reunião, realizada em 22 de junho de 1983

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de mil novecentos e oitenta e três, às nove horas e vinte e cinco minutos, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças, presentes os Senhores Senadores José Lins, Jutahy Magalhães (Relator), Lourival Baptista, João Lobo, Alberto Silva (Presidente) e Mário Maia, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através da Resolução nº 13, de 1983, destinada a investigar a persistência da pobreza absoluta do Nordeste.

Deixam de comparecer por motivo justificado os Senhores Senadores Virgílio Távora, Marco Maciel, Alfredo Campos e Hélio Gueiros.

Havendo número regimental o Senhor Presidente Senador Alberto Silva, declara aberto os trabalhos da Comissão, cumprimentando pela presença, os convidados do Ceará e de outros pontos do País, para assistir a palestra do Brigadeiro-do-Ar e Vice-Diretor do Centro Técnico Aeroespacial-CTA, Hugo de Oliveira Piva.

Dando início a sua exposição, reputa sobre o problema da mais alta importância, que é o problema da seca do Nordeste. Problema este que atinge o Nordeste desde tempos imemoráveis.

Aborda o uso de foguetes, satélites, radares, balões e sondas, pelos meteorologistas como instrumento potencial de trabalho muito grande, transformando a meteorologia em uma atividade verdadeiramente científica.

O CTA, faz uso da tecnologia espacial e a aeronáutica, que são suas atividades primordiais para o estudo da meteorologia em termos científicos mais profundos.

O problema da seca ocorre de tempos em tempos mesmo durante o inverno normal, quando se dá veranicos que dão prejuízos muito sérios, principalmente para a agricultura.

Mesmo em ano de chuva normal no Nordeste, a água disponível dá para irrigar apenas 10% da área agricultável.

Pesquisa feita pelo DNOCS há dez anos concluiu que é necessário que se leve mais água para lá, pois as águas subterrâneas, dos rios e das chuvas em um ano normal de seca não atinge o necessário desejado; que se fazendo mais açudes se aproveitaria melhor as águas e evitaria o escoamento para o mar.

Encerrando sua exposição acrescenta que se houver grande aplicação do projeto "MOCLIMA", tendo mais barragens e melhor distribuição das águas das chuvas as possibilidades de resolver o problema da seca são bem favoráveis.

Usam da palavra para perguntas os Senhores Deputado Fernando Santos, Senador José Lins, Deputada Cristina Tavares, Deputado Iranildo Pereira, Senador Almir Pinto, Deputado Ciro Nogueira, Senador Alberto Silva e Deputado Paulo Lustosa.

Encerrando a reunião o Senhor Presidente Senador Alberto Silva agradece o expositor e demais convidados e membros da Comissão por mais uma vez abrilhantarem com suas presenças a esta reunião.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar eu, Nádir da Rocha Gomes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

ANEXO À ATA DA 4ª REUNIÃO, DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 13, DE 1983, DESTINADA A INVESTIGAR A PERSISTÊNCIA DA POBREZA ABSOLUTA DO NORDESTE, DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO BRIGADEIRO-DO-AR HUGO DE OLIVEIRA PIVA — VICE-DIRETOR DO CENTRO TÉCNICO AEROSPACIAL-CTA — QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO:

PRESIDENTE: SENADOR ALBERTO SILVA

RELATOR: SENADOR JUTAHY MAGALHÃES

(INTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Declaro aberto os trabalhos da Comissão. Peço aos Srs. convidados que tomem seus assentos para iniciarmos.

É com a maior satisfação que abrimos nossa sessão de hoje, da Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga as causas da pobreza do Nordeste. Eu quero cumprimentar os nossos convidados que vieram do Ceará e de outros pontos do País, para assistir esta palestra do eminente Brigadeiro Piva, que é o Vice-Diretor do CTA. Em rápidas palavras, eu gostaria de dizer que o CTA é um Instituto de Pesquisa — Centro Técnico Aéreo espacial — de São José dos Campos, que é ao lado do ITA (Instituto de Tecnologia da Aeronáutica).

O CTA se dedica há muitos anos a pesquisa neste País, e entre as pesquisas do CTA existem duas da maior importância para o País e particularmente para o Nordeste.

Tive oportunidade de, como membro da Comissão de Assuntos Regionais, ter feito uma visita ao CTA em 1979 e ter assistido ali, uma exposição completa sobre o que o CTA achava que ia acontecer através de estudos feitos sobre estatísticas de 150 anos, de que nós provavelmente iríamos entrar num ciclo de secas a partir de 1978, 1979. Realmente os fatos estão comprovando que eles tinham razão. Mas, infelizmente, por algumas razões que não nos cabem aqui apurar, pelo menos agora, o CTA ficou apenas naquelas pesquisas iniciais, ainda que mantenha um centro de observações em Petrolina, com recursos próprios, juntamente com a SUDENE, que também visitei, mantendo lá um avião, um laboratório que faz aquele trabalho de nucleação de nuvens. Mas nós que somos lá do Nordeste sabemos que em determinado momento nós não temos nuvem nenhuma. Por isso fiz um esforço e fico agradecido com a presença do Brigadeiro Piva para uma exposição a esta Comissão, já que os membros do CTA são muito solicitados.

Nós, de antemão, queremos dizer que esta exposição do Brigadeiro Piva já foi feita em várias ocasiões, em vários lugares, no Nordeste, inclusive, no Ceará ao que eu sei. Peço ao Brigadeiro, que transmita aos seus comandantes e comandados do CTA, que nesta Comissão vamos fazer um esforço para levar sua exposição até o Presidente da República, se for necessário. Mas desta vez espero que o CTA vá ter os recursos necessários para completar as pesquisas que eles precisam. Para não nos alongarmos mais, S. S., com sua exposição, vai convencer a todos da necessidade urgente de se continuar as pesquisas, porque o problema do Nordeste é bem mais sério do que se está tratando. Inclusive, não se justifica o

dinheiro que a Nação tem gasto lá, tendo à mão a ciência e a tecnologia de um Instituto de tamanha competência e respeitabilidade como é o CTA. Agradeço ao Brigadeiro Piva a sua presença aqui e passo a palavra para que faça a exposição que nós lhe solicitamos.

O SR. HUGO DE OLIVEIRA PIVA — Bom dia Senador Alberto Silva, bom dia Senhores. É um grande prazer, uma grande honra para mim estar aqui prestando esses esclarecimentos na mais alta Câmara do País sobre um problema que reputamos da mais alta importância, que é o problema da seca do Nordeste. É um problema que vem atingindo o Nordeste desde tempos imemoriais, e de tempos em tempos surgem anos secos, anos mais secos, menos secos. Mesmo nos anos de chuva normal, mesmo nos anos de inverno bastante intenso, ainda há períodos, em determinados locais do interior do Nordeste, onde correm os veranicos — que são aquelas estiagens que ocorrem no meio do inverno, em pleno inverno, que podem atingir até 25 dias sem chuvas — quer dizer, o suficiente para se perder certas lavouras. Esse é um problema permanente mesmo nos anos de boa chuva. Além disso há períodos mais críticos onde ocorrem secas em vários anos seguidos que é o que está acontecendo no momento atual. Então, esses problemas têm preocupado nossas autoridades há muitos anos, e tem também nos preocupado no CTA, do ponto vista técnico evidentemente. Nós temos um grupo que estuda e pesquisa a meteorologia, não para concorrer com outros Institutos que estudam Meteorologia, mas para dar apoio ao Ministério da Aeronáutica.

E nesses estudos nós nos deparamos com possíveis soluções ou possíveis explicações, ou possíveis caminhos para resolver pelo menos dois grandes problemas no Brasil, que são as grandes geadas no Sul do País e secas no Nordeste. Então são caminhos que indicam linhas de pesquisas que vão beneficiar muito o conhecimento desses fenômenos e, quiçá, suas soluções.

Preparei alguns slides que podem dar uma sequência melhor à minha exposição. Com a era espacial, com o desenvolvimento espacial, a meteorologia tomou um impulso verdadeiramente fantástico. Vamos dizer, de 30 anos para cá, a meteorologia se beneficiou muito dessas conquistas científicas da humanidade. São os foguetes, os satélites, os grandes radares, balões sondas, os grandes computadores, os satélites de observação da terra, os satélites de comunicação, que hoje transmitem esses dados meteorológicos quase que instantaneamente de um ponto para outro. Sabemos imediatamente aqui em Brasília se lá em Fortaleza está chovendo ou está fazendo sol, ou se lá no Sul está vindo uma frente fria etc. Tudo isso dá ao meteorologista uma visão panorâmica, e um instrumento de trabalho com um potencial muito grande, transformando a Meteorologia de uma atividade empírica, como era há alguns anos, para uma atividade verdadeiramente científica como é hoje. E nós do CTA, usando então a tecnologia espacial e a aeronáutica, que são nossas atividades primordiais, aplicando esses conhecimentos, esses recursos, os nossos grandes computadores, os nossos matemáticos, os nossos físicos etc., também podemos estudar a meteorologia do Brasil, em termos científicos mais profundos, fazendo pesquisas de apoio ao Ministério da Aeronáutica. Como toda pesquisa avançada ela dá, não só benefícios naquela direção que queremos, mas sempre dá benefícios colaterais que, às vezes, são até maiores do que aqueles próprios benefícios que estávamos procurando a princípio. Assim é o próprio estudo das correntes de vento em grande altura, que são essenciais para os vãos de grandes distâncias. Nós fizemos estudos desse tipo. E no estudo dessas correntes, nós verificamos que elas mudam periodicamente de direção lá no Nordeste. Nós não sabemos porque elas mudam de direção, mas a cada 13 meses elas mudam de direção e nós vimos que há uma correlação entre a direção desses ventos e aquela zona de alta pressão que se estaciona aqui no Atlântico Sul, e que se desloca mais

para cá ou mais para lá, alterando profundamente o clima no Nordeste. Isto aí já nos deu uma pista muito grande. Então deve haver um ciclo. Como são 13 meses não coincide com 1 ano, ele só vai se repetir de 13 em 13 anos. A temperatura d'água do Oceano Atlântico também vai mudando, aquelas massas de água fria vão mudando, passam lá pela Europa e, 26 meses depois, elas voltam ao mesmo local de onde elas partiram. Quer dizer que tem um ciclo de 26 meses que também se nós não formos fazer os abatimentos desses vinte e seis meses com os doze meses do ano, vemos que de treze em treze anos também se repete. Vamos ver, aprofundar para ver o que isso pode dar. Estudamos durante bastante tempo e não conseguimos correlação alguma, o que foi muito frustrante. Mas, nós, nessa pesquisa, descobrimos muitas outras coisas. Mas, vou voltar um pouco atrás, depois eu falarei com um pouco mais de detalhes sobre isso — é apenas um exemplo como uma pesquisa pode trazer benefício em outros campos. No campo do foguete, nós temos inúmeros exemplos. Começamos a desenvolver uma liga especial para fazer nosso foguete e daqui a pouco estamos vendendo essa liga para fazer ferramentas, para fazer motores de automóveis, exportando para outros países para fazer trem de pouso de boeing 747, feito com o aço que nós desenvolvemos no CTA para fazer o nosso foguete. Quer dizer, são benefícios colaterais que justificam por si só essas pesquisas avançadas. Quer dizer, toda pesquisa avançada dá resultado positivo. Mesmo que se diga: vamos fazer uma pesquisa para ver se conseguimos fazer chover o ano inteiro. Chegamos à conclusão de que não é possível fazer chuva. Mas o que aprendemos e os benefícios que vão tendo ali nesse caminho, pagam toda a pesquisa. Sempre pagam. Pesquisa bem feita, pesquisa séria, pesquisa realmente avançada, ela sempre paga.

Bem, o Nordeste tem problemas de secas periódicas — eu digo periódica não no sentido de uma periodicidade cronométrica — mas, vamos dizer, de tempos em tempos ocorrem problemas de secas. E como eu disse, mesmo durante os invernos normais ainda têm veranicos que dão prejuízos muito sérios, prejuízos tremêndos, principalmente, para a agricultura. Além de tudo, além dessas irregularidades, além dessas secas, têm as irregularidades de distribuição durante o ano e tem também a falta de água. Mesmo num ano de chuvas normais, no Nordeste, a água disponível dá para irrigar apenas 10% da área agricultável do Nordeste. Do Polígono das Secas, quando digo Polígono das Secas, estou me referindo aqueles 90 milhões de hectares do Polígono das Secas. Desses 90 milhões de hectares, aproximadamente, 18, 19 milhões de hectares, são agricultáveis, são terras apropriadas para a lavoura. E a água toda disponível dá apenas para 2 milhões de hectares. Apenas 10% daquela área agricultável, ou seja um pouco mais de 2% da área total do Polígono das Secas. Então, falta água. É preciso trazer mais água para lá, de maneira que há necessidade — e visto eu estou contando com água subterrânea, com água dos rios, águas das chuvas num ano normal de secas. Isso foi uma pesquisa feita pelo DNOCS e publicada há uns dez anos atrás. Quer dizer, é um fato já conhecido que falta água, mesmo num ano normal de chuvas. Então, tem que vir mais água. Como vem essa água? Furando mais poço? Bom, usando melhor a água subterrânea. Mas aquela água é limitada, não dá também. Fazendo mais açudes para aproveitar melhor essa água, evitar que essa água escorra para o mar. O Oceano Atlântico não precisa de tanta água assim. Mas, mesmo assim, ainda falta, precisa vir mais águas de chuvas. O desvio de bacias, por exemplo, é uma possível solução.

É claro que é uma grande modificação que tem que ser estudada cuidadosamente como bem alertou o nobre Senador. Mas, a potencial é muito grande e precisa ser estudada. A modificação artificial do tempo, quer dizer, aquela chuva artificial, nós já vimos já provamos, já te-

mos as pesquisas durante anos com resultados altamente positivos, têm que ser estimulados para poder fazer porque passa, mesmo durante, vamos dizer, durante todo o inverno, que estou falando, durante os períodos sempre dentro do ciclo hidrológico quer dizer, dentro do período normal de inverno, mesmo quando não tem chuvas, têm nuvens lá. Na maior parte do tempo, como vamos ver. Então, é passível de modificação artificial esse tempo, aumentando muito a quantidade de chuva. Esse aumento possível também não é ilimitado. Nós podemos ganhar 25%. Houve casos em que nós conseguimos um aumento de 40%. Vamos dizer em média 25% o que é um aumento substancial, mas ainda insuficiente. Quer dizer, precisamos de outros processos. Então, como o projeto MOCLIMA que é uma outra proposta do CTA que é provocar o aumento da quantidade de nuvens, quer dizer, a criação de nuvens e o aumento das nuvens existentes. Quer dizer, são processos que virão trazer mais água para o Nordeste.

Como eu disse, a Região do Polígono das Secas sofre não só com a falta de água, mesmo nos anos normais de chuvas, mas também tem a irregularidade — infelizmente a luminosidade está um pouco prejudicada, mas dá para percebermos. Bom, é um fato que todos os Senhores conhecem. Isso aqui mede a quantidade de chuvas nos meses do ano. Chove dezembro, janeiro, fevereiro, março e abril mais ou menos. São cinco ou seis meses de chuvas e os outros seis, sete meses de seca. É isso, normalmente, o que ocorre. O ciclo hidrológico que é o que nós chamamos de inverno, e o ciclo de seca de uns seis a sete meses. Além dessa distribuição, vamos dizer, seis meses de chuvas e seis meses de seca, ainda tem uma má distribuição, mesmo durante o período das chuvas, durante o inverno, como nós podemos ver aqui em que os episódios, — tudo isso aqui é inverno, durante um período de inverno apenas — quer dizer, os episódios de chuvas são muito pontuais, vale dizer, ocorrem.

Bom, isso aqui é só para ilustrar um fenômeno bastante conhecido que, mesmo durante os invernos, as chuvas ocorrem por episódios discretos. Pontualmente onde chovem, um, dois dias e depois param. Como, por exemplo, isso aqui foi o inverno de 1972. Começou em dezembro de 1971 até abril de 1972 foi inverno normal e choveu bastante. Mas, nós vemos que as chuvas foram bem discretas. Houve um período aqui do dia vinte de janeiro ao dia 13 de fevereiro, onde tivemos vinte e três dias sem chuvas. Então, num inverno normal houve uma perda total da agricultura periódica. Então, aquele pessoal que plantou feijão, milho, ali, perdeu ou sofreu prejuízo muito grande com essa seca, mesmo no ano normal.

Então, não é só problema da falta de chuvas, não é só o problema daquele meio ano de seca e meio ano de inverno, mas também têm, além de tudo, uma distribuição irregular. É bom termo esses fatos em mente, porque nós orientamos a nossa pesquisa visando a procurar resolver esses problemas passo a passo. E se não der para resolver todos pelo menos, se conseguirmos eliminar esses veranicos, já é uma ajuda enorme, se nós pudermos aumentar um pouco a quantidade de chuvas aqui, já é uma ajuda enorme. Então, podemos ir passo a passo — não é preciso resolver o problema total — mas cada pequeno passo desses que seja resolvido, cada pequena parte do problema que seja resolvida, já é um grande benefício para uma população enorme.

Estudando os dados meteorológicos do Nordeste, nós no Brasil inteiro somos pobres de dados antigos mas, felizmente, na cidade de Fortaleza nós tínhamos uma lista, uma coletânea de dados pluviométricos da cidade de Fortaleza que remontam há quase cento e quarenta anos atrás. Começou em 1848 ou 1846, quer dizer, quase 140 anos que temos esses dados. Isso é uma riqueza muito grande que pode nos ajudar bastante a entender aquele clima do Nordeste. Então, estudando esses dados, essa

parte escura, esta parte roxa ali, indicada a quantidade de chuva ocorrida na cidade de Fortaleza nos diversos anos. Pode-se ver a variação, que é muito grande, comprovando aquilo que estamos vendo, que há uma grande irregularidade. E toda esta parte amarela, é seca, porque choveu abaixo da média, na cidade de Fortaleza. E, nos deu uma indicação muito interessante, fazendo uma análise matemática, o que chamamos de análise de Foulner, isto é, decompondo isso aí em ciclos, vemos que ele tem dois ciclos, um ciclo fundamental, que se repete a cada 13 anos. E tem o seu primeiro harmônico, que se repete a cada 26 anos. Então, já vimos que há uma relação física com aquele fenômeno da mudança de direção dos ventos, nas altas camadas da atmosfera. Então, vê-se que já tem um suporte físico, porque, durante muitos anos, eu diria décadas, séculos, talvez, os meteorologistas andam procurando ciclos, para ver se a meteorologia é cíclica, porque, como o ano é cíclico, tem o inverno, depois vem primavera, verão, outono, e todos os anos isto se repete. O meteorologista fica tentando ver. Bom, se de tantos em tantos anos há seca, de tantos em tantos anos há geada, nunca um meteorologista no mundo conseguiu descobrir uma correlação cíclica. De modo que os meteorologistas mais ou menos, concordam que a meteorologia no mundo não é cíclica. Portanto, quando se diz que está ocorrendo esta grande quantidade de chuva, e a meteorologia está mudando. A meteorologia não está mudando nada, porque ela muda em cada época.

Então, nós também, como os outros meteorologistas no passado ficamos tentados a ver essa variação periódica. E naturalmente, vimos que tem um fundamento matemático, mas não quisemos basear apenas um fundamento matemático, e procuramos uma razão física. E vimos que existem essas razões físicas, que são aqueles ventos nas altas camadas, que mudam a cada 13 meses. A temperatura do oceano, quando a massa de água do Atlântico é fria, em frente do Nordeste, os invernos são menos chuvosos, e o período de seca é mais seco, isto é, o ano é mais seco. Quando a água do mar nas costas do Nordeste é quente, há chuva. A precipitação é muito maior em quantidade, porque é uma das coisas mais ou menos intuitiva, a água sendo quente há mais evaporação. Então, há razões físicas, e vimos que o batimento dessas frequências, os 26 meses, da variação da temperatura da água, os 13 meses da mudança de direção dos ventos, batem com esse ciclo de 13 anos, que encontramos matematicamente aqui. É um pouco mais de 13 anos, 13,7, uma coisa assim, que vão dar quase 26 anos, mas vamos dizer a grosso modo, de 26 em 26 anos. Então, a outra pergunta é a seguinte. Existe uma parte física para haver esse ciclo, pelo menos ali na região, dos períodos de seca.

A outra pergunta era a seguinte, isto aqui é para Fortaleza, mas será que isso vale para o interior de Ceará, para a Bahia, para Pernambuco, etc? Vimos que, o que vale em Fortaleza, estudando o que governa o clima aqui no Nordeste, tem três fatores principais. Essa região compreendida nesta área, que engloba Fortaleza, é governada principalmente pela intertropical, que é aquele setor de convergências, os ventos alísios, que aqui convergem para uma região próxima ao Equador. Eles convergem no hemisfério norte também, e aqui sempre dá uma linha de grande quantidade de chuva. É o que chamamos de frente intertropical ou linha de convergência equatorial intertropical. Então, essa linha de convergência intertropical muda, desloca-se para baixo, para cima. Quando ela se desloca para baixo, chove bastante no Nordeste. O tempo aqui no Nordeste é governado principalmente por esta frente intertropical. Aqui, já na região, abrange todo o Estado do Ceará, o norte do Piauí, o oeste do Rio Grande do Norte, o oeste da Paraíba, e o oeste de Pernambuco.

Então, o que vale para Fortaleza, vale, aproximadamente, para a região aqui. Existe uma correlação com o tempo de Fortaleza e o desta região. E aqui nesta outra

região do sul é governada mais pela alta pressão que tem o Brasil central, na região de Brasília, etc. Governa mais o tempo nesta região. E aqui na parte leste do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Sergipe, Alagoas, etc., é governada principalmente pela alta pressão do Atlântico sul. Então vemos que, aqueles dados de Fortaleza são uma boa indicação do que ocorre nesta parte do Nordeste, não abrangendo todo o Polígono da Seca.

Vimos que aquela já é uma indicação, e vimos que tivemos também em Quixeramubim, que fica relativamente distante de Fortaleza, com dados a partir de 1895. Quer dizer, o ciclo não é tão grande como o de Fortaleza, mas é suficientemente grande. Temos 90 anos, que são um valor extraordinário, apresentados aqui em vermelho. E, vê-se, evidentemente, como todos sabemos, no interior chove muito menos do que em Fortaleza. Então, em Quixeramubim, nesta parte chove muito menos do que em Fortaleza, mas ela acompanha a mesma tendência. Quando chove bastante em Fortaleza, em Quixeramubim chove relativamente bem. Chove menos, é claro, mas chove bem. Quando Fortaleza é seca, Quixeramubim é mais seca ainda. Fizemos isso em diversas localidades do interior, naquela região, compreendida ali, vimos que há uma correlação bastante grande. Com isso pudemos realizar aquele estudo que previa períodos sujeitos à seca, e a cada 26 anos eles vão se repetindo. Tivemos de 1875 a 1881 um grande período de seca; de 1927 a 1933 outro período; de 1901 a 1907 outro, de 1954 a 1960 outro; e agora de 1979 a 1985 teríamos a previsão — chegamos à conclusão em 1978 — portanto, estávamos às vésperas de um novo período.

Procuro sempre chamar a atenção de que isso não é uma previsão meteorológica, porque, cientificamente, é uma "heresia" fazer uma previsão meteorológica para 7 anos. Não se pode garantir nada disso, porque a meteorologia é sujeita a tantas influências, que pode haver modificações. E, os próprios períodos de seca indicam isso. Aqui, por exemplo, o período de seca foi de 1875 a 1881. Mas nem todos os anos foram secos. Houve ano de boa precipitação, como em 1876 e em 1879 também, apesar de estarem dentro do período crítico. Mas o período é crítico. Aliás não foi uma boa precipitação, ela estava um pouquinho acima da média, mas pelo menos não foi um ano seco. Então, era aquilo que fomos dizer desse período de 1979 a 1985, cerca de 7 anos perigosos. Então, alertamos as autoridades, e de fato, tem-se comprovado, já temos 5 anos de seca. Temos mais 2 anos difíceis. Mas devemos alertar também que a cada 26 anos ocorre este período de seca. Mas no meio termo também ocorre esse período de seca. Até que não sabemos como aconteceu. Sobre esse aqui que ocorreu após 26 anos. Temos dados antigos de 260 anos atrás, quando ocorreu também um período de seca. Em 1720, por aí em diante, teve seu período de seca. Isso vem de longa data. É por esta razão que desde 1969 que estamos estudando especificamente o tempo no Nordeste, visando a aplicação de modificação artificial desse tempo, para ver se conseguimos aumentar a quantidade de precipitação das nuvens. Esse projeto, que nós chamamos de projeto MODARTE, que visa estudar a viabilidade técnica e econômica da modificação artificial do tempo no Nordeste. Esse projeto, então, que é bastante limitado inerentemente, porque ele pode no máximo, vamos dizer, aumentar 25, 30% a quantidade de chuva, mas ele pode melhorar muito a distribuição, o que é importantíssimo, se dá o elemento de 25% da média anual, mas ela cai naquele período certinho em que está precisando a chuva ali, para a lavoura, salvou a lavoura toda. Então, já é um benefício muito grande, pode-se fazer uma melhor distribuição, tanto temporal, como espacial. Pode num ano normal ter um bolsão de seca, como tem muitos bolsões de seca, onde chove bem nas vizinhanças, mas, fica uma determinada área com pouca chuva. Nessas ocasiões sempre tem nuvens ali nucleadas, e o que se pode fazer? Então, com

esse projeto nós começamos em 1969. Em 1971, a SUDENE nos deu um grande apoio, nós compramos uma aeronave, instrumentamos bem essa aeronave e essa aeronave nós percorremos — aí dá para ver todos esses pontinhos que tem aqui, foram os locais aonde nós fomos com essa aeronave, passamos dois anos medindo os parâmetros das nuvens lá. Nós fizemos 500 horas de voo, examinamos 300 nuvens, medimos os parâmetros na base, no meio e no topo da nuvem; medimos a temperatura; a umidade relativa; o ponto de orvalho; o conteúdo de água líquida; altura da base; altura do topo; diâmetro da nuvem; o espectro de gotas, quer dizer, quantas gotas desse tamanho têm, quantas gotas menores têm, quer dizer, toda a distribuição todo aquele espectro; o número de núcleos de condensação, que são aquelas poluições que têm dentro das nuvens, que vão ajudar a formação das gotas de chuva e observações visuais. Então, em cada uma daquelas 300 nuvens, nós entramos na base, no meio e no topo, medindo todos esses parâmetros. No fim desse tempo nós fizemos modelos matemáticos, fizemos um estudo, ficamos conhecendo bem aquele tipo da nuvem dali do Nordeste, que é diferente das nuvens que ocorrem nas altitudes mais elevadas, aonde estão os países desenvolvidos. Então, sobre essas nuvens do Nordeste, nós não tínhamos dados científicos. Nós tivemos então, que fazer as pesquisas, passamos anos fazendo pesquisas. E, finalmente, em 1977, somente em 1977, portanto, foi um trabalho preparatório bastante grande, nós começamos a fazer nucleação. Desse estudo, é interessante voltar um pouquinho atrás, desse estudo nós vemos que a ocorrência de nuvens de 10 a 15% das nuvens, são nuvens frias, e de 85 a 90% são nuvens quentes. O que são nuvens frias e nuvens quentes? Nuvens frias são aquelas nuvens bem desenvolvidas, em que a maior parte da água dela está acima do nível de congelamento, quer dizer, maior parte da água dela está abaixo de zero graus centígrados. Então, essas nuvens têm um comportamento totalmente diferente das nuvens quentes, que são as nuvens muito mais frequentes no Nordeste, que são aquelas nuvens que tem ou não tem, ou toda ela está acima de zero graus centígrados ou então, a maior parte dela está acima de dez graus centígrados, quer dizer, acima em temperatura, mas abaixo em altitude, porque a temperatura vai caindo a média que se sobe.

Nós vemos que a ocorrência de nuvens frias é de 10 a 15%. As nuvens frias são aquelas que dão os episódios de chuvas, aonde elas chovem naturalmente, nós não precisamos nos preocupar com elas. Ao passo que as nuvens quentes, são aquelas que passam ali por cima. Gostaria de registrar a presença de um Deputado de São José dos Campos, que veio me honrar aqui com a sua presença, prestigiar a minha conferência então, essas nuvens quentes passam por cima, quer dizer, está todo dia passando em cima do Nordeste aquela quantidade de água que não cai ali, vai cair lá no Maranhão e dali para diante. Então, 85 a 100% das nuvens frias chovem e apenas, de 10 a 15% das nuvens quentes chovem naturalmente. Mas, dali o nosso objetivo era de descobrir um processo que pudesse fazer com que essas nuvens chovessem, e esse processo foi desenvolvido em 1977, como eu disse. Nós começamos com esse projeto, a nossa idéia era fazer cinco anos de avaliação, para ter uma avaliação criteriosa, cuidadosa. Então, ele terminaria em junho de 1981. De junho a dezembro de 1981, seria reservado para nós fazermos a avaliação dos dados, etc. Todo estudo estatístico, matemático, e vamos dizer, o processamento desses dados. Para de 1982 em diante, termos uma resposta, vamos dizer assim. Mas, como em 1978, nós chegamos aquela conclusão de que os anos seguintes, já seriam perigosos, vamos dizer assim, seriam propensos a serem secos, nós alertamos as autoridades. Nós, temos visto sempre, muitas referências na imprensa, de que o CTA alertou as autoridades e as autoridades não tomaram nenhuma providência, mas isso não é verdade. As autoridades

tomaram providência. Em 1978 quando nós alertamos, o próprio Ministro Andreazza, pessoalmente, se empenhou nisso, juntamente com a SUDENE procurando ver um meio de resolver esse problema. É claro que nós estávamos ali, ainda, em avaliação no processo de chuva artificial. Nós não sabíamos, todas as indicações eram muito boas, nós estávamos tendo resultado muito bom, nós não tínhamos ainda o resultado final. Nós não podíamos nos lançar assim numa aventura que pudesse dar... Então, o que se fez, o que foi feito? Foram dados recursos extras, para nós acelerarmos o processo dessa avaliação. Essa aceleração veio com a substituição do nosso velho DC-3 — nós tínhamos um DC-3 velho, pouco eficiente, substituímos esse DC-3 por um Bandeirante, avião moderno, muito mais veloz que não dá pane. Quer dizer, a manutenção dele é muito mais simples, ele tem uma disponibilidade muito maior, mais econômico, muito mais econômico, pois uma hora de DC-3 deve dar para fazer 5, 6 horas de Bandeirante, e tudo isso acelerou muito o processo de avaliação. E, em 1980, já pudemos começar o projeto MOCLIMA e MODARTE operacionalmente, que, estabeleceu seis bases em seis localidades do Nordeste, em Crateus, Joazeiro do Norte, Campina Grande, Paulo Afonso, Petrolina e Bom Jesus da Lapa.

Vemos que seis núcleos ainda são insuficientes. A SUDENE comprou mais dois aviões também, nós ficamos com três aviões. O Governo do Estado do Ceará, comprou mais um, ficaram quatro aviões, todos Bandeirantes, já equipados com equipamento especial. A EMBRAER mesmo cooperou, fez um esforço grande de acelerar, porque ela naquela época, a EMBRAER estava com encomendas bastante grandes de Bandeirantes, como tem tido ainda, quer dizer, tem uma fila grande. Ela procurou redistribuir com os seus clientes é claro, com um acordo, para acelerar o processo desse Bandeirante, nos auxiliou muito no próprio equipamento da modificação do Bandeirante, para equipá-los para fazer isso etc. Mas, nós vimos que seis núcleos ainda são insuficientes, nós precisamos de pelo menos mais quatro núcleos; um em Montes Claros, Vitória da Conquista, em Feira de Santana, Xique-Xique e Floriano, porque aí nós ficaríamos com uma cobertura total, uma ótima cobertura aqui de todo o Nordeste. O Estado do Ceará já tem mais um em Jaguaribe, cobrindo esse claro ali, isso daria com esquema desse tipo, Jaguaribe é uma boa cobertura. É claro que nós precisaremos de muito mais aviões.

Não é simplesmente comprar um avião e ele começar a funcionar. Tem que ter piloto, tem que ter o meteorologista treinado para ir lá dentro do avião fazer aquilo, não é qualquer meteorologista que faz isso. Porque é uma operação especial. As bases estão aí, mas nós temos que fazer mais quatro bases, têm que ser aumentadas um pouco. Tem que se colocar uma infra-estrutura de manutenção, porque o avião, necessita de manutenção e reparos constantes. São peças de reposição, enfim temos que ir gradativamente. Até agora, o COMAR — Comando Aéreo Regional, aqui da Força Aérea Brasileira, do Ministério da Aeronáutica sediado em Recife, tem dado o apoio, pilotos, manutenção, suprimentos para esse programa. O COMAR tem uma disponibilidade limitada de pilotos. Ele tem já as suas obrigações normais, quer dizer, possivelmente, teríamos que contratar mais pilotos, etc. Mas, o projeto pode aumentar muito e poderá trazer benefícios muito grandes. Mas, esse projeto só funciona bem se houver nuvens. Nós vimos que geralmente há muitas nuvens, mas há dias em que não há nuvem alguma e também pode aumentar até mais ou menos 25% da quantidade. Temos que aumentar também a quantidade de nuvens para poder aumentar a eficiência desse projeto; quer dizer, temos que ter um outro projeto — que eu chamo de "MOCLIMA", que é para aumentar também a frequência e o tamanho das nuvens.

Bom, como eu disse estamos com esse projeto, desde 1980. Tivemos apoio do Ministério do Interior, da SU-

DENE, e de alguns Governos locais, como o Governo da Paraíba e do Ceará, Estamos tendo vários resultados qualitativos e temos alguns resultados com casos bastante dramáticos. Por exemplo, há um ano atrás, em abril de 82, do dia sete ao dia 15, nós fomos chamados para fazer uma nucleação específica sobre a Bacia de Drenagem de "Joannis II", que é a Bacia onde há a represa que capta e fornece a água para a cidade de Salvador. Ela estava secando, estava muito abaixo do nível, e nós fizemos oito dias de nucleação e a represa subiu, produziu uma quantidade de três milhões de metros cúbicos de água; isso nós fomos lá e medíamos.

Agora, a cidade de Salvador cobra cinquenta cruzeiros pelo metro cúbico da água; só isso dá um valor de trezentos milhões de cruzeiros, o que rendeu para a cidade de Salvador naqueles oito dias; e custou menos de dois milhões de cruzeiros; portanto, deu um resultado de quase duzentas vezes o que foi gasto com a nucleação; quer dizer, embora isso seja um resultado, é um resultado claríssimo do valor econômico que o processo tem.

O benefício dividido pelo custo resultou mais do que 150 vezes; sendo que esse cálculo foi feito considerando tudo por baixo; um cálculo bem pessimista.

Em Recife, na represa de Itapacurá foi a mesma coisa. Eles também estavam numa situação dramática, nós fomos lá, fizemos a nucleação, foram vinte dias de nucleação, e também obtivemos um resultado mais do que 150 vezes o custo da operação.

Um outro resultado espetacular, também, foi obtido na região cacauzeira da Bahia, onde vinham passando uma seca; estavam há muitos dias nessa situação, à ponto de perder toda a produção cacauzeira. Isso em 1981; e fomos chamados também pela SUDENE, porque a SUDENE é quem nos indica onde deve ser nucleado ou não, porque ela é quem sabe onde precisa mais de nucleação. Então, a SUDENE nos indicou, e fizemos também a nucleação artificial de lá; temos relatórios com várias exclamações de alegria, porque essa operação salvou toda a colheita daquele ano de 1981. Quer dizer, é um benefício enorme porque é exportação, são dólares que estão entrando, e foi um resultado muito bom.

Um outro resultado interessante ocorreu naquele grande incêndio na Chapada do Araripe, há dois anos atrás, e que também fomos lá e fizemos uma nucleação, e as chuvas que ocorreram apagaram as queimadas, além de beneficiar a lavoura em volta.

Então, são resultados que não são uma comprovação matemática dos benefícios, mas que nos dão, pelo menos, uma tranquilidade para dizer que este é um projeto que vale à pena; ele se paga, certamente. Fora os benefícios sociais que tem isso tudo, que é uma coisa imponderável, aquela tristeza, pessimismo, a revolta que surge, e aquela sensação de impotência que tem o lavrador olhando para o céu azul, vendo nuvens passar e lá não chove; quer dizer: ele vendo que há um avião ali trabalhando pela chuva ele não se sente tão abandonado.

Mas tem que ter essas nuvens, como falei. E quando não há nuvens ou quando se precisa aumentar a quantidade de nuvens e seu tamanho, então, imaginamos um outro processo que denominamos "MOCLIMA"; que seria espalhar uma quantidade de fuligem. Há várias maneiras de se fazer isso, uma delas é a de queimar petróleo com máquinas especiais — não é tocar fogo no petróleo — mas queimar o petróleo sobre o oceano, essa nuvem de fuligem, que é escura, absorve mais a radiação solar, aumenta a temperatura do ar próximo à superfície; seria numa camada de uns 500 metros de altura, e esse aumento de temperatura provoca uma convecção; quer dizer, aquela massa sobe, ao mesmo tempo em que também provoca uma evaporação muito maior, porque o ar está mais quente; e mais evaporação, mais convecção, e aquilo vai formando um sistema de nuvens; essas nuvens são empurradas pelos ventos alísios, que sopram sempre do mar para o continente na maior parte do ano, que vão

empurrar essas nuvens para cima do continente e no dia seguinte elas estarão no interior, e então; ou choverá naturalmente, ou as nuvens serão nucleadas para chover artificialmente.

Então, o processo é uma coisa lógica, funciona muito bem, num arrazoado assim teórico, mas será que isso vai funcionar assim na prática? Será que ela não vai chover em cima de Recife, antes de chegar ao interior, para acabar de inundar Recife? Bem, primeiro que as inundações de Recife ocorrem fora do inverno; e nós faríamos isso sempre no inverno; porque não adianta, e não é a nossa intenção, fazer esse processo durante aqueles seis meses de seca. O Nordeste está vivendo com esses períodos de seis meses de chuva, seis meses de seca há muitos milênios; e não podemos modificá-lo assim de um dia para outro porque poderá trazer conseqüências muito piores; podemos criar um "monstro" muito pior do que o da seca.

Bem, vamos ver o que se poderia fazer para melhorar o inverno; melhorar não só a quantidade de chuva, mas principalmente a melhor distribuição.

Então, fazendo essa operação no inverno, a probabilidade de enchente já é menor porque não é época de enchente; o inverno não é a época que normalmente ocorre enchente no litoral. As enchentes ocorrem mais quando o interior está seco; justamente devido ao fenômeno de as nuvens não conseguirem chegar ao interior porque chove antes e por isso não chegam ao interior, e a umidade se precipita no litoral.

Mas, mesmo assim é preciso haver estudos mais aprofundados, aperfeiçoar aqueles modelos matemáticos de que falei, e que fizemos para modelar as nuvens do Nordeste; todas aquelas pesquisas para modelar as nuvens; e agora temos que espalhar esse modelo para fazer o que chamamos de modelo de meso-escala, que englobe todo o Nordeste, porque uma alteração desse tipo, ali no oceano, pode modificar e trazer conseqüências muito grandes para o interior, as quais não sabemos como são; e até dar conseqüências fora dessa área, que não sabemos quais sejam; é preciso haver uma pesquisa criteriosa, profunda, neste campo. Nós vamos espalhar as nuvens de carbono, mas onde? Então há que haver uma pesquisa desse modelo para verificar quais são os lugares melhores, porque uma operação dessas custa muito caro, custa quase o que se gasta em um dia nessas frentes de trabalho hoje, no Nordeste, e é bastante dinheiro. Então, não se pode desperdiçar, temos que fazer a coisa de maneira mais criteriosa, mais correta possível, não se pode errar o alvo, ir dando tiros a esmo. Estudar também quanto de energia essa nuvem de carbono vai absorver, e se realmente essa quantidade de energia seria suficiente para deflagrar esse processo...

Bom, essa quantidade de energia nós já fizemos uma verificação e chegamos à conclusão de que uma nuvem de carbono, uma cortina de carbono sobre o oceano, 200 por 200 km, que é o que pretendemos fazer. Ela produz, ela absorve uma quantidade de energia e, conseqüentemente, bombeia essa energia para a atmosfera, a quantidade dessa energia equivale a 20 megatons, quer dizer, equivale a 20 das maiores bombas de hidrogênio que o homem já fez.

Então, uma operação é um dia, um dia, quer dizer, é uma quantidade de energia fantástica que vai ser bombeada para a atmosfera. Então, a primeira pergunta, a primeira coisa a gente já fica de cabelo em pé: "puxa, essa quantidade de energia! É claro que está quantidade de energia está sendo distribuída em 10 horas, são 10 horas, não é de repente, senão seria uma bomba. Ela é distribuída em uma área grande de 40 mil Km² e durante 10 horas, não é de repente.

Bom, então nós temos aí uma quantidade de energia. É a maior quantidade de energia disponível, a não ser da energia nuclear e termonuclear, que o homem tem hoje a sua disposição.

Então, o potencial é enorme. Nós temos obrigação de estudar esse potencial. É evidente que nós temos obrigação de utilizar esse potencial. É claro que se nós o utilizarmos mal poderemos provocar um desastre, daí a necessidade de fazer pesquisas anteriores. Nisso nós temos insistido muito, eu acho que está muito claro, têm que ser feitas outras pesquisas, muitas outras. Como que essa nuvem interage com a atmosfera? Será que nós vamos espalhá-la lá e ela vai-se dissipar, se perder toda por aí e não produzir nada? Será que ela vai realmente formar nuvens? Que ela vai formar nuvens eu não tenho dúvida, ela vai formar nuvens, mas será que esse processo vai ser suficientemente forte ou contínuo para deflagrar aquele processo e continuar produzindo nuvens suficientes para provocar um episódio completo que vá provocar chuva no interior? Será que essas nuvens conseguem transpor a serra de Borborema e chover realmente no interior e não ficar no litoral? Como que essas nuvens que se formam vão interagir entre si? Como que elas vão interagir com o resto do sistema, do mesosistema, para se realimentar, porque pelo que nós temos estudado dos nossos modelos, que ainda são modelos simplificados, tudo funciona muito bem, mas são modelos simplificados. Por exemplo, nosso modelo tem uma falha muito grande, que nós consideramos ali a fonte de calor mas não temos ainda.

O SR. JOSÉ LINS — Quantos quilos ou m³ de petróleo ou toneladas precisariam queimar para uma operação?

O SR. HUGO DE OLIVEIRA PIVA — Precisariamos, para uma operação, 1.000 toneladas, que é um décimo do que foi queimado naquele incêndio nos depósitos da Shell, que em 1978 destruíram os depósitos da Shell lá em Fortaleza, lá foram destruídas 10 milhões de toneladas de petróleo.

O SR. JOSÉ LINS — Essa energia é o que transfere?

O SR. HUGO DE OLIVEIRA PIVA — É a energia que transfere. A massa d'água, se houver a realimentação que nós esperamos que ocorra, que pelo menos no nosso modelo ela está indicando que vai ocorrer, vai multiplicar, e o que vai chegar no interior é uma quantidade equivalente de energia dezenas de vezes maior do que isso, talvez centenas.

O processo é de uma fecundidade, de um potencial extraordinário.

O SR. JOSÉ LINS — Agora, essas cortinas de carbono têm que ser distribuídas nessa área de...?

O SR. HUGO DE OLIVEIRA PIVA — De 200 por 200.

Então, o problema da distribuição aí já é um problema também grande, mas é um problema tecnológico, esse sabe-se resolver, é um problema de engenharia. Mas, não há nenhuma experiência no mundo ainda desse tipo.

Bom, essa experiência foi imaginada há muitos anos atrás e foi tentada já algumas vezes em computadores, em laboratórios. As experiências em laboratórios não foram muito significativas, porque não se consegue simular em laboratório condições que sejam realmente extrapoláveis, neste caso. Então, as experiências de laboratório não foram muito importantes, muito significativas.

Uma outra coisa é que, talvez, o Nordeste brasileiro seja o único lugar do mundo onde seja possível executar isso, porque tem os ventos alísios que são muito bem comportados, porque eles estão sempre soprando do mar para o continente, soprando um ar muito úmido e são muito laminares. Quer dizer, eles não são muito turbulentos, não têm muita diferença de velocidade em altura, que é o que chamamos cisalhamento de ventos.

Então, é uma situação muito favorável. Nós estudamos esse processo em vários outros lugares, inclusive em uma época em que nós andávamos desanimados porque

não conseguimos fundos do Governo, nós fomos tentar ver se nós conseguíamos vender isso para a Arábia ou para a Líbia. Fizemos uns estudos lá no local e lá não era possível, porque o vento que sopra na época da seca é um vento seco que vem do interior, então não daria para fazer isso. E o da Líbia também, o vento que sopra na época da seca, ele passa somente na costa, não daria para ir para... Quer dizer, talvez dos lugares que nós estudamos do mundo, a grosso modo, o Nordeste seja o que apresenta situação mais propícia, é uma situação bastante afortunada que nós temos.

Quer dizer, tudo isso indica que nós temos que procurar nos aprofundar neste problema, porque ele tem um potencial muito grande e todas essas pesquisas que fizemos por exemplo, esses modelos matemáticos, esse estudo do clima mais aprofundado, a gente tem que saber com certeza de onde vem a água da chuva que cai no Nordeste, será que é a água do mar mesmo? Então, só esse estudo já vai dar uma idéia muito mais clara para todos nós de como se comporta a meteorologia nordestina e com isso nós podemos entender melhor, no mínimo entender melhor, se possível agir sobre ela.

Então, essas pesquisas que nós estamos propondo, a quantidade de energia bombeada para a atmosfera com 1.000 t de partículas de carbono vão produzir o equivalente a 20 megatons, seria o equivalente a 1.000 daquelas bombas que foram lançadas em Hiroshima. É uma quantidade de energia fantástica.

Bom, essa quantidade, embora seja fantástica, do ponto de vista meteorológico ela não é tão grande assim, porque uma frente, uma grande frente fria movimenta uma quantidade de energia muito superior a essa. Mas essa é uma energia que está ali e que nós sabemos a direção que podemos dar a ela, e que pode servir para mudar o equilíbrio no momento preciso. E é uma energia que está lá a um preço relativamente barato, ao preço de algumas toneladas de petróleo, e o próprio Nordeste produz esse petróleo.

Então, o MOCLIMA teria que ter uma primeira fase de estudos observacionais, quer dizer, fazer uma boa rede de observação dos dados do clima do Nordeste. Teríamos que fazer estudos históricos das variações climáticas. É comum nós ouvirmos falar: "não, foi o homem que desflorestou o Nordeste, então está provocando agora essa seca! Há quanto tempo que tem seca, que não tem?" Fazer estudos e modelos numéricos para ver aquele comportamento de quais são os melhores locais para colocar essa cortina de fumaça, como que essas partículas de fuligem vão interagir com a atmosfera? Como que cada nuvem vai interagir com a outra; como que essa nuvem vai interagir com a atmosfera, se ela vai realimentar o processo ou não vai realimentar? Se essas nuvens vão fazer chover no interior ou vão fazer chover no litoral? Enfim, tudo isso tem que ser estudado por esses estudos e modelos numéricos. Depois, então, nós passamos para os estudos de engenharia e as primeiras experiências de campo. Naturalmente, nós não vamos fazer a primeira experiência de cálculo por 200Km². Mas, tem que ser suficientemente grande para ser significativa. E depois, temos que fazer os estudos sociais legais e econômicos. Nós vamos: e essa mudança aqui, será que socialmente ela é benéfica, será que legalmente ela é possível, será que economicamente ela é viável? São perguntas que terão que ser respondidas antes de partirmos para uma solução. Mas, de qualquer maneira isso tem que ser feito, esses estudos têm que ser feitos, senão nós ficamos sempre nessa discussão teórica e árida, como nós estamos fazendo hoje. Ah! vamos fazer, mas se acontecer isso, se nós propusermos isso aqui em 1975. Quer dizer: em 1975, nós tínhamos plano de levar 6 anos para fazer essas investigações preliminares aqui. Seria a conta certa, em 81 ela estaria pronta, todas as respostas já estariam dadas. Nós hoje, saberíamos, se vamos partir para isso, ou se não vamos, não dá, vamos procurar outra so-

lução. Mas, eu repito: todas essas pesquisas vão dar benefício de qualquer maneira, elas serão úteis para o Nordeste de qualquer maneira. Quer dizer que não é um dinheiro perdido nessas pesquisas de maneira alguma.

Nessas pesquisas nós já fizemos muitas. Já fizemos estudos observacionais, por exemplo, sobre a procedência das chuvas do Nordeste. Nós já vimos que a maior parte das chuvas vem realmente do oceano. Havia aquela dúvida, com relação às chuvas serem resultantes das frentes frias que chegavam lá. Mas, pouquíssimas frentes conseguem chegar até lá. Então, elas vêm mesmo do oceano, aí já é uma coisa bastante viável.

Aqui, infelizmente, não dá para ver, essas ondas, mais aqui, são aquelas ondas de chuvas causadas por aqueles episódios de chuvas que falei. Então, o episódio, começa exatamente em Recife, vai indo para o interior, e vai parar no Piauí, Maranhão e etc. Gradativamente passa um dia aqui, o dia seguinte, logo dois dias depois em outro lugar, e assim por diante. Então, realmente ela vem do mar.

Nós fizemos mais do que isso, fizemos um exame de toda água da chuva do Nordeste, um exame pelos isótopos. Certos isótopos que estão sempre presente na água da chuva, e sabemos então, pela análise desses isótopos, da quantidade desses isótopos, num desses isótopos, por exemplo, a quantidade de água pesada que tem na água da chuva. Então, cada tipo de água, a água de lagoa, tem uma certa, o que nós chamamos um certo perfil, uma certa impressão digital, vamos dizer assim, uma certa marca, ali tem uma certa quantidade de isótopos. A água do rio tem outra quantidade de isótopos, a água do poço, a água de mina, tem outra quantidade de isótopos, a água do mar tem uma quantidade diferente. Então, examinando, podemos saber. O processo não é tão simples assim como estou falando, pois essa pesquisa levou vários anos. Mas, nós chegamos à conclusão de que a maior parte da água que chove no Nordeste vem realmente do oceano. Então, é lícito nós estarmos propondo esse tipo, então vamos aumentar produzindo mais evaporação no oceano. O próprio aumento de chuvas que é provocado pela massa de água quente quando ela se aproxima das costas do Nordeste, já é uma indicação clara disso também. Quando a água do mar é quente, há maior evaporação, e essa evaporação chove lá. Quer dizer: há várias indicações de que realmente a água da chuva vem do oceano.

Aqui, nós estamos vendo pesquisas que foram feitas, pesquisas arqueológicas para se saber, realmente, há quanto tempo existe esse problema de seca do Nordeste. Então, nós estamos vendo aqui, onde são cavados poços, nas beiras de lagoas e etc., e pela quantidade de pólen fóssil existente, nós sabemos quais os anos que foram secos e quais os anos que foram chuvosos. Essas experiências deram um resultado muito interessante. Aqui, nós estamos vendo, isso chama-se trado, um trado arqueológico. Fura-se uma árvore muito antiga, e tira-se uma amostra das diversas camadas da mesma. Assim, não se precisa cortar a árvore, porque sabe-se que cada ano marca um círculo ali em volta e no cerne da árvore, vê-se o que aconteceu, se choveu, se houve incêndio e etc. Então, com esse processo não se precisa cortar a árvore, mede-se, tira-se. Então, nós descobrimos ali cactos de 800 anos de idade, vivos. O cacto é um vegetal que ocorre em regiões secas. Então, se ele já estava lá há 800 anos, é porque já era seco há muito mais de 800 anos para que o cacto tenha se adaptado a região. Os estudos dos pólenes, fósseis e etc. nos indicou que realmente no Nordeste tem esse problema de seca há 10 mil anos. Foi desde a época glacial, e o último período glacial terminou há mais ou menos 12 mil anos atrás. Doze mil anos o tempo começou a mudar, e de dez mil anos para cá, o Nordeste é seco.

Então, o problema é bastante antigo, e que portanto, nos dá também um alerta, que se ele fosse recente, causa-

do por uma modificação artificial, talvez a solução fosse mais fácil. Então, vamos reflorestar, vamos isso. Não é só isso, tem alguma outra causa muito mais preponderante. Porque ele vem de dez mil anos atrás. Quer dizer: é uma notícia que não é tão alentatória, mas enfim ela está aí, e não podemos mudar o que aconteceu. Temos que enfrentar a realidade, não ficar com sonhos.

Outro estudo que nós fizemos, aqui na nossa base de Petrolina, onde temos o nosso centro de pesquisas, que o Senhor já visitou, em 79. Agora, ele já está bem mais aparelhado. Nós fizemos vôo com o avião Bandeirantes, equipado especialmente para medir a quantidade de radiação que chega do sol, e a quantidade de radiação que o solo manda de volta, que reflete de volta. Essa relação das duas nós chamamos de anbedro. Anbedro, então é a porcentagem de radiação que o solo rejeita, quer dizer, manda de volta para o espaço, e que como energia ela é perdida.

Isso aqui é muito importante para saber o balanço energético ali, para ver como se pode usar essa energia, a nosso favor, ou como que aquela distribuição vai nos prejudicar. Nós temos que então contornar, se ela tiver uma distribuição desfavorável, tem que ser contornada. Também esse estudo já foi completado. São estudos altamente importantes para entender a meteorologia no Nordeste, e para se saber dosar e dimensionar as soluções futuras.

Aqui, o que já foi feito, que eu já mencionei, os levantamentos de dados meteorológicos no Nordeste, o estudo paleontológico, obtenção de amostra de solos, e aquela coisa toda, pesquisas bibliográficas para saber no passado como que foi, fotografias de satélites mais recentes, para saber como que aquilo evolui. Tudo isso já está terminado, uma série de outras coisas que também já foram feitas, uma quantidade muito grande de pesquisa que já foi feita, mas nós não podemos nos lançar ainda a pleno vapor nessa pesquisa, porque até agora não tivemos recursos para fazer pesquisa em profundidade. Nós temos feito as pesquisas com aquilo que podemos tirar das nossas verbas que são bem apertadas, que tem um outro direcionamento. O que precisa ser feito, eu já mencionei aqui, que tem todos aqueles modelos matemáticos, estudos mais profundos dentro do estudo de meso-escala na região, para partirmos depois para experiências de campo.

Sem dúvida, isto aqui dá uma idéia pois, é um fluxograma de como deve ser orientada essa pesquisa, porque como mencionei, nós temos aí à disposição uma quantidade de energia muito grande. O potencial disso é imenso, e como o potencial é imenso para o bem, ele também pode ser um grande potencial para o mal se for mal-empregado. Então, ele precisa ser criteriosamente estudado; todas aquelas pesquisas intermediárias terão que ser feitas necessariamente para prosseguirmos os estudos. Dado início ao projeto temos que fazer duas coisas: um estudo de clima, do clima recente e atual, o que é a meteorologia do Nordeste no momento de hoje e o que ela foi no passado — estudos históricos de sua avaliação. Se esses dois estudos indicarem que há uma possibilidade viável partiremos então para os modelos matemáticos; aí esses dois estudos já estão praticamente completados, porque eles não precisavam de muitos recursos. Mas para os estudos numéricos precisamos de muitos recursos, precisamos contratar gente especializada, gente que não existe, que não está disponível no mundo; temos que pegar um matemático, um físico, um meteorologista, etc, colocá-los juntos para estudar, fazer pesquisas durante vários anos, para desenvolver os modelos. Com o resultado desses modelos, que chamamos de fase 3, vamos ter a primeira pergunta: ele será tecnicamente viável ou não? Se não for tecnicamente viável nós encerramos o projeto aqui. Agora, aquelas pesquisas não serão perdidas, aqueles modelos matemáticos vão servir para termos uma

compreensão fantástica, uma ferramenta extraordinária que teremos sempre à nossa disposição para todos aqueles estudos climáticos, inclusive para melhorar previsões, etc. Se for tecnicamente viável temos que fazer ainda duas coisas: temos que fazer os estudos de engenharia e testes de campo para ver se aquilo é tecnicamente viável ou não; e se não for tecnicamente viável abandonamos normalmente. Mas, repito, aquilo ali também não é perdido, porque é uma tecnologia que fica à nossa disposição para outras aplicações. Se for tecnicamente viável ainda não vamos aplicar, mesmo que esteja tudo aprovado, que esteja provado que tecnicamente é viável, que teoricamente é viável. Vamos fazer os estudos sócio-econômicos e legais para ver qual é o impacto social das medidas no Nordeste, os entraves legais que possam ocorrer. Será que não vai afetar outras regiões e até nossos vizinhos não vão começar a pressionar diplomaticamente o Brasil, etc? Seria economicamente viável? Já vamos ter uma outra questão: nós aplicamos isso experimentalmente ou não? Aqui, pode ser que diga: não. Se não for aplicar experimentalmente ainda vamos ter uma outra pergunta: bom, pode não ser interessante aplicar operacionalmente, mas não seria, será que não seria desejável e seria completamente viável a aplicação eventual, numa catástrofe por exemplo? Se for não, encerra. Se for sim, temos aqui a prateleira um método que pode ser aplicado numa catástrofe. Se for conveniente, ou viável, aceitável, aconselhável aplicar operacionalmente, temos um método para ser aplicado operacionalmente. Então, esse é mais ou menos o panorama que eu queria dar para os senhores dos nossos estudos.

Vimos que existe um problema meteorológico que não é de hoje, é milenar, que está aí; o problema tem várias facetas, eu diria mais do que meteorológico é hidrometeorológico, porque não há água em quantidade suficiente. Mesmo num ano de chuvas normais; a água dá apenas para irrigar 10% do território agricultável, quer dizer, além de tudo essa água é mal distribuída no tempo e no espaço, tem períodos de seca, períodos de chuva; mesmo durante os períodos de chuva ela é mal distribuída geograficamente; tem bolsões que sofrem veranicos que dão prejuízos muito grandes. Sabemos também que mesmo em períodos que não há chuva normalmente, há muitas nuvens que passam ali encima que poderão ser nucleadas; temos já esse método funcionando, de melhorar a produtividade dessas nuvens do ponto de vista de produção de água.

Vimos que temos ainda uma possibilidade, ainda teórica, mas existe um potencial muito grande de aplicação desse projeto MOCLIMA para aumentar a quantidade de nuvens e aumentar também o tamanho das nuvens.

Vimos que o problema do Nordeste é um problema gerencial de água, que como está hoje, muita água perdida vai para o oceano, é mal utilizada; então, há um problema gerencial; não há dúvida que há. Precisamos ter mais barragens, melhor distribuição dessa água, um melhor gerenciamento da água. Não há dúvida que tem. Mas isso não é suficiente. Só um bom gerenciamento vai dar apenas para 10% da área, num ano bom de chuva. Então, teremos que aplicar outros métodos para aumentar a quantidade de água; um desses métodos é a modificação artificial do tempo usando aviões para fazer a nucleação das nuvens; é um método barato e bastante efetivo para casos específicos. Há um outro método muito mais poderoso que seria o projeto MOCLIMA, que poderia, se tudo der certo, regularizar pelo menos um inverno. Não estou falando ainda do problema da estação seca. A estação seca terá que ser estudada com muito maior critério porque aí poderá ter efeitos bastante graves. O reflorestamento, por exemplo, seria muito benéfico, sem dúvida alguma, mas ele em si não é suficiente. Evitar queimadas, que prejudicam bastante também a pluviosidade porque ela coloca um número muito gran-

de de núcleos de condensação; aquela umidade que já é pouca se condensa num número muito grande de partículas pequeninhas e não consegue nunca chover; elas vão passando e vai chover só lá na Amazônia porque lá tem mais umidade. As campanhas educacionais também têm que ser feitas. O projeto MOCLIMA, pelo seu potencial, temos obrigação de andar com ele para frente, fazendo as pesquisas aconselháveis.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Eu gostaria inicialmente de agradecer ao Brigadeiro Piva pela exposição que acaba de fazer. S. S^a trouxe à Comissão exatamente aquilo que já prevíamos ouvir e receber. O Senador Almir Pinto, o Senador José Lins e eu fazíamos parte da Comissão de assuntos Regionais, e tivemos a oportunidade de assistir às palestras lá no CTA em 1979, naturalmente com as informações que o Brigadeiro traz agora, de que nesses anos se completaram algumas das pesquisas.

É normal, Brigadeiro Piva, aqui nesta Comissão, que façamos uma inscrição WQra que o tempo não se prolongue em demasia de pessoas que desejem fazer perguntas. Quero aproveitar, enquanto se colhe as assinaturas, para dizer duas coisas: a exposição que o Brigadeiro Piva trouxe a esta CPI, aliás já do nosso conhecimento, um fato da maior relevância para o País: são 30 milhões de habitantes dependendo de água no Nordeste para continuarem vivendo ali. O Brigadeiro traçou isso com absoluta nitidez: a água existente apenas é suficiente para que se irrigue 2 milhões de hectares, pouco mais de 2% da Área do Polígono das Secas, e não tem mais água, não existe e a que cai no Nordeste vai para o mar, ou se infiltra, o que dá no mesmo. A proposta do CTA, além de ser fascinante e, porque cria uma nova perspectiva de se fazer água no Nordeste sem desvio de bacias complicadas. Claro que praticamente dará algum resultado, mas jamais como a proposição do CTA.

O que eu gostaria de acrescentar é que a exposição traz a esta Comissão, representantes do povo que estão aqui, aos empresários do Ceará e de outros pontos do País que, atendendo ao nosso convite, gentilmente aqui estão; o que esta exposição traz, além da expectativa, da esperança que dá ao Nordeste, coisa que ainda não ouvimos em nenhuma outra exposição, porque as proposições para o Nordeste têm sido de acumular água através do processo comum, de barragens, de poços e etc., mas nunca de criar água. Realmente a proposição do CTA é genial, criar água com os meios que a natureza está aí a oferecer. E mais genial ainda é a idéia de utilizar a energia solar de maneira tão efetiva, aparentemente simples, mas efetiva, logicamente viável, de alguns megatons de energia pela simples inteligência do homem de, colocando uma massa de carbono na atmosfera, essa massa absorve a energia solar e essa massa de energia é superior a mil bombas daquelas que caíram em Hiroshima. É algo fascinante.

Além do mais, o que disse o Brigadeiro aqui como engenheiro quero felicitá-lo e ao seu Instituto pela oportunidade que dá ao País — é que, quando se fala no projeto nuclear brasileiro se diz que ainda que nós não viéssemos a precisar dessa energia, por termos energia hidrelétrica sobrando, só o impacto na economia do País, no desenvolvimento tecnológico, na preparação da nossa sociedade, só isso já pagaria qualquer investimento no Projeto Nuclear Brasileiro.

Creio que na proposição do CTA há algo semelhante, imaginem a quantidade de profissionais que o Nordeste iria ter que preparar para conviver com um projeto de tamanho envergadura, como esse proposto pelo CTÁ.

E quero só concluir dizendo ao Sr. Brigadeiro: a sua exposição faz renascer a esperança nos homens que representam o povo nesta Casa do Congresso Nacional. Nós estamos satisfeitos por termos ouvido esta exposição, Sr. Brigadeiro, e queremos felicitá-lo pelo que o

CTA tem feito; pelo trabalho que V. S^a e seus comandados e comandantes têm feito. Daqui para a frente, nós os representantes do povo nesta Casa do Congresso brasileiro vamos juntar as nossas forças às autoridades, às pessoas responsáveis, para dar o suporte necessário, para sensibilizar as nossas autoridades para que se disponham a colocar os recursos para essa seqüência lógica, clara, evidente. O CTA acaba de dar uma demonstração de que não é uma aventura, tem um esquema de trabalho de tal ordem, que dá ao Brasil uma oportunidade ímpar de penetrar nos segredos da natureza tal como a NASA fez nos Estados Unidos e tal como estamos, numa hora dessas, necessitando fazer um projeto dessa natureza funcionar.

Parabenizando V. S^a, Brigadeiro Hugo de Oliveira Piva, por esta exposição, queremos dizer-lhe que esta exposição vai dar frutos. Se Deus quiser, vamos reunir todas as forças vivas deste País e vamos colocar à disposição desse Instituto que precisa ser mais bem conhecido pelo País, esse Instituto da mais alta respeitabilidade, como disse no começo dessa exposição, que se dá a ele a oportunidade de contratar técnicos brasileiros ou estrangeiros e que, num esforço conjunto, se dê realmente uma oportunidade de transformar o Nordeste, aquele pedaço de País, que é bolsão de pobreza hoje, que se transforme o Nordeste, por um projeto dessa natureza, num pedaço de Brasil que ajude este País a alcançar os seus objetivos.

Os nossos cumprimentos, os nossos parabéns e os nossos agradecimentos, Sr. Brigadeiro.

E agora nós queremos começar a dar aos nossos convidados de hoje a oportunidade de fazer as perguntas, que certamente a todos interessa conhecer, sobre esta brilhante exposição de V. S^a. Apenas pediria a todos os Srs. que façam perguntas bemcurtas, porque aqui já temos várias questões e gostaríamos que fossem curtas e objetivas para que todos tivessem oportunidade de ouvir as respostas do Brigadeiro Hugo Piva.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Santana, como primeiro orador inscrito.

O SR. FERNANDO SANTANA — Sr. Brigadeiro, V. S^a informou que mesmo num ano bom nós só teríamos possibilidade, com a água disponível, de irrigar 10% da área agricultável do Nordeste. Isso me trouxe uma profunda preocupação.

Eu queria saber, Sr. Brigadeiro, como foi feito esse cálculo da água, é de toda a água que cai no Nordeste, água da chuva? Qual a retenção admitida dessa água que cai para que chegássemos à conclusão de que apenas 10% da área agricultável poderia ser beneficiada com a irrigação? Porque há uma precipitação conhecida, pelo menos em algumas cidades tem-se observações de quase ou mais de 100 anos, então já tem mais ou menos uma média secular dos bons períodos de chuva no Nordeste. Então, o que gostaria de saber é simplesmente isso: essa água que cai, nesse cálculo está quanto da água que cai, ou ela toda vai para o Atlântico?

Segunda questão: nós fomos informados de que de 1975 a 1981 esse projeto já poderia estar em fase final ou em conclusão. Por que razões, em 1983, o projeto ainda não chegou ao seu ponto final? Falta de recursos? Por que essa falta de recursos, diante de uma questão de tanta importância para o País e para o Nordeste?

O SR. HUGO PIVA — Muito obrigado, nobre Deputado Fernando Santana.

A primeira parte da pergunta é o que significa aquela água que é necessária para irrigar 2 milhões de hectares. Isso é um cálculo que foi feito pelo DNOCS, não foi feito por nós, mas que evidentemente a ele tivemos acesso, que conta toda a água da chuva como se ela fosse totalmente aproveitada, conta mais toda a água dos rios da Região, como se fossem totalmente aproveitados e conta também toda a água disponível do subsolo conhecida.

evidentemente o subsolo não é totalmente conhecido, se bem que o subsolo nordestino é bastante conhecido porque têm sido feitos estudos já há bastante tempo. Então, temos uma idéia já bastante boa de qual é essa disponibilidade. Quer dizer, então são esses 2 milhões de hectares em condições ideais, no ano de boa chuva.

A outra parte da pergunta é um pouco mais delicada para mim, porque propusemos, em 1975, a solução desse problema, quer dizer, não a solução, propusemos o estudo do problema porque há ainda uma série de pesquisas a serem feitas e nós não conseguimos ainda motivar suficientemente as nossas autoridades financeiras, para que elas financiem um projeto desse tipo. O Brasil, de 1975 para cá já estava em plena crise do petróleo, com várias outras crises e outros problemas, tivemos outras prioridades. Acredito que seja essa a razão porque nós, até hoje, não fomos financiados.

O SR. FERNANDO SANTANA — Obrigado. Mas as prioridades sempre são, digamos assim, alinhadas dentro de um critério político. O que está faltando para o Nordeste é uma decisão política de resolver o seu problema.

Muito obrigado. Peço desculpas por ter que me retirar e por isso não posso assistir as perguntas tão boas que serão feitas hoje.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Na seqüência das inscrições, concedo a palavra ao Sr. Senador José Lins.

O SR. JOSÉ LINS — Meu caro Brigadeiro Piva, eu evidentemente não vou fazer nenhuma pergunta ao Sr., porque tenho acompanhado de tal modo o seu trabalho que praticamente procuro me atualizar sobre os seus objetivos e seus resultados. Mas eu queria dar o meu testemunho do esforço que V. S^a tem feito para nós ajudar. Desde a época em que eu entrei no DNOCS, como Diretor-Geral do Departamento de Obras Contra as Secas, em 1970, até hoje tenho acompanhado esse trabalho, e durante o período em que fui Superintendente da SUDENE procurei ajudar do melhor modo possível, objetivando a continuidade da pesquisa que V. S^a e o CTA têm ali feito. São três projetos fundamentais, um de previsão de tempo, um de aproveitamento de nuvens naturais para chuva artificial e outro para criar novas nuvens, portanto, mais água para o Nordeste. É o ideal.

O Nordeste tem uma dívida de gratidão para com o CTA e essa dívida será paga através do reconhecimento que nós devemos ao seu esforço e ao esforço de sua equipe.

Eu queria, portanto, simplesmente dizer que essa dívida de gratidão deverá ser paga, conforme diz o Senador Alberto Silva, com o nosso esforço político, para que não haja solução de continuidade nesse trabalho. Isso é muito importante, e vou dizer porque; porque nós nordestinos não temos sabido exigir que as boas idéias tenham bom curso, e quando as boas idéias não são tratadas com segurança, pela falta de dinheiro e pela falta de continuidade elas se desmoralizam. E se desmoralizam de tal modo que para se recuperar a validade é preciso um esforço enorme. Outro dia citei em Plenário o que aconteceu, há pouco tempo, com a SUDAVEA. Chegou até a dizer que o Nordeste não precisava de açude, porque açude não resolvia nada, por quê? Porque desde o início a idéia do velho Departamento de Obras Contra as Secas foi fazer água para usar na irrigação e na agricultura, e como sempre se parou na construção de açudes, nunca se fez um esforço maior para utilizar-se essa água, aí está o Orós perdendo quase um centímetro d'água por dia, na sua altura, o sol bebendo milhões de metros cúbicos d'água e ninguém aproveita esta água.

Então, o fato é que nós estamos desmoralizando a ideia da irrigação achando que a água não vale nada porque não estamos usando esta água. E tenho muito medo de

que, se não dermos continuidade a essas idéias, se não levamos esses estudos avante, vai chegar o dia em que vai se dizer que há 10, 20 anos que o CTA estuda o problema e não chega a resultado algum. Então, vão desmoralizar, mais uma vez, essas idéias.

Então, é nossa obrigação, Senador Alberto Silva, ajudar porque, como diz o Brigadeiro, a pesquisa dá sempre resultado, até quando ela é negativa. Quer dizer, já não se conta mais com aquilo, passa-se a explorar uma outra idéia.

Mas, parabenizando V. S^a queria complementar uma informação. V. S^a se referiu ao dado da pesquisa do DNOCS, e a pergunta do nobre Deputado Santana demonstra que S. Ex^a ficou preocupado com esses dois milhões de hectares.

Em primeiro lugar, o melhor estudo feito pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a SUDENE; sobre esse assunto, foi o estudo do Vale do Jaguarí, feito durante 10 anos pelos franceses, e eles chegaram a conclusão, com o DNOCS, que com uma precipitação média de 600 milímetros por ano, na metade do Ceará, isto é, 72 mil quilômetros quadrados, do vale, cai, em média, por ano, 54 bilhões de metros cúbicos d'água. Desse 54 bilhões de metros cúbicos, cerca de 20 bilhões de metros cúbicos se evaporam quase imediatamente, devido às condições de temperatura, de insolação e tudo mais. Cerca de 25 bilhões penetram rapidamente na capa do solo, no chão do vale, são absorvidas pelas raízes das plantas, quase imediatamente, as plantas aproveitam aquilo com uma rapidez extraordinária, por isso que dizemos que com duas chuvas o Nordeste fica verde. Mas, em compensação a planta processa essa água, perde levada por transpiração e essa água vai embora de novo e a plantinha vai esperar nova chuva, novo inverno. E, finalmente, desses 54, 55 bilhões, cerca de 10%, 5 bilhões, constitui o run-off, que vai se acumular nos açudes 5 a 8 bilhões de metros cúbicos. Agora, nós não aproveitamos nem ainda essa água do run-off, e eles acham que o run-off pode ser muito aumentado, portanto poderíamos ter ainda uma margem de aproveitamento melhor dessa água do chão. Esses dois milhões de hectares, seja um pouco mais, a avaliação do Duque é de quatro, seria uma média de 3%, elevaria isso para cerca de 3 milhões de hectares, não é apenas num ano, é a vasão que se pode regularizar na construção dos açudes, prendendo o run-off para irrigar continuamente, mesmo nos anos piores. Então, é uma situação bem melhor do que aquela em que se tomaria ano por ano, dois mil hectares por ano, mais um outro se for seca não irriga. Seria uma irrigação contínua e segura.

Eu agradeço a paciência de ter me ouvido e quero parabenizar V. S^a pela exposição que fez e que o Nordeste faça justiça ao CTA e a V. S^a pelo trabalho que vem desenvolvendo.

O SR. HUGO DE OLIVEIRA PIVA — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Nobre Senador José Lins, quero aproveitar esse aparte e essa pergunta feita pelo eminente Senador do Nordeste, ex-Diretor do DNOCS e da SUDENE, para dizer que foi exatamente por esta razão que esta Comissão, através desta Presidência, convidou o Brigadeiro Piva para fazer essa exposição aqui. Exatamente porque queríamos, de corpo presente, dizer a V. S^a que vamos juntar as forças do Nordeste todas, e mais as do País que pudermos convocar, no sentido de dar o apoio necessário para que as pesquisas do CTA prossigam e as idéias não desapareçam como muito bem lembrou o Senador José Lins. Acho que é a hora. Poderia já ter sido feito antes, mas não importa se não foi feito. O importante é que daqui para frente não se perca a oportunidade de se dar as condições de que o CTA prossiga com as pesquisas e que afi-

nal o Nordeste se torne viável e deixe de ser o bolsão de pobreza que tem sido até hoje.

A SR^a CRISTINA TAVARES — Sr. Presidente, Sr. Brigadeiro, eu queria, inicialmente, me congratular com a iniciativa de convidar para uma Comissão do Senado Federal o Brigadeiro responsável pelos estudos do CTA e há cinco anos, quando foi anunciado que os estudos do CTA indicavam uma seca prolongada no Nordeste, eu vivi a angústia do povo sertanejo e a angústia era tão grande que não acreditavam que fosse possível essa seca de 4 anos que se prolonga por 5 anos. A partir desse momento acho que nós que formamos as lideranças políticas do Nordeste, temos que olhar com dupla atenção o trabalho sério que tem sido feito pelo CTA.

Queria complementar a impressão do Deputado Fernando Santana, que no entretanto a questão do Nordeste não é uma questão técnica é uma questão política. Imperadores, Presidentes eleitos pelo povo, Presidentes não eleitos pelo povo, todos se sensibilizaram e choraram diante da miséria do Nordeste e de repente o Nordeste não tinha as condições de viabilidade econômica porque era pobre demais, e hoje o Nordeste continua a não ter porque a sua pobreza foi politizada. É preciso que haja população miseráveis, dependendo de uma esmola das verbas de emergências, para que o sistema que aí está mantenha a sua maioria no Senado e na Câmara dos Deputados, ou seja, sobrevivência do sistema depende de uma maioria conseguida às custas da pobreza e da miséria do Nordeste. Essa miséria politizada dificilmente terá um encaminhamento político que precisamos. Aí está a prova, desde 1975 o CTA precisa de verbas para que se prossigam os estudos que poderão ou não ter viabilidade. Um estudo que, no conhecimento político, na sensibilidade política vemos que é um estudo sério mas para isso não vêm verbas. No entanto, os candidatos presidenciais, nesta República, que nos comove com o Nordeste, estão imaginando desviar o rio de outro rio. Eu frequentei a CPI que estudou as enchentes do rio São Francisco e constatamos, com muita tristeza, que a miséria na beira d'água, a miséria no vale do São Francisco é tão grande quanto no sertão do Pajeú onde não tem água, porque a miséria ali também é politizada.

E a questão da solução da problemática do Nordeste, Sr. Brigadeiro, me parece que está também associada a uma presença maciça de latifúndios que lá exercem o poder de oligarquias, antes eram oligarquias sociais e econômicas e hoje são também oligarquias políticas. Se toda a Nação quer, se os grandes mandatários da Nação desejam, se se emocionam e choram, se o Brasil precisa, então por que não se faz?

Esta é a principal questão que me parece deva ser colocada aqui. E eu diria até, Sr. Brigadeiro, que nesta luta que V. S^a trava, as Oposições que têm responsabilidade no processo político do Nordeste devem se associar e de uma maneira dinâmica e positiva e para isso precisamos saber todas as razões, os impedimentos. Quanto precisaria o CTA para prosseguir esses estudos e o fazer no tempo mais rápido possível, para que pudéssemos ter uma solução técnica e politicamente viabilizada. Embora repita que pessoalmente é a impressão de que esse Nordeste agora, com essas eleições de 1978, acabou de assinar a sua condenação à morte, será sempre pobre para que o Governo que aí esteja tenha a sua maioria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. É preciso que, com base em pareceres técnicos nós possamos dizer às autoridades governamentais que aí estão o que se precisa para se conseguir pelo menos um dos segmentos, que é o CTA, que estuda com seriedade a questão do Nordeste.

A minha pergunta é justamente qual a previsão de custo para que se prossigam esses estudos e o cronograma para a conclusão dessas propostas até a última etapa que V. S^a falou aí no projeto MOCLIMA.

O SR. HUGO DE OLIVEIRA PIVA — Bom, o projeto, como falei, ainda precisa de uma fase preparatória onde deverão ser feitas uma série de pesquisas que são fundamentais para prosseguirmos. Essas pesquisas preparatórias, nós imaginamos que requeiram ainda no mínimo três anos, que custariam, a preços de hoje, 1 bilhão e 300 no primeiro ano.

A SR.^a CRISTINA TAVARES — Em ORTN então?

O SR. HUGO DE OLIVEIRA PIVA — É. Um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros no primeiro ano, 1 bilhão e 900 milhões no segundo ano e 3 bilhões e meio no terceiro ano.

O SR. ALMIR PINTO — Sr. Brigadeiro, eu queria só complementar a pergunta da Deputada Cristina Tavares. Eu estive no CTA com a delegação do Senado, em 1979, assistimos 8 horas de aula lá e trouxemos aqueles cadernos bem elaborados pelo CTA, e naquele momento, veja só o que é a procrastinação para com o Nordeste, nós perguntamos, inclusive a V. S^a, quanto custaria o projeto. Então, naquela ocasião, nobre Deputada Cristina Tavares, eram 189 milhões no primeiro ano e 89 milhões no segundo, que não daria um total de 300 milhões.

A SR.^a CRISTINA TAVARES — Só queria complementar, a minha pergunta. Esse projeto de três anos, ele está paralisado desde quando, Sr. Brigadeiro, por favor.

O SR. HUGO DE OLIVEIRA PIVA — Este projeto foi proposto em 1975, mas nunca tivemos verba suficiente para iniciá-lo a pleno vapor, nós estamos fazendo alguma coisa. Não está totalmente, mas praticamente parado, porque estamos fazendo somente aqueles projetos que podemos fazer com as horas disponíveis de nossos cientistas, horas disponíveis do nosso avião e um pouquinho de dinheiro que podemos tirar de um lugar ou de outro, de nossas verbas, que são muito pequenas.

A SR.^a CRISTINA TAVARES — Agradeço a V. S^a E apenas para informar ao Plenário que mais do que 6 bilhões e 700 milhões, que somam o conjunto das importâncias para os 3 anos, gasta-se por mês no socorro, nas emergências para que as pessoas continuem pobres, ganhando 11 mil cruzeiros por mês. No Estado de Pernambuco apenas 60 mil trabalhadores estão se utilizando da emergência, e esse custo para 3 anos de pesquisa gasta-se em um mês no Estado de Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Em continuação, concedo a palavra ao nobre Deputado Iranildo Pereira.

O SR. IRANILDO PEREIRA — Sr. Brigadeiro, creio que vou ter que repetir o que a Sra. Deputada Cristina Tavares e o Sr. Deputado Fernando Santana colocaram.

De há muito venho acompanhando de perto o projeto do CTA. Talvez no meu Estado, o Ceará, tenha sido a primeira pessoa a ter a ousadia de denunciar a existência do engavetamento desse projeto, porque V. S^a e esta Casa sabem que, quando o CTA encaminhou esse projeto aos Governadores do Nordeste, ao Superintendente da SUDENE, ao Ministro do Interior, que é o próprio Governo de modo geral, esse projeto se manteve engavetado por algum período e se constituiu um assunto praticamente proibido. Foi aqui no Senado que a questão começou a ser aflorada, quando uma Comissão de Senadores, ao tomar conhecimento da existência do projeto, tomou a iniciativa de ir até a sede do CTA e lá as autoridades, V. S^{ts} deram conhecimento da existência do projeto.

Posteriormente o assunto foi discutido na Câmara Federal, nas comissões técnicas mas, mesmo assim, se mantinha como assunto proibido para discussão na área da esfera do poder. Por aí vemos as barreiras que o CTA

tem enfrentado desde 1976, quando esboçou todo esse projeto, até hoje. Creio que todas as portas, de um modo geral, se encontram fechadas para a discussão desse projeto e V. S^a praticamente demonstrou. Na verdade, a não execução do projeto não se prende a falta de recursos, pois os recursos são tão insignificantes diante da dramática situação do Nordeste e diante do desperdício de tantos bilhões de cruzeiros nestes últimos 5 anos, que não se justifica que a não execução seja em decorrência das dificuldades econômicas e financeiras porque passa o País. Além do mais, grande parte dos gastos se daria, na fase final do projeto, com a utilização do petróleo, petróleo que, como bem disse V. S^a, temos no Nordeste, não precisaríamos importar nem uma grama de petróleo, porque estamos produzindo para exportar para o resto do Brasil sem sequer usufruirmos dos impostos que teríamos direito em parte para o nosso Nordeste. Então, não são estas barreiras, e não são também as barreiras de ordem técnica, sei que há uma corrente de pensamento de uma determinada comunidade científica que diz que mais desastroso do que a seca seriam os dilúvios que poderiam ser provocados com a geração das nuvens e o não controle das mesmas onde deveriam se precipitar, mas V. S^a comprovou que essa possibilidade é praticamente inexistente quando da execução final do projeto, porque na sequência de viabilidade desse projeto, o projeto só geraria as nuvens quando o CTA tivesse uma segurança plena de que essas nuvens não iriam trazer o dilúvio.

Então, a questão não é econômica nem técnica, é eminentemente política, o governo não tem e não deseja ter uma definição política para tirar o Nordeste do subdesenvolvimento, porque na hora em que houver chuva regular no Nordeste, nós falaremos de igual para igual com todo o País, as nossas terras são extremamente férteis, com chuva nós teremos uma produção igual ou superior a qualquer Região que produza mais neste País, o Nordeste tem uma coisa extraordinária que as outras Regiões não conseguem, que é o ser humano na sua capacidade de trabalho, de resistência.

Então, o Governo não deseja este Nordeste desenvolvido, como disse a nobre Deputada Cristina Tavares, o governo deseja o Nordeste subdesenvolvido para, em cima desse subdesenvolvimento, gerar uma miséria absoluta e em decorrência conquistar um poder político comprado, dirigido e manipulado para manter uma sustentação parlamentar que assegure o modelo político e econômico contrário aos interesses do País.

Por isso as minhas colocações não chegariam a perguntas, mas chegariam a estímulos, ao CTA, porque se não estivesse nas mãos de um obstinado, eu creio que há muito tempo não se discutiria mais esse projeto. Agora deve-se transferir para nós esta obstinação. O poder político, de um modo geral não tem dado a devida importância, principalmente os nordestinos, e aqui, além de parlamentares, estamos vendo a presença de vários empresários, pois até hoje não demos a devida importância desse projeto, que no meu entender é a única saída viável para o Nordeste, nenhuma outra. Até mesmo se tivermos invernos regulares, não teremos viabilidade, como foi demonstrado pelos dados oferecidos por V. S^a e pelo Senador José Lins. Então, cabe a nós nordestinos, especificamente, criarmos uma mentalidade e um núcleo de resistência aqui no Congresso e fora do Congresso, para obrigar o governo a ter uma definição política, e a partir dessa definição política os recursos virão, os meios existirão, porque existem. E então, o CTA terá condições plenas de executar o seu projeto. Se ele não aproveita esse período de seca, que Deus nos ajude sejam esses os dois últimos anos, mas com certeza, ele aproveitará outros períodos de seca que se repetirão todos os anos no Nordeste. É essa a colocação, o apelo que faço aos companheiros parlamentares e aos empresários para que exerçam uma pressão permanente e contínua junto ao governo central para esta definição política. E dizer que

da minha parte, eu que não sou afeito a elogios gratuitos, principalmente aos homens do Governo, devo dizer que tenho um respeito muito grande pelo CTA e por V. S^a, pela obstinação com que tenta vender e impor esse projeto ao Nordeste e a Nação.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Almir Pinto.

O SR. ALMIR PINTO — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, gostaria de me reportar ao pronunciamento do Deputado Iranildo Pereira, quando S. Ex^a falou exatamente no problema da seca e do semi-dilúvio que está acontecendo na Região Sul, porque na verdade as águas tudo levam e destroem. Mas, naquela ocasião em que estávamos lá falava-se no MOCLIMA, que é a modificação do clima, a formação de nuvens, e essas nuvens seriam transferidas para continente através dos ventos alísios, e se essas nuvens não caíssem por si, seriam nucleares. E dentro desse contexto foi que o meu estado, o Ceará, se preparou para o problema da nucleação artificial como V. Ex^a sabe. Tem perdido algum tempo, porque como V. Ex^a sabe, não se pode nuclear o céu sem nuvem, esta é a grande realidade. Mas naquela ocasião falava-se também no MODARTE, que seria um projeto que daria uma orientação às nuvens, e depois que o Governador Marco Maciel ficou assustado com a possível precipitação de chuvas em cima de Pernambuco, eu ouvi falar fora de São José dos Campos, que se estaria estudando o projeto, o projeto MODAESTE, o qual regularizaria a queda pluviométrica, ou controlaria essa queda pluviométrica evitando que na zona do brejo houvesse inundações, que era o receio do Governo de Pernambuco. Mas, na verdade, eu constatei, sempre estou no Senado falando sobre o CTA, e aqueles livros que trouxe de lá, já mandei tirar várias xerox para distribuir aos companheiros Deputados Federais, o Afrísio Vieira Lima, o Marcelo Linhares e alguns outros companheiros que me pediram. Mas, na verdade, o trabalho do CTA dá a idéia de que há um certo descrédito por parte das nossas autoridades. Há pessoas que não confiam, porque se confiassem, já naquele tempo, como disse há pouco, tudo poderia estar pronto com aquela importância que há pouco me referi, cento e oitenta e nove milhões com mais de oitenta e nove milhões no outro ano. Então, já estaríamos marchando para uma situação de inverno no Nordeste, de chuva. Não custaria nada, e naquela ocasião se falava em um pequeno navio no nordeste brasileiro, hoje já pode ser um plataforma da PETROBRÁS, é isso tudo poderia ser feito. Eu já assistí V. S^a no telejornal "Bom Dia Brasil", onde V. Ex^a interrogado, dizia que acreditava que em poucos dias com o dinheiro de emergência, já se poderia ter uma situação praticamente definida para o CTA. É o que sempre digo, gasta-se muito no Nordeste. Não direi que o Presidente João Figueiredo não tenha olhado o Nordeste nessa situação, tem ido muito dinheiro para lá, mas não há um plano, não há uma programação, esta é que é a grande realidade. No primeiro ano da seca, em 1979 quando estivemos lá no CTA, o que se estava fazendo contra a seca no Nordeste, era raspando o solo, um açudezinho ou outro e como se viu que foi um dinheiro que se gastou sem grandes resultados, no segundo ano já se passou a uma coisa melhor, e agora estão nas construções dos grandes açudes, dos pequenos e médios açudes, perfurações de poços, cisternas, etc. Mas o que se sabe é que a água é pouca, mesmo com os aquíferos existentes no Nordeste, e é como o Senador José Lins disse e o Deputado Iranildo Pereira repetiu, é esse o grande problema. O que olho mais para o CTA é para o MOCLIMA, como modificar esse clima, como fazer nuvens, porque como nuclear nós já sabemos, temos aviões lá no nordeste aparelhados para isso. Acho que V. S^a tem razão quando diz que com poucos dias de verba do dinheiro distribuído para emergências talvez fosse necessário para resolver o problema do CTA em relação a modificação do clima no Nordeste.

Quero parabenizar o CTA, na sua pessoa, porque desde aquele momento em que recebi aquelas oito horas de aula, quatro pela manhã e quatro à tarde, e chagamos aqui em Brasília quase às dez horas da noite, e eu vim com aquela preocupação e com aquela maior esperança de que o CTA redimisse o Nordeste. E creio que se houver compreensão e boa vontade por parte dos Governos, teremos o Nordeste redimido desse problema de inverno e de água. Por conseguinte, quis apenas dar meus parabéns a V. S^a e ao CTA pelo trabalho patriótico que vem exercendo no sentido de redimir o Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Nobre Senador Almir Pinto, como V. Ex^a sabe, fizemos parte da Comissão e fomos relatores daquela visita. De modo que como relator daquela nossa visita ao CTA, tudo isso aqui se disse, nós o fizemos sob a forma de recomendação. Além de termos abordado o assunto em Plenário, mandamos esse documento a todos os governadores do Nordeste, para a SUDENE e para o DNOCS. Infelizmente, já se vão quase cinco anos que fizemos essa viagem, e o assunto ainda está da mesma forma como explicou o nosso convidado. Mas tenho esperança de que com essa manifestação aqui bem explicitada de dois representantes da Oposição daquela área do Nordeste, e que se colocaram inteiramente ao lado dessa iniciativa do CTA, a Deputada Cristina Tavares e o Deputado Iranildo Pereira e Fernando Santana, V. Ex^a pode observar que está havendo uma unidade de pensamento entre membros da Oposição e do Governo no sentido de se dar o apoio que o CTA precisa para continuar essas pesquisas. É um fato quase inédito na história do Congresso Nacional, e sinto-me feliz de ter mandato convite para todos os Deputados do Nordeste, sem exceção, creio que deve ter chegado às suas mãos, convite para virem a esta Comissão assistir a palestra do Brigadeiro Piva. Acho mais do que auspiciosa e alvissareira essa oportunidade em que os representantes do povo estão aqui emitindo opiniões sobre essa exposição.

O SR. ALMIR PINTO — Sr. Presidente, gostaria também de dizer que o CTA tem auxiliado muito o Nordeste, inclusive, com essas estações de rastreamento, porque V. Ex^a sabe que antes dessas estações e rastreamento, a primeira em Petrolina, se não me falha a memória, os aviões partiam atrás das nuvens sem saber onde elas estariam. Era um consumo de combustível à toa. Vinha uma informação do município tal: o céu aqui está coberto de nuvens. Então, partia o avião e quando ele chegava lá o vento tinha levado aquelas nuvens. Hoje não, através das estações de rastreamento, já existem parece que em número de cinco, o avião já vai certo. Já sabe onde estão aquelas nuvens e faz a nucleação. Agora, é como disse, não se pode nuclear sem nuvem. O MOCLIMA através do CTA, tem que nos arranjar essas nuvens.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA — Gostaria de saber o que existe de positivo para a nucleação em 1984 e se existe também recurso para se instalar o Centro de Nucleação na cidade do Floriano.

O SR. HUGO DE OLIVEIRA PIVA — Não existe recurso nem para um, nem para outro. Para nós iniciarmos o Projeto MOCLIMA em 1984 precisamos do recurso total. Nós não temos nada ainda dos recursos.

O SR. CIRO NOGUEIRA — Do Projeto MODARTE.

O SR. HUGO DE OLIVEIRA PIVA — Perdão. Do Projeto MODARTE, ele está em continuação. Nós temos três aviões, dois aviões específicos para a nucleação

e um que faz, tanto pesquisa como nucleação. Isso é bastante insuficiente. Nós precisamos aumentar o número desses aviões. Precisamos também implantar outras bases de nucleação como mostrei ali e V. Ex^a mencionou; Floriano, seria uma delas. Floriano, Xique-Xique, Feira de Santana, Montes Claros.

O SR. CIRO NOGUEIRA — Jaguaribe.

O SR. HUGO DE OLIVEIRA PIVA — Não, Jaguaribe já existe. Jaguaribe o Estado do Ceará já instalou. É uma ali na Bahia, entre Feira de Santa e...

O SR. CIRO NOGUEIRA — Bom Jesus da Lapa.

O SR. HUGO DE OLIVEIRA PIVA — Bom Jesus da Lapa já existe. Entre Montes Claros e Feira de Santana.

Bem, mais outra ali. Quer dizer, que são mais quatro bases que precisam ser instaladas.

Com essas onze ou doze bases podemos ter até vinte e quatro aviões. Essa seria uma quantidade até razoável. Mas, não podemos aumentar o número desses aviões de uma hora para outra porque o avião requer uma infraestrutura bastante grande; pilotos, meteorologistas, órgãos de manutenção, angares, pistas e esses próprios núcleos, alguns deles ainda não têm pistas, como é o caso de Xique-Xique. A pista é de terra e o Bandeirante pode perfeitamente operar num campo de terra, ele é um avião projetado para isso, mas evidentemente a duração de vida dele será menor e tem outros inconvenientes. Então, precisaríamos de uma série de recursos.

O SR. CIRO NOGUEIRA — Gostaria de saber se realmente existe um plano de nucleação para o ano de 1984 para o Nordeste?

O SR. HUGO DE OLIVEIRA PIVA — Bem, a nucleação continua. Nós já temos esses três aviões e eles continuarão. Nós queremos é aumentar o número desses aviões. A SUDENE tem nos dado esse apoio e espero que continue dando.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Como o nosso relator teve que se afastar, eu vou aqui fazer as funções do relator e aproveitar esta oportunidade para fazer uma pergunta a V. S^a

É claro que pela exposição todos estão conscientes de que são dois projetos — o MODARTE, que faz a nucleação das nuvens existentes e o MOCLIMA, que o brigadeiro já deu a exposição e, inclusive, já disse quanto custava.

A pergunta a V. S^a, brigadeiro, é a seguinte: é claro que o MODARTE é o que se pode aproveitar de imediato. Já existem algumas bases e alguns aviões. Seria possível, por exemplo, se o CTA recebesse os recursos necessários para montar as onze bases e preparar o pessoal necessário para operar em quanto tempo e quanto custaria? Nem que seja o número aproximado.

O SR. HUGO DE OLIVEIRA PIVA — Tenho aqui alguns dados...

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Para que o MODARTE ficasse completo ou pelo menos mais eficiente, cobrindo área maior. Em quanto tempo e quanto recurso?

O SR. HUGO DE OLIVEIRA PIVA — O MODARTE precisaria, porque ele tem uma capacidade de aumento, vamos dizer na situação atual porque estamos usando os recursos do segundo comando aéreo regional. Quer dizer, o pessoal sai da FAB, sargentos, enfim, o pessoal da FAB, as bases da FAB, para manutenção das instalações e manutenção da FAB nós temos condições de aumentar a frota à razão de três aviões por ano porque mais do que isto nós afogamos o sistema da FAB.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — De manutenção.

O SR. HUGO DE OLIVEIRA PIVA — De operação e manutenção. De modo que se quisermos chegar aos vinte e quatro aviões levaríamos muito tempo. Teria uma outra solução que era fazer uma empresa ou um outro sistema, em que contrataríamos pilotos, manutenção etc. E aí a velocidade depende muito da quantidade de recursos disponíveis.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — A grosso modo em números, quanto?

O SR. HUGO DE OLIVEIRA PIVA — Nós poderíamos, com recursos, fazer isso em dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Dois anos. Com quanto? Seis bilhões

O SR. HUGO DE OLIVEIRA PIVA — O custo de uma aeronave equipada é de 1 bilhão e 800 milhões de cruzeiros. Está aí o representante da EMBRAER para confirmar. Bem, eu estou dando totalmente equipada. O avião equipado, todo prontinho, na pista para decolar.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Dois bilhões aproximadamente. Quantos aviões precisaria?

O SR. HUGO DE OLIVEIRA PIVA — Precitaria de mais vinte e um. O preço da operação total, mais vinte e um aviões.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Em dois anos isso seria viável?

O SR. HUGO DE OLIVEIRA PIVA — Seria possível. Mas, com uma empresa.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Contratando, entendi.

O SR. HUGO DE OLIVEIRA PIVA — Nessa situação atual teríamos condições de aumentar três aviões por ano. Quer dizer, temos três hoje...

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Numa operação, então em dois anos se houvesse 40 bilhões de cruzeiros, com mais 5 para dois anos. Eu vou anotar esse número pelo seguinte: porque acho que todos aqui estão empenhados numa solução e esses números refletem exatamente o que estamos esperando ouvir. Vejam bem, com vinte e uma aeronaves as onze bases montadas, naturalmente sob a supervisão do Comando Aéreo para poder supervisionar uma operação desse tipo, contratando empresas privadas, nós teríamos aí um investimento da ordem de 45 bilhões e em dois anos o MODARTE cobriria aqueles vazios que o nosso Brigadeiro acabou apontando ali dos invernos normais, os tais veranicos que mesmo assim existem nuvens passando e o lavrador olhando e nada acontecendo. De modo que creio, Brigadeiro, que este é um dado concreto que vamos lutar para que os 44 bilhões sejam postos à disposição do CTA para completar o MODARTE, enquanto estuda o MOCLIMA. Porque, na verdade, esse é um dado positivo e concreto. É muito pouco dinheiro para o problema de 30 milhões de habitantes do Nordeste. Eu acho que esse dado, Brigadeiro, nos traz uma informação da maior importância e vamos lutar para que o Nordeste todo unido, todas as suas lideranças políticas e empresariais consigam sensibilizar o Governo para que essa importância seja posta à disposição do CTA.

Concedo a palavra, agora, ao empresário do Grupo do Ceará que veio aqui, Cid Peixoto do Amaral.

O SR. IRANILDO PEREIRA — Sr. Presidente, eu tenho que sair e gostaria de fazer apenas uma indagação de ordem localizada. Assisti ao programa "Bom Dia

Brasil" em que o Brigadeiro e o Governador do Estado do Ceará participaram. E ficou no ar a idéia de que haveria um encontro entre o Governador e o Brigadeiro com o objetivo de tomarem providências no sentido de fazer uma nucleação na cidade de Fortaleza para gerar água, tendo em vista que a potencialidade das nossas reservas, segundo declarações do Governador, estão se esaurindo. Gostaria de saber de concreto o que resultou desse entendimento porque é um assunto que nos interessa fundamentalmente em Fortaleza.

O SR. HUGO DE OLIVEIRA PIVA — Nós já tivemos esse encontro, imediatamente após o programa. O Governador demonstrando bastante dinamismo, imediatamente nos reunimos após o programa e combinamos a maneira de fazer. Esse pedido tem que ser feito não do Governo para a SUDENE, porque é a SUDENE quem determina as prioridades, os aviões são da SUDENE embora sejam operados por nós. São propriedade da SUDENE, e havendo essa priorização nós podemos fazer essa nucleação sobre a bacia de drenagem das represas que abastecem Fortaleza, como nós já fizemos nos dois anos passados para Salvador e Recife.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Concedo a palavra ao representante do grupo empresarial do Ceará, Cid Peixoto do Amaral.

O SR. CID PEIXOTO DO AMARAL — Sr. Presidente, inicialmente gostaria de me congratular com o Brigadeiro Piva, que oferece esse modelo de solução para o Nordeste. Mas não poderia também, de início deixar de expressar o meu desencanto, a minha tristeza quando esperava aqui uma maior integração dos grupos políticos que fazem o Nordeste. Muito embora o Sr. Presidente tenha dito, logo de princípio, que fizera convite a todos os parlamentares. Acredito que seria uma boa oportunidade de uma maior participação neste trabalho tão bem elaborado, preparado pelo CTA.

Extra parlamentar, no Ceará, nós temos feito um movimento. Um movimento planejado pela maçonaria, que eu represento, juntamente com o industrial Josué Henrique de Azevedo, com o nosso Dr. Newton Gusmão, o Dr. Bacelar, banqueiro, e, muito especialmente, pelo Dr. Tarcilo Pimentel, que vem desenvolvendo um trabalho notável no Ceará, trabalho esse que eu considero mais importante porque é de conscientização, conscientização do projeto MOCLIMA. Estamos com esse trabalho há mais de ano. Não só no Ceará através de todas as representações de classe, Lions, Rotary, as representações políticas, Câmara de Vereadores, Prefeitos. E não ficamos aí, nós andamos em todo o Nordeste. E depois desse trabalho nós, pessoalmente, levamos a nossa mensagem ao próprio Presidente da República quando passava, de certa feita, na cidade de Icó. Lá nós tivemos também uma tristeza, quando o Presidente da República recebia essa mensagem, apenas dizia o seguinte, lembro-me bem dessas palavras: "Muito bem, mas o projeto é muito caro".

E enquanto o Presidente dizia que o projeto era muito caro, eu assistia o Ministro Mário Andreazza, que estava no momento com o Superintendente da SUDENE, entusiasmados no projeto de desviar o Rio São Francisco. Mas, de qualquer maneira, nós diante desses percalços, ao contrário, nós mais nos entusiasmamos diante do trabalho do CTA. Serviu-nos muito a oportunidade que nos deu o Brigadeiro Piva, de nós do Ceará, essas mesmas pessoas que nós acabamos de falar, aqui presentes, como também o trabalho notável do Dr. Francisco José, aqui ao meu lado direito, Delegado da ADESG, quando nós estivemos lá em São José dos Campos, por três dias, em que nós de perto observamos toda aquela grandiosidade do CTA. Isso nos entusiasmou, e voltamos para o Ceará com os melhores propósitos de continuarmos trabalhando. Esse trabalho continua sendo feito. Tanto é que nós viemos aqui em Brasília unicamente para assistir

esta reunião, enquanto muitos que aqui estão do Nordeste, nas cercanias desta sala não vieram. Nós sabemos que o Nordeste é muito esquecido. Eu conheço, não o Nordeste, mas o nosso Ceará, em que eu palmilho o interior do Ceará desde 1955. Assisti de perto, na região centro-sul, de Guatu, Jucá, Saboero, Carius, Campos Sales, Araripe, toda aquela região, a seca de 1958. Assisti também de perto, na região norte, em 1959, a construção do Araras, que a princípio nos entusiasmava e depois nos ofereceu a maior decepção, porque continuava lá do mesmo jeito sem a irrigação que nós esperávamos.

Lembro-me bem de um dos projetos de um Deputado cearense Mário Leal, na década de 40, mais ou menos, do aproveitamento do Rio Jaguaribe, de torná-lo perene através de barragens sucessivas. Mas também isso jamais ocorreu, foi esquecido. Quando nós sabíamos que, de qualquer maneira, podia ser um paliativo para o nordestino. Foi que onde eu morava, em Jucas, onde nós temos uma pequenina barragem, ela jamais secou, nem mesmo em 1958. E até se falou em aproveitar as águas da barragem do Carius, para desenvolver a lagoa do Iguatu na produção de arroz. Mas tudo isso ficou no esquecimento. O Nordeste é esquecido.

Mas, agora, diante da situação que se apresenta no Nordeste, há poucos dias eu estive em Campos Sales. E a preocupação dos dirigentes de Campos Sales, do Prefeito Municipal e de outros, já não era a questão da agricultura, em absoluto, era a questão de beber água, porque não tem água de maneira nenhuma. Nem sequer os açúdes pegaram água. Foi muito boa a colocação do Brigadeiro Piva, quando falou no percentual mínimo de água do Nordeste. Não há água nem sequer para beber, no interior do Ceará. Os carros pipas, com dificuldade, vão levando água para o pessoal beber. E fala-se muito, há uma propaganda muito grande de poços profundos. Mas isso não é verdade, isso não se concretiza em absoluto. Porque muitos desses poços são feitos, às vezes, são feitos em propriedades particulares, que o pobre do agricultor não tem direito.

Pois bem, Brigadeiro Piva, nós do Ceará continuamos nesse movimento, trabalhando junto às associações de classe, junto ao próprio povo fazendo essa conscientização, ao lado do esforço parlamentar que agora se desenvolve mais.

Agradecemos esta oportunidade que nos oferecem, até mesmo aqui em Brasília, em assistirmos esta posição do Projeto MOCLIMA, no dia de hoje. Agradecemos esta oportunidade, repito, e fazemos votos para que agora, diante desta Comissão Parlamentar de Inquérito, presidida pelo ilustre Senador do Piauí, Alberto Silva, surjam novos horizontes para atenuar essa situação aflitiva do nosso Ceará, do nosso Nordeste. Muito obrigado.

O SR. HUGO DE OLIVEIRA PIVA — Agradeço muito essas suas palavras, que aliás nós já conhecíamos bastante bem a sua opinião, e muito mais do que a sua opinião, o apoio que V. S^a tem dado a esse projeto, juntamente com o Dr. Tarcilo Pimentel, Dr. Francisco José, que fizeram um grande esforço de vir de longe para prestigiar a minha conferência.

De fato, tem que haver união, porque a desunião dos irmãos é a maior causa do subdesenvolvimento. Em qualquer região do mundo, em qualquer tipo de atividade tem que haver essa união, essa conscientização da direção a ser perseguida.

Muito obrigado.

O SR. JAMES CLARK NUNES — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Pois não.

O SR. JAMES CLARK NUNES — O CTA através do Brigadeiro Piva e de seus comandados tem dado muito apoio a um órgão estadual do Ceará, FUNSEMI, que

realiza trabalhos operacionais de nucleação, seguindo a orientação do MODARTE, isto é, dentro dos parâmetros preconizados pelo MODARTE.

O avião que o MODARTE tem, é exatamente igual ao do CTA e da SUDENE, justamente feitos sob inspeção e homologação do CTA. Por isso acho que se justifica a pergunta que ora peço permissão para fazer ao brigadeiro Piva, V. S^a acha adequado ter no Nordeste, para que o MODARTE atinja a sua plenitude dentro do conceito e das dimensões mencionadas aqui, pelo Brigadeiro. Repito, se caberia ao Nordeste ter uma empresa específica Nordeste na área do Nordeste, a exemplo do que hoje é a FUNSEMI para a área de um Estado só. Entidade esta que poderia absolver a FUNSEMI como parte do Ceará, e a da Paraíba que já tem aeronave, também igual, e os outros Estados que, imagino eu, conforme o Brigadeiro, o Senado através da Comissão, presidida pelo Senador Alberto Silva entendessem vir a canalizar recursos através da SUDENE que daria o seu apoio financeiro, a uma entidade que se poderia projetar a exemplo da FUNSEMI. E aí faço a pergunta ao Brigadeiro, se V. S^a acha adequado, ou melhor, se o CTA poderia participar dessa empresa, ou dessa entidade, seja qual for a natureza jurídica que ela venha a ter, se o CTA poderia participar dando todo o seu apoio, tecnológico, sua orientação, seu comprometimento com a região, em termos normativos e de pesquisa, técnicos e de fiscalização. Enquanto que, aos Governadores de cada Estado Nordeste caberia a responsabilidade conjunta de fiscalizar e zelar pelo seu bom funcionamento, ou seja, das bases que haveriam de propriedade de uma empresa nordestina específica, como existe no Nordeste, centenas de empresas das quais a SUDENE participa e fiscaliza, e fornece continuamente recursos, através da FINOR, mas que não opera, e não tem função executiva dentro, porque já tem todo o Nordeste para fiscalizar. Então, se a SUDENE ou se o CTA forem operar, ótimos. Mas, se os Estados todos, como o Ceará tem, e a Paraíba desejou ter, e não conseguiu, se todos os Estados fossem sócios, digamos, ou participantes de uma entidade nova, nordestina regional, com o apoio financeiro da SUDENE e apoio técnico, e orientação e supervisão do CTA, se isso seria uma solução plausível. Eu faço essa pergunta com a devida vênias ao Brigadeiro Piva, a quem eu muito respeito.

O SR. HUGO DE OLIVEIRA PIVA — Em primeiro lugar, eu gostaria de fazer uma complementação aquele agradecimento que eu fiz ao Cid Peixoto Amaral, em que esqueci de incluir o seu nome o Dr. Clark Nunes que veio lá do Ceará, também, para me dar o seu apoio. Quero estender também o meu agradecimento ao engenheiro Perote da EMBRAER que está aqui também dando o seu apoio, a essa minha apresentação.

Quanto à idéia do Sr. Clark Nunes acho muito interessante que os Estados se mobilizem para formar essa empresa. Naturalmente, a operação teria que ser organizada, centralizada por um órgão operacional único, para evitar, inclusive, interferências de uma nucleação sobre a outra. Eu acho altamente louvável a iniciativa do Governo do Ceará de ter implementado a FUNSEMI, que hoje faz nucleações lá. Acho inteiramente louvável a iniciativa do Governo da Paraíba que adquiriu um avião, e que por razões de escassez de recursos não pode fazer a sua própria operação, mas que se todos os Governos Estaduais conseguissem juntar esses esforços e contribuir para essa empresa — eu chamo de empresa, mas pode ser essa organização digamos assim — seria uma forma não só de dar um apoio político muito mais importante, como também econômico. E o CTA certamente dará o apoio técnico, nós daremos todo o apoio técnico até que essa organização possa prosseguir sozinha. Não há dúvida alguma.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Muito bem colocado.

O SR. HUGO DE OLIVEIRA PIVA — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Com a palavra o Deputado Carneiro Arnaud.

O SR. CARNEIRO ARNAUD — Sr. Presidente, Senador Alberto Silva, Sr. Brigadeiro Hugo de Oliveira Piva. Dizem que grandes remédios surgem diante das grandes enfermidades. De modo que acredito, que em face de nós nordestinos, ou em face do Nordeste estar atravessando uma das maiores crises da sua história, até porque no contexto das dificuldades nacionais o Nordeste também está incluído, eu, que me encontro aqui nesta Comissão a convite do eminente Senador Alberto Silva, fiquei profundamente satisfeito, por ouvir dos manifestantes, dos diversos Partidos as suas opiniões, todas elas favoráveis à ação do CTA, e porque não dizer a todas as iniciativas que possam trazer uma solução para esse grave problema da nossa região nordestina que é secular.

Sou homem da Oposição, entretanto, acho e acredito que, diante do quadro de dificuldades que o Nordeste atravessa, nós não podemos nem devemos atirar pedras em quem quer que seja. Sou um homem que acredito na boa vontade e na boa intenção de todos os brasileiros. E dentro desse princípio é que acho, que nós não devemos incriminar. A hora é de aplaudir toda e qualquer iniciativa que possa trazer benefício para a região nordestina.

Na realidade como bem apreciou o Grão-Mestre do Ceará. O Sr. Cid Peixoto do Amaral, estranhou V. S^a por não ter aqui presente nesta reunião de tamanha importância, um número bem representativo dos parlamentares do nordeste. Mas não querendo justificar a ausência dos colegas parlamentares, porque na hora em que tomei conhecimento dessa reunião cancelei todos os compromissos para aqui estar presente acho que o maior compromisso do nordestino é para com a nossa região.

Entretanto é necessário dizer que quarta-feira e quinta-feira são os dias de maior movimentação do Congresso Nacional, e nesses dias funcionam todas as comissões permanentes da Câmara dos Deputados e nessas comissões estão também comparecendo autoridades outras falando, dissertando, sobre assuntos de importância para a vida do País.

Com isto eu quero apenas tentar justificar a ausência dos demais companheiros porque, tenho certeza, todos gostariam de estar aqui presentes, para, como eu neste momento, aplaudir o trabalho que se realiza pelo CTA em nosso País.

É bom dizer, como homem do, Nordeste, filho do sertão da Paraíba de que o CTA, goza hoje, na nossa Região, do maior e do melhor conceito, não somente para as autoridades do Nordeste, mas para os homens mais simples, os homens de pés no chão, os homens de chapéu de couro na cabeça. O CTA, desfruta do melhor conceito por tudo que vem fazendo e, principalmente, por tudo que está tentando ainda fazer em benefício da região.

Quero dizer, Sr. Brigadeiro Piva que no nosso Nordeste existe um homem que goza do maior prestígio como homem do interior, como o homem da zona rural, que é o Frei Damião, mas tenho certeza que, na hora em que o Governo Federal, que os governos estaduais enfim, que o País e a Nação lhe derem condições para a realização completa desse projeto, o nome do Brigadeiro Piva será aclamado, será acatado no sertão da Paraíba, no sertão do Nordeste assim como a figura do Frei Damião.

Sou favorável a que todas as iniciativas sejam executadas. Não podemos condenar de saída qualquer projeto, qualquer iniciativa que venha beneficiar ou solucionar a seca no nosso Nordeste brasileiro. Então, eu sou favorável a ajudagem, acho que ajudagem é da maior importância, quer seja ela pequena, quer seja grande; a perfuração de poços, enfim tudo aquilo que possa produzir água para a região. Agora o que precisa ser feito é o aproveitamento dessa água. Há poucos dias o Governo inau-

gurou um grande açude no Estado do Rio Grande do Norte, no município de Açú e eu como homem da Oposição ocupei a tribuna da Câmara para aplaudir a iniciativa. Não que esteja me solidarizando politicamente com o Governo, mas para aplaudir a realização daquela obra. Na oportunidade, entretanto também fiz a minha crítica dizendo que não é suficiente somente represar água, mas é preciso aproveitá-la. E citei como exemplo que, no meu Estado, no sertão lá da Paraíba existe um grande reservatório d'água, o complexo Curemas, Mãe D'água cuja água corre pelo Rio Piancó e logo em seguida pelo Rio Piranhas, indo para o oceano, água esta que está sendo desperdiçada e não é aproveitada pela falta de irrigação. Então, não adianta represar a água se ela não for devidamente aproveitada. Então, é necessário que se faça as barragens, é necessário que se represe à água, mas é necessário que, imediatamente, se executem obras para o aproveitamento dessa água. Não condeno o desvio do Rio São Francisco ou mesmo do Tocantins, porque isto tudo poderá trazer mais água para a nossa região. Acho que todos esses projetos devem ser executados. Todo o dinheiro que a nação possa gastar devem investir no Nordeste, porque é uma região que tem um grande potencial e ajudada, e em condições de águas suficientes e satisfatoriamente aproveitadas, essa Região será altamente produtiva com uma situação de apoio à rentabilidade de todo o País.

De modo que para encerrar estas minhas considerações eu gostaria de perguntar ao Brigadeiro Piva, se o CTA, através da sua pessoa poderia nos dar uma informação a respeito das previsões das quedas pluviométricas no Nordeste para o ano de 1984 e 1985 e se, através do MODARTE, teríamos possibilidade de, se não fossem anos de chuvas suficientes, completar as deficiências das chuvas. A segunda pergunta em parte já foi respondida pelo representante do Ceará, que disse da colaboração do Governo do Estado do Ceará, colaboração esta que V. Ex^a citou por mais de uma vez mas não fez citações de outros Estados, entretanto, V. S^a informou que o Estado da Paraíba adquiriu um avião. Mas lá no meu Estado dizem, em linguagem popular, que o avião do Projeto MODARTE lá na Paraíba é como "Conceição" que desapareceu e ninguém viu, subiu e ninguém viu. Então eu gostaria de perguntar a V. S^a se existe realmente esse avião no Estado da Paraíba e se executou ou está executando alguma tarefa com relação ao Projeto MODARTE para o Estado.

Eram estas as considerações que tinha a fazer, parabenizando V. S^a pela brilhante exposição que fez neste dia, bem como a Comissão presidida pelo Senador Alberto Silva, pela iniciativa de trazer V. S^a à nossa Casa quero cumprimentar também empresários nordestinos que aqui se encontram demonstrando a abnegação e o interesse pelo desenvolvimento da nossa Região.

O SR. HUGO DE OLIVEIRA PIVA — Muito obrigado. Então, pelo que eu entendi são três perguntas. A primeira é sobre a previsão nos anos de 1984 e 1985. Quero dizer que esses dois anos ainda continuam dentro daquele período crítico. Não significa dizer que vão ser anos de seca porque como eu expliquei na exposição, não existe base científica para fazer uma previsão de tempo com essa antecedência. Mas, eles continuam ainda dentro daquele período crítico. De modo que nós não podemos ser otimistas quanto a esses dois anos. Sendo realistas não podemos esperar anos muito bons.

O SR. CARNEIRO ARNAUD — Mas a previsão é que sejam melhores que 1982 ou 1983.

O SR. HUGO DE OLIVEIRA PIVA — Isto nós não podemos dizer, eles continuam dentro do programa e há uma flutuação bastante grande de um ano para outro, porque não há uma previsão, assim com o rigor da palavra, previsão. Eles estão englobado dentro de um período

de difícil e o período difícil continua ainda por esses próximos dois anos. Nós temos esperanças de que chegando ao fim do período, essa influência seja menor. Mas, realisticamente nós temos que esperar anos fracos.

Quanto à eficiência do Projeto MODARTE; nós estamos apenas com três aviões operando regularmente. E, portanto, é muito pouco diante daqueles vinte quatro aviões que precisamos. Mas, eles vão dar o seu remédiozinho, vão nutrir a sede e a necessidade ali de uma pequena região, necessidades cada vez mais críticas. E nós vimos que os benefícios têm sido muito grandes apesar dos poucos recursos que temos.

A terceira pergunta é quanto ao avião da Paraíba. Na realidade ele foi comprado, foi equipado ele está perfeitamente apto para fazer as nucleações. Ocorre que o Governo da Paraíba tem tido muitas dificuldades financeiras e tornando a operação do avião tem sido muito irregular, muito embora os outros três da SUDENE, tenham dado apoio e tenham nucleado, inclusive na Paraíba, quando as prioridades assim o indicam. Essas prioridades são indicadas pela SUDENE, é a SUDENE que nos diz quais são as regiões prioritárias para fazer a nucleação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Ainda tenho aqui um Deputado inscrito, eu pediria apenas ao Deputados Paulo Lustosa que, dado o avançado da hora, sua pergunta fosse o mais breve possível. Com a palavra o Deputado Paulo Lustosa.

O SR. PAULO LUSTOSA — Sr. Brigadeiro, lamentavelmente não tive oportunidade de assistir a exposição de V. S^a gostaria, inclusive, de parabenizar a instalação desta CPI que já teve vários depoimentos e, inclusive, pedir ao Senador Alberto Silva que quando houver depoimentos desta natureza, nos comunique porque estamos profundamente interessados em participar de depoimentos desta ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Nós mandamos o convite a todos, não sei se chegou ...

O SR. PAULO LUSTOSA — Infelizmente não chegou. Inclusive soube por informações de terceiros, mas, eu cá estou, para dentro desta colocação que fez o Carneiro Arnaud deveríamos ter um grupo maior de parlamentares aqui do Nordeste embora já conheça essa exposição já assisti em outra oportunidade, viria aqui para trazer o meu apoio ao projeto MOCLIMA.

Acho que, embora a nível do CNPq acha uma resistência muito grande ao próprio trabalho que vem sendo feito pelo CTA; acho que o Governo deveria dar um amparo para tanto.

Mas, dado o adiantado da hora, eu queria colocar não em termos de indagação, mas, em termos de proposta para ponderação e reflexão dos parlamentares e do próprio Brigadeiro.

Eu creio que diante de uma certa indiferença ainda do Ministério do Interior para com o MOCLIMA, eu acho que os Governadores Estaduais também estão um tanto indiferentes, todos eles; porque se os governadores estaduais estivessem com interesse objetivo eles poderiam fazer uma proposta como a que vamos fazer aqui.

O custo do projeto é X, então faremos um esquema conjunto, os Governos Estaduais entram com tanto, e o Governo Federal com tanto.

Na hora em que os governos estaduais provocassem esse tipo de idéia necessariamente o Governo Federal reagiria e atenderia.

Para encerrar essa minha colocação acho muito mais válido nós reunirmos todo esse esforço de recurso que foi gasto no próprio Ceará através do FUNSEME com o projeto que ela está fazendo, que os Governos Estaduais alocassem parcelas desse recurso para compor uma contrapartida dos Estados com a participação do Governo Federal para que isso ocorresse.

Porque, do contrário, digo com toda honestidade, nós vamos ficar sempre tendo depoimentos, reuniões e não vamos conseguir aquela política necessária para que o Governo Federal venha aderir ao próprio projeto e coloque os recursos necessários para o seu efetivo encaminhamento.

A minha colocação é mais para efeito de ponderação é no sentido de uma convocação para que os Governos Estaduais se antecipem na alocação de uma parcela de recursos como contrapartida dos Estados para provocar e pressionar o Governo Federal no sentido de efetivamente se comprometer com o projeto, porque, até agora, o Governo Federal não se comprometeu e se não houver uma pressão política ele não se comprometerá com o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Eu agradeço a colocação feita pelo nobre Deputado do Ceará e dizer que como S. Ex.^a não assistiu a palestra, como nos informou, lamento que não houvesse chegado o convite porque nós expedimos do nosso gabinete convite à toda bancada federal do Nordeste, da Bahia até o Maranhão. Lamento, mas, S. Ex.^a está aqui e deu a sua contribuição muito importante.

Eu queria lembrar apenas ao Deputado Paulo Lustosa que, na exposição do Brigadeiro S. S.^a lembrou que o MOCLIMA para ser implementado necessita de pelo menos 3 anos ainda de pesquisas racionais para que não seja implantado de maneira leviana e sim com embasamento científico o mais completo que possa ser.

O custo destes 3 anos está estimado pelo Brigadeiro Piva em um bilhão e trezentos no primeiro ano, um bilhão e novecentos no segundo e 3 bilhões e quinhentos no terceiro.

Então, durante os 3 anos em que esse projeto desenvolvesse o seu estudo, num total de 6 bilhões e 700 milhões ele estaria em condições daí para frente, de ser implementado ou não.

O SR. PAULO LUSTOSA — eu só queria fazer apenas uma observação mesmo porque conheci esses dados em contatos anteriores. Quando falo nesse projeto, na minha concepção talvez até errônea, mas de tecnocrata redimido, quando falo no projeto compreendo fundamentalmente toda a etapa de pesquisa até o início da fase experimental, depois efetiva implementação do projeto como tal.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Muito bem. Mas, apenas para poder fazer o apelo que em seguida faria, é que aqui estão dois programas que podem perfeitamente ser apoiados na proposição do Deputado Paulo Lustosa.

É que o MOCLIMA também estaria dentro da iniciativa dos Governos Estaduais e por conseguinte do Governo Federal e o MODARTE porque, segundo resposta do Brigadeiro ninguém pode dizer que vai ser assim ou assado. Os dois anos que estão agora pela frente, necessariamente estão dentro do esquema das prováveis secas, pode ser que chova, haverá nuvens. Se tivéssemos o MODARTE com seus 24 aviões, com as 11 bases organizadas com a empresa a que sugere o empresário James Nunes e isto somando tudo, nós teríamos um gasto global de 45 bilhões para equipar o MODARTE em condições de atender a todas as nuvens que passarem pelo Nordeste nos próximos anos e também implementar o estudo fundamental do MOCLIMA, 50 bilhões de cruzeiros que em termos de Nordeste representa nada em face dos 500 bilhões que já foram gastos, e o Deputado é testemunha disso, desde 79 até esta data já foram gastos lá de 400 a 500 bilhões de cruzeiros.

Retirar 500 bilhões e colocar nesta iniciativa de completar o MODARTE totalmente com as suas 11 bases e 24 aviões com a sua empresa de ordenação e mais o estudo do MOCLIMA; acho que é uma atitude patriótica, necessária e oportuna.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para sugerir ao Deputado Paulo Lustosa que, como um dos líderes do Estado do Ceará, formasse numa comissão que vamos propor agora, a partir da exposição do Brigadeiro, no sentido de motivar os Governadores para que formem uma frente objetiva. Objetiva nesse sentido, MODARTE e MOCLIMA são projetos que devem ser implementados independentes dos outros de trazer água do São Francisco, ou as frentes que já estão lá.

Acredito que a proposição do Deputado é oportuna nós vamos tentar ordenar esta proposição e ver se motivamos todos os Governadores e o Governo Federal para que esta exposição de hoje tenha consequência.

Esse o nosso interesse e o Deputado sabe disso, eu como ex-governador que fui do Piauí e como homem que trabalhei muito na Região do Ceará não gosto de ficar de braços cruzados e também sou daqueles que imagina, a pior coisa é não fazer nada, e também a pior coisa é resolver o problema errado.

Enquanto está se discutindo há 40 anos em fazer água do São Francisco, talvez em 4 anos nós pudéssemos ter o MODARTE funcionando e o MOCLIMA em plena atividade para os fins, sem que pudesse parar o outro, mas, vamos cuidar desse que está a mão e é objetivo.

Agradeço a colaboração.

Brigadeiro, nós chegamos ao fim das pessoas que estavam inscritas e queria deixar a V. S.^a a oportunidade de dirigir a sua palavra aos convencionais antes que eu possa dar a palavra final da Comissão aos que estão aqui presentes.

Com a palavra o Brigadeiro Piva.

O SR. HUGO DE OLIVEIRA PIVA — Senador Alberto Silva quero agradecer muito a oportunidade que V. Ex.^a me deu de vir a esta comissão expor essas idéias que acredito com convicção e poderão minorar se aplicadas racionalmente, persistentemente virão minorar os problemas pelo menos no lado técnico da meteorologia nordestina.

Agradeço mais uma vez a todos os presentes, em particular aos que vieram de longe, Ceará, São José dos Campos, para prestigiar essa minha palestra, agradecer a paciência de todos aguardando até esta hora o término da discussão. Muito obrigado a todos.

O SR. ALBERTO SILVA — Antes de dar por encerrada esta reunião eu quero agradecer a todos os que aqui vieram representantes do Congresso, Deputados, Senadores, e também aos empresários e homens de negócios que se constituíram em torno da maçonaria do Ceará e seus companheiros aqui de Brasília que muito contribuíram para abrihantar a nossa comissão.

Queria dizer ao Brigadeiro que o nosso objetivo nesta comissão é implementar idéias e, dentro do que nos for possível fazer, transformá-las em realidade, porque acho que nesta hora em que o País vive esta crise, em que o Nordeste vive uma crise bem maior, a posição dos políticos, dos representantes do povo daquela região e o País todo é de contribuir, é de somar.

As críticas podem ser feitas se elas forem construtivas e V. S.^a viu aqui a expressão de Deputados da Oposição e do partido do Governo unânimes em apoiar a iniciativa do CTA.

Quero transmitir a V. S.^a os nossos agradecimentos e peço que seja transmitido ao brigadeiro Menezes que é o Diretor do Centro e também ao Ministro Délio Jardim de Matos, meu particular amigo, que desde a primeira hora se colocou à disposição para que o CTA encontrasse uma hora para atender a essa nossa convocação.

Quero concluir dizendo a V. S.^a que esta reunião marca, se Deus quiser o início de uma era de efetiva atuação dos parlamentares do Nordeste, possivelmente, através deles os Governadores para sensibilizar o Governo Federal que destaque recursos para tornar prático, efetivo e viável tudo que V. S.^a já vem fazendo há muito tempo e que agora ainda não conseguiu atingir os objetivos que o

Centro Técnico-Aeronáutico Aero-Espacial de São José merece e também prático em relação ao Nordeste que merecê muito mais do aproveitamento de idéias tão claras e tão nítidas como estas que o CTA desenvolve no País.

Ao agradecer e ao encerraer eu desejo que esta reunião marque uma era nova para o Nordeste e para o Brasil. Muito obrigado. (Muito Bem. Palmas.)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (Resolução nº 52/80)

5ª Reunião, realizada em 30 de outubro de 1980

Às dez horas e trinta minutos do dia trinta de outubro do ano de mil novecentos e oitenta, na Sala Rui Barbosa, presentes os Senhores Senadores João Lúcio, Almir Pinto, Bernardino Viana, Roberto Saturnino, José Lins, Gabriel Hermes, Lomanto Júnior e Pedro Simon, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução nº 52, de 1980, destinada a investigar o funcionamento do Mercado Financeiro do País.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Tancredo Neves, José Richa, Jutahy Magalhães, Jorge Kalume, Cunha Lima, Jaison Barreto e Affonso Camargo.

O Senhor Senador Gabriel Hermes, Presidente eventual, declara aberta a reunião, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior. Colocada em discussão e votação, é a mesma aprovada.

Logo após, a palavra é concedida ao Professor Adroaldo Moura da Silva, atual Diretor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, estudioso e pesquisador dos problemas econômicos nacionais e que tem participado de grandes debates no campo da política econômica. A firma da sua satisfação de estar na Comissão, para falar sobre a intermediação financeira do Brasil ao longo desses últimos quinze anos.

Continuando, o depoente afirma que trouxe um pequeno documento escrito em 1979, que chama Intermediação Financeira do Brasil e faz um pequeno sumário daquilo que está contido do documento.

Usaram da palavra os Senhores Senadores Bernardino Viana, Roberto Saturnino, José Lins e o Senhor Presidente eventual, Senador Gabriel Hermes, que afirma que o objetivo da Comissão é construtivo, é investigar o funcionamento do mercado financeiro e levar sugestões àqueles que são responsáveis pelo que está havendo. Várias perguntas feitas pelos Senhores Senadores José Lins e Roberto Saturnino, serão respondidas posteriormente, por escrito, acatadas pelo Professor Adroaldo Moura da Silva, porque são realmente perguntas extremamente abrangentes.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, juntamente com o apanhamento taquigráfico da presente reunião, e irá à publicação.

ANEXO À ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 52, DE 1980, "DESTINADA A INVESTIGAR O FUNCIONAMENTO DO MERCADO FINANCEIRO DO PAÍS", PARA OUVIR O DEPOIMENTO DO PROFESSOR ADROALDO MOURA DA SILVA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

(INTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REFERIDA REUNIÃO).

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Havendo número legal, declaro aberta a reunião, que foi convocada para ouvir o Professor Adroaldo Moura da Silva, que

é o atual Diretor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, Prof. Livre Docente de Economia da USP, Assessor Econômico do Ministro da Fazenda no Governo 1972/1973 — Estudioso e pesquisador dos problemas econômicos nacionais, principalmente na área do mercado financeiro, e da problemática inflacionária brasileira, tem participado de grandes debates no campo da política econômica.

Antes de conceder a palavra ao Professor Adroaldo Moura da Silva, quero dar conhecimento aos nobres Senadores da relação de nomes já com datas marcadas:

1 — Dia 4 de novembro

Dr. Germano de Brito Lira — Diretor do Banco Nacional — Preside a Associação de Dirigentes de Instituições de Crédito Financiamento e Investimento (ADE-CIF)

Dia 5 de novembro

Dr. Octávio Gouveia de Bulhões — Presidente do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

Dia 12 de novembro

Dr. José Luiz Bulhões Pedreira

Concedo a palavra ao Professor Adroaldo Moura da Silva.

O SR. ADROALDO MOURA DA SILVA — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Devo começar dizendo do prazer que tenho em estar aqui, para dizer algumas coisas para os Srs. sobre a intermediação financeira no Brasil ao longo desses últimos 15 anos.

Creio que o meu tempo é relativamente limitado, e devo começar dizendo o seguinte: tenho um pequeno documento escrito, de 1979, que chama Intermediação Financeira no Brasil, um documento de caráter preliminar, como que anotações para um trabalho que venho tentando desenvolver, que espero venha se configurar num pequeno livro a ser lançado, provavelmente no ano que vem.

Queria deixar uma cópia à disposição, e, evidentemente, não vou me propor a lê-lo todo, porque, senão, tomara um bom par de horas, mas vou tentar fazer um pequeno sumário daquilo que está contido neste documento.

O tema que acredito seja pertinente é o de caracterizar a evolução do sistema financeiro, no Brasil, particularmente no período de 1965 a 1980. Para tanto, pretendo organizar a discussão da seguinte forma:

Primeiramente, separar alguns períodos, que parecem importantes. Essa separação seria mais ou menos aquilo que o Ministro Mário Henrique Simonsen chamou de "período de imaginação reformista" que é basicamente de 1964, 1965 até 1967, 1968, que é o período das grandes reformas ao nível institucional.

O segundo subperíodo, para fim da nossa análise, seria de 1968 a 1973, que alguns têm caracterizado como o do "milagre econômico".

O terceiro seria o período de 1974 a 1979 e o quarto período é o que nós vivemos após a máxidevalorização de 1979 e algumas transformações, digamos assim, substantivas ocorridas a partir de então que, digamos, transfigura um pouco o quadro ao nível de captação e aplicações de recursos, como vinha ocorrendo até então.

Isto posto, o segundo ponto a ser levantado e vou tentar fazer uma caracterização melhor de cada qual desses períodos — será nomear aquilo que, creio, sejam as principais características da intermediação financeira no Brasil, que seria o resultado da implantação do sistema e quais os fatos mais marcantes. Evidentemente não vou me prender à legislação necessariamente, vou tratar daquilo que, efetivamente, creio, haja ocorrido nesse período no que diz respeito.

O SR. BERNADINO VIANA — Mais tocante à administração no meio financeiro.

O SR. ADROALDO MOURA DA SILVA — É, no mercado de capitais.

Essa seria a minha segunda parte.

Em terceiro lugar, vou voltar a discutir a dinâmica dessa intermediação em relação à desaceleração do crescimento econômico ocorrido a partir de 1974, e como ocorre aquilo que se chamou de especulação financeira, ou ciranda financeira, ou círculo financeiro a partir de 1975, 1976, particularmente; isso é o pretendo fazer. Na medida do possível, vou tentar ater-me a esses três tópicos, e espero que sejam suscitadas questões suficientes para que possamos estabelecer um diálogo sobre os problemas mencionados.

Em primeiro lugar, voltando à caracterização geral, para darmos início ao primeiro tema, de uma forma geral, a conciliação de inflação com ampliação da intermediação financeira é alguma coisa que parece ser meio impossível, nós estamos ainda para inventar um sistema institucional estável que permita a conciliação, de um lado, da expansão da intermediação financeira, e de outro, com pressões inflacionárias contínuas ao longo do tempo. A economia brasileira, por ter uma grande tradição de inflação, evidentemente, tem um setor financeiro extremamente dependente das flutuações da própria taxa de inflação e que tem se mostrado, ao longo de todos esses anos, de todo o após-guerra ou para não dizer antes mesmo, porque é uma estrutura de intermediação financeira extremamente instável, e sujeita aos caprichos das flutuações da taxa de inflação.

Esse é o primeiro ponto básico que quero registrar, quer dizer, seria exigir demais que, num ambiente cronicamente inflacionário, nós pudéssemos cristalizar, ao nível institucional, ou ao nível de instituições que operam no mercado, uma certa relação de estabilidade dos fluxos financeiros entre instituições, já que esse clima é continuamente inflacionário.

Então, um dos pontos básicos da minha dissertação, desse trabalho, é mostrar que as flutuações da taxa de inflação, realmente, são os principais que têm condicionado sobremaneira a própria organização das instituições financeiras. Mas, evidentemente, dado que inflação é persistente, o objetivo das reformas do mercado de capitais, advindas a partir de 1964, elas têm, no meu entender, com um dos objetivos, o de tentar conciliar a habilidade das sociedades de captar recursos, através da intermediação financeira, como o processo inflacionário, e se pensou que fosse possível fazer isso, de certa forma tranquila; a partir de então, se concebeu o mercado de capitais ao nível institucional, a força que tem um amplo aspecto de modificações. Quer dizer, o objetivo sendo de conciliar captação de recursos financeiro para agilizar o desenvolvimento econômico com o processo inflacionário, se pretendeu, a partir de 1964, 1965, criar instituições e instrumentos de captações de recursos financeiros que permitissem uma maior expansão da atividade produtiva.

Esse, no meu entender, foi o maior objetivo, isto é, mobilizar recursos financeiros para o desenvolvimento econômico, em que as questões fundamentais de equidade e justiça tinham um peso muito baixo nas escolhas então efetuadas, quer dizer, o objetivo primário era captar recursos.

Então, só para que possamos ter uma idéia, nesses termos, poderíamos dizer que esse primeiro período, de 1964 a 1967, é o período de criação de instituições e de documentos legais que tinham como objetivo propiciar a formação de empresas para captar esses recursos.

Tenho aqui escrito um pequeno sumário de todas essas medidas na área do Banco Central, na área do mercado de capitais, propriamente dito, na área da intermediação financeira não bancária, na área fiscal, na área da política cambial, na área de fundos compulsórios de poupança. Não vou me ater à descrição desses diplomas legais, porque são do conhecimento de todos e basta fo-

lhear este livro, que tenho aqui, mas gostaria, no entanto, de dizer sobre o traço de união básico entre diferentes diplomas.

O traço de união é que todos os movimentos e todos os diplomas legais tinham como objetivo implícito a arrecadação e mobilização de recursos financeiros para o desenvolvimento.

Então existe uma grande complementariedade, pelo menos no que diz respeito ao espírito da lei, quer dizer, quando você imagina que o mercado de capitais pode ser localizado simplesmente na intermediação financeira, realmente, no meu entender, isto exclui alguns segmentos da capacidade de mobilização de recursos para fins de desenvolvimento econômico, muito importantes.

Então, quando você olha uma empresa, por exemplo, um microcosmo do mundo econômico, você imagina que a empresa tem o objetivo primário de vender produto, evidentemente, conseguir vendas acima dos seus custos para ter lucro. O objetivo primário dela é esse e, evidentemente, com o objetivo de expandir a sua capacidade produtiva. Esta taxa de expansão da capacidade produtiva pode, inclusive, se fazer além da sua capacidade de retenção de lucros.

Então é evidente que o financiamento externo à empresa, para expansão da sua capacidade, depende do que chamamos de intermediação financeira do mercado de capitais. E ela tem múltiplas formas de isso ocorrer.

Logo, o elemento primário da captação para acumulação é o resultado da empresa. O elemento básico para agilizar a captação de recursos financeiros, no nível institucional, é o sistema de controle de preços.

Assim você, quando olha o conjunto de reformas em que você localiza a política salarial, a política de juros que foi relativamente conturbada de 1964 a 1968, e depois, o controle da taxa de juros, a partir de 1968, quando você olha a política cambial, a partir de 1968, a política salarial, a política de controle de preços, com a implantação do CIP, a política de controle dos reajustes dos preços das utilidades públicas, a política de reajustes de aluguéis etc, eles estão dentro desse componente que era de organizar a captação de recursos financeiros para o desenvolvimento econômico, através da criação da possibilidade de que as empresas pudessem acumular lucro.

Outro aspecto da intermediação financeira, que não pode passar despercebido, além do sistema de preços, para sair do convencional, é a política tributária. Quer dizer, a partir desse período também você não pode excluir, como política de mercado de capitais, toda a política de incentivos fiscais, voltada, seja para setores econômicos, seja para regiões ou mesmo para grupo de empresas.

Logo, o fisco foi utilizado como elemento de agiliação ou de colocação de recursos financeiros à disposição de certos segmentos da economia, que, então, foram nomeados como prioritários. Ou seja, o Tesouro, que foi uma fonte primária e, através da renúncia de tributos, que são os incentivos fiscais de múltiplas formas, ICM e IPI, a reforma no setor tributário foi muito ampla, como a gente sabe, tinha o objetivo também de complementar a lei do mercado de capitais, que era de permitir que as empresas, através de utilização, ou de planos de investimentos em certas áreas ou setores, pudessem tirar do Tesouro Nacional recursos para financiar a sua taxa de expansão. Tenho alguns números, se vocês quiserem discutir isso, e mostrando que terminou sendo uma fonte importante de recursos para mobilizar o crescimento econômico de algumas empresas.

Então além da política de preços, além da política fiscal, temos um número muito grande de diplomas localizados na área monetária, propriamente dito. Mas não vamos, com isso, querer atribuir muita importância à área monetária como elemento central do desenvolvimento econômico, que na verdade não é, ela é comple-

mentar a estas atividades que mencionei anteriormente. Quer dizer, os grandes alavancadores de mobilização de recursos continuam a ser a empresa produtiva, através da sua capacidade de gerar lucros, pois ela precisa de um sistema de preços coerentes, com a oxigenação de lucros, é o sistema tributário que permite a coleta ou não de maior ou menor volume de tributos, de acordo com certos objetivos especificados para acumulação de capital e um conjunto paralelo, que, na medida que não dá para financiar internamente o objetivo do Tesouro Nacional, você tem a intermediação financeira propriamente dita.

E aí que estamos localizando as leis mencionadas no texto da comissão e não vou me deter. Na área monetária o grande marco é a criação do Banco Central, só para nomear um dado importante, complementar à área bancária propriamente dita, que é a grande inovação é a criação do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional. Quer dizer, fora da área monetária propriamente dita é a criação de instituições para operar ao nível do que se chamou de banco de investimento, banco de desenvolvimento etc, o que não veio operar de forma como se esperava, é certo. A grande consolidação de outras instituições menores e agilizadoras de negócios do mercado de capitais, como distribuidoras, corretoras e mesmo seguradoras ocorrem nesta área, um grande número de diplomas legais tenta disciplinar a criação, expansão, captação e aplicação de recursos de novas instituições do mercado de capitais.

Paralelamente, na área monetária propriamente dita, houve, nesse período, um outro segmento, um outro elemento, que é a criação do Sistema Financeiro Habitacional, que tem no BNH a sua mola-mestra e onde reside uma grande inovação, — e aqui mostra muito bem a complementariedade do que havia falado antes —: o Sistema BNH é, a um só tempo, uma mexida na legislação social, que transforma o estatuto de garantia de tempo de serviço, a estabilidade, num fundo coletado compulsoriamente, quer dizer, o BNH foi criado em 1964, mas ele, realmente, só vem ganhar importância depois da criação do FGTS em 1966 e só se consolida com o FGTS, na verdade.

Então, quando você estuda o sistema financeiro habitacional, você percebe com clareza as dimensões da chamada ampliação da intermediação financeira. Por exemplo, o sistema BNH é, a um só tempo, uma reforma na área trabalhista, uma reforma na área de financiamento e habitação, que foi particularmente de habitação no início e, posteriormente, passou para aplicação na área de saneamento. Foi, também, um grande inovador na área de organização de negócios financeiros, que foi um grande operador no início, ao lado do Tesouro Nacional, em contratos em termos reais. Vou fazer uma grande festa em cima desses contratos em termos reais, vou elaborar bastante sobre eles, que eram a chamada correção monetária a posteriori.

Então, isto daqui é, a um só tempo, uma reforma social, uma reforma financeira e uma reforma fiscal, porque não deixa de ser coletado compulsoriamente o FGTS, que não deixa de ser um tributo, em outras palavras, travesti de depósito.

O terceiro tripé dessa grande onda legiferante que ocorre nesse período de 1964/1967 vai para a área industrial, em que se cria entre outras coisas o FINAME, em 1964, um órgão estritamente concebido para a finalidade industrial, ou seja o setor de máquinas e equipamentos, aquisição, o CDI também é desse período, mas na área financeira basicamente o FINAME, e evidentemente se imagina o BNDE sendo consolidado para atuar nessa expansão da capacidade industrial. O tripé monetário é basicamente o Banco Central, que entra como agência nova, com algum desenvolvimento que vou voltar a mencionar. Na área habitacional, o BNDE, o grande sistema que tem como base o FGTS e a captação de recursos como poupança. O terceiro tripé desse sistema é o

sistema na área de financiamento industrial, que para complementar o lucro retido, os incentivos fiscais, os recursos dentro do sistema BNDE vão ser alocados crescentemente no sistema BNDE. Só para extrapolar um pouco, esses períodos de classificação, o período inicial é muito pobre, o BNDE cresce pouco, ele realmente só vai ter uma grande expansão no período de 68 a 73, em que ele é complementar do financiamento externo, mas de 74 para frente, o BNDE como que explode, em termos de expansão, porque ele ganha, a partir de 74, a administração dos fundos do PIS/PASEP que fora criado em 1970.

Então, aí temos o tripé básico da intermediação financeira no Brasil. Agora, desvendar a inter-relação desse tripé no meu entender, que é a grande questão. Preciso também dizer que a partir desse tripé que se faz a relação financeira do setor da intermediação financeira propriamente dita, das instituições que operam no setor financeiro propriamente dito, com o Tesouro Nacional, de um lado, e com a intermediação financeira internacional de outro. Esta é uma outra grande característica: a internacionalização das operações financeiras ao nível das instituições bancárias e não bancárias da economia brasileira.

Então, a concepção desse sistema eu dizia, é basicamente uma coisa de 64/67. O início de operação desse sistema, se pudéssemos assim catalogar, efetivamente ocorre a partir de 68/69. Quer dizer, entre 64 e 68, o sistema, dados os diplomas legais, por tentativa de erro e acerto, engatinhava e não se consolidava. Era o período, digamos assim, da infância do sistema financeiro que estamos discutindo, é esse período 64/67. Com o período de 68 para a frente, de forma até complementar e até marginal, marginal no bom sentido, ou seja, incremental, não era nem uma mudança, digamos assim, da estrutura institucional que fora criada no período 64/67, com pequenos arranjos feitos ao nível da política cambial, ao nível da política de controle de preço, ao nível de política de controle de juros e da criação de fundos complementares, como ocorre, por exemplo, em 1970, com o PIS/PASEP, como ocorre com a criação da Letra do Tesouro Nacional em 1970; esse sistema vai encontrando a sua forma de operação. Ele vai crescendo em volume, em massa de recursos captados através do setor financeiro, ele vai ganhando importância quantitativa dentro do sistema, portanto, ele vai se enraizando, se cristalizando, ganhando importância e sendo mais aparente essa estrutura que fora concebida anteriormente.

É evidente que o sistema não encontrou a sua maturidade no período 68/73. Ele já ganha volume. Só para ter uma idéia, nós falamos de coisas hoje como se elas sempre existissem. A caderneta de poupança, que é um instrumento muito importante de captação dentro desse sistema, que opera dentro do sistema financeiro habitacional, praticamente inexistia em 1970, apesar de ter sido criado por diplomas legais muito anteriormente. A caderneta de poupança é produto; digamos assim, de uma outra reforma, ao nível de instituições, que é da Caixa Econômica Federal, com a sua unificação em 1969, se não me engano, e que ela só vai maturar, como instrumento de captação de recursos, a partir da década de 70.

Um outro instrumento muito importante de captação, para termos uma idéia de como esse sistema é novo e ainda em busca de uma forma mais definitiva de acomodação dentro da sociedade brasileira, é a criação da LTN — Letras do Tesouro Nacional — como instrumento ágil, de prazo relativamente curto, que tem objetivo de financiamento de política monetária do Tesouro, administrada pelo Banco Central. Esse instrumento de 70 realmente só vai ter alguma importância quantitativa a partir de 72/73. O período 68/73, é um período em que esse formato institucional está saindo da sua infância, da sua adolescência, com todos aqueles trejeitos do adolescente em fase de rápido crescimento. Crescem os membros

mais rápido que a cabeça ou a cabeça mais rápido que os membros. Era um sistema ainda meio em formação. Esse é o período que se diferencia do outro porque é um período de início de consolidação. De 74 a 79, eu isolo como um período independente, porque é um período que mostrou, de uma forma bastante evidente, no meu entender, a impossibilidade de se tentar conciliar uma estrutura de intermediação financeira relativamente saudável, com inflação ou com o movimento da taxa de inflação muito aguda. Então, o adolescente sofreu um ataque cardíaco precoce em 1974, com a elevação da taxa de inflação. A elevação da taxa de inflação em 1974, espero poder elaborar sobre isto, representa um grande choque do sistema que vinha em busca de um caminho. E o choque inflacionário de 74 como que traumatiza o sistema e os ajustes que foram sendo feitos de forma bastante *ad hoc*, ou seja, até casuístico, de remendos em política econômica, transfiguram de tal forma o sistema no período de 64 a 68, que é muito difícil até recolhermos pedaços do sistema que vínhamos tentando descrever até 73. Então de 69 para frente, o sistema leva alguns golpes. É um período de grande transição esse de 74/79 com elevação e flutuação da taxa de inflação, de grande instabilidade, de grande especulação financeira, grandes flutuações na taxa de juros, exceto uma grande interação financeira com o mercado financeiro internacional, que também era especulativo na época. E no período 78/79 começamos tentar colocar no sistema algumas amarras que não pertenciam àquele universo que fora concebido, que não pertenciam ao universo que fora concebido a partir de 74/77. O que vou tentar transmitir aos Srs., são características desse primeiro período, ou seja, do período da criação até 73/74. Dá para ter uma linha de conduta e depois tentarmos dizer o seguinte: quais os problemas marcantes de 74/79? Como o sistema é, digamos assim, desfigurado? E como, ainda por tentativas, ainda muito localizadas, a partir de 79, se tenta mexer substantivamente no sistema. Isto tudo significa dizer que na intermediação financeira no Brasil há alguma coisa ainda para ser institucionalizada, para ter um caráter estável. Acho até que ela é como as próprias instituições no Brasil. Ou seja, um país que não consegue ter uma constituição sem ser mexida por vinte anos, não pode ter um sistema financeiro institucionalmente cristalizado também, e mostra essas fraquezas institucionais, isto é, as fraquezas institucionais ficam muito aparentes quando se começa a estudar esse período.

Eu não sei se seria conveniente algumas interrupções. É exatamente isto que gostaria de transmitir nesta primeira parte. Instabilidade: o sistema não encontrou a sua forma definitiva, foi condicionado pela evolução da inflação. E hoje está, digamos assim, em grande polvorosa.

Quais as características, então, desse sistema quando montado? São as características que gostaria de salientar para os Srs.

Tenho catalogado aqui um par delas. Mas, vou ressaltar pelo menos três.

Como sabemos, uma das principais características desse sistema é a criação da correção monetária, a posteriori.

Eu vou tentar ser um pouco mais longo aqui, porque isto aqui tem sido objeto de muita discussão e mal entendidos entre economistas, entre economistas e o público, entre o público em relação ao próprio público. Quer dizer, nós economistas fomos até culpados de estarmos vendendo idéias, às vezes, um pouco falsas sobre o significado dessas coisas.

Uma das grandes características desse sistema que pretendemos implantar a partir de 64, é a criação de uma ficção contábil para registrar contratos. Ou seja, é a unidade básica do sistema. Digamos assim, sendo a UPC em contraposição à moeda de curso legal, que é o cruzeiro, a UPC substitua a alguns segmentos do mercado fi-

nanceiro, o cruzeiro como instrumento legal de contrato. Ou seja, ao invés de expressar em valor em cruzeiro, eu prometo, em pagamento, daqui a dois anos, 100 cruzeiros, eu prometia ao meu credor a certo pagamento de tantas UPCs. O significado disso é muito profundo, e acho que custamos a aprender todas as dimensões do significado de um contrato desses. Para ser bastante breve, vou dizer, de uma maneira bastante rude o seguinte: na medida em que esse tipo de contrato se universaliza dentro da intermediação financeira, quanto mais ele ganha espaço relativo no volume total de contratos, menor a importância do Banco Central, como agente controlador das flutuações monetárias. Isso é uma coisa que pode parecer chocante, mas é verdadeiro. Significa dizer o seguinte: a moeda de curso legal é o cruzeiro, e a agência básica para controlar o volume de cruzeiros e o volume de contratos em cruzeiros, pelo menos na atividade bancária primária, é o Banco Central. Então, em larga medida, a saúde dos sistemas de contratos, dependem da medida de como é saudável, digamos assim, o relacionamento da entidade emissora ou destruidora de moeda primária, em termos de cruzeiros, que é o Banco Central, agindo em nome do Governo; é evidente que a ação do Banco Central, em relação ao setor privado, tem o objetivo de controlar depósito de um lado, que é o passivo das instituições financeiras, de uma forma bastante esquemática. Quando o Banco Central está operando, ele está afetando depósito do público junto ao Banco, ao setor bancário e não bancário, dependendo do volume, e afetando também as condições de crédito. Como tradicionalmente a chamada política monetária é feita de vários instrumentos, mas o objetivo central é controlar a disponibilidade do sistema bancário, seja dinheiro em caixa ou outros, que, por sua vez, afeta a capacidade do sistema bancário criar empréstimos e, portanto, de criar depósitos. Portanto, a ação do Banco Central, para controlar a moeda é uma ação relativamente indireta. No fundo ela pretende controlar depósito que é moeda.

O que ocorre quando paralelamente a esse sistema de depósito, as instituições financeiras começam a ver crescer no seu passivo débitos, ou contratos que independem, digamos assim, da ação direta do Banco Central, ou seja, contratos que dependem meramente da inércia inflacionária? Equivale a dizer, que é como se estivéssemos num sistema financeiro — tenho aqui os dados, em que metade do sistema financeiro é registrado em UPCs e outra metade é registrada em cruzeiros — se isso ocorre dentro de uma mesma instituição, você tem um conjunto de contratos que tem uma inércia própria independentemente da ação do Banco Central, ou seja, basta ter inflação para que os contratos cresçam de tamanho, relativamente aos cruzeiros, quando transformados em cruzeiros. E você vai ter uma taxa de conversão entre contratos da mesma instituição, dado pelo valor da UPC, pelo chamado valor da ORTN, e essa taxa de conversão é absolutamente independente da ação direta do Banco Central, depende fundamentalmente das variações da taxa de inflação. Isso evidentemente, quanto maior a importância desses fluxos, dentro da mesma instituição, maior a instabilidade que se tem na administração com os seus parceiros. Quer dizer, a correção monetária é como se fosse uma nova moeda concebida para substituir a moeda de curso legal nos contratos. Ela não é uma moeda, no sentido estrito da palavra, porque ela não consegue substituir a moeda de curso legal, naquilo que ela tem de mais nobre, que é o instrumento de trocas de bens e serviços. Você não pode comprar pipoca, ou pagar um táxi, ou comprar o tabaco para o seu cachimbo com UPC, você tem que usar o cruzeiro. O cruzeiro tem um comando de liquidez maior que qualquer outro papel, devido a essa facilidade de troca. Mas, de outra parte, é como se pretendêssemos fazer uma dicotomia e dizer o seguinte: existe uma moeda para contratos e existe uma outra moeda para trocas. A moeda de trocas é con-

tralada pelo Banco Central, a moeda de contratos não tem controle do Governo, na medida em que o espírito da lei seja respeitado, seja o espírito da lei, que cria o contrato com correção monetária, coloca como elemento básico de reajuste automático e nomeia o índice de inflação que serve para esses reajustes automáticos, ou seja, tira o poder discricionário do Governo e da autoridade monetária sobre as relações básicas desse contrato em termos reais.

Essa, no meu entender, é uma característica das mais importantes do contrato com correção monetária. Evidentemente, preciso dizer — como vou dizer que sou contra o contrato com correção monetária no sistema capitalista — preciso dizer, também que ele tem grandes benefícios, a servir sua poupança, permitir a defesa dos pequenos poupadores, preservar sua pequena poupança. Tem uma série de vantagens, mas do ponto de vista da administração do sistema capitalista tradicional, esse tipo de contrato impõe severo ônus ao poder discricionário que pretendemos que o governo tenha para controlar a política monetária, de acordo com os objetivos de política econômica, seja de crescimento de emprego, seja o de controle da taxa de juros. O ponto básico é esse: na medida em que esses contratos se universalizam, se diminui o poder do Banco Central como agente controlador dos fluxos financeiros, respeitado o espírito da lei evidentemente, porque você pode mudar as regras do jogo, como ocorreu a partir de 1974. Respeitado o espírito da lei, é como se a autoridade monetária ficasse passiva em relação ao sistema. Esse é um ponto básico, uma das características básicas: o contrato com correção monetária, a posteriori, equivale a tentar especializar a economia entre uma moeda para contratos e outra moeda para trocas.

O SR. BERNARDINO VIANA — Tanto é assim que os responsáveis dos bancos financeiros não são registrados como depositantes, são registrados como aplicadores.

O SR. ADROALDO MOURA DA SILVA — Uma outra característica que advém da primeira em que se toca nesse ponto, Senador, é a seguinte: é que os contratos em termos reais — eu estou chamando de contratos em termos reais, todos aqueles contratos expressos na Unidade Padrão de Capital, seja ORTN ou UPC, ou seja com correção monetária a posteriori, os contratos com correção monetária, a posteriori, então, vamos ver como quem capta com correção monetária a posteriori? Primeira pergunta. Segunda pergunta: quem empresta com correção monetária, a posteriori? Ou seja, quando olhamos do lado da captação desse sistema financeiro, podemos pegar bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, bancos comerciais oficiais, Bancos do Brasil, na área bancária. De outro lado tem: Sistema Financeiro Habitacional, que capta compulsoriamente FGTS co-obrigado com correção monetária. Dentro do Sistema Financeiro Habitacional, algumas instituições privadas que captam, digamos fundamentalmente, no início ele era letra imobiliária, mas depois perde a importância, e caderneta de poupança. De outra parte, tem o sistema BNDE, que capta, domesticamente, só via Tesouro, basicamente, não opera com público, como captador de recursos, tem recursos transferidos para sua administração.

O SR. BERNARDINO VIANA — O PIS e o PASEP.

O SR. ADROALDO MOURA DA SILVA — O PIS e o PASEP, que a partir de 1974, entram no BNDE. Se se paga a Caixa Econômica, de outro lado, há os contratos, em termos reais, predominantemente no seu passivo, ou seja, a caderneta de poupança. Então, a gente se pergunta o seguinte: quem é que capta recursos? Quais as instituições que captam recursos? Então, pode-se separar ins-

tuições oficiais e instituições privadas. A primeira coisa que se observa, com muita clareza, é a seguinte: pelo menos até recentemente — vou tentar explicar esse porquê — nenhuma instituição privada captava diretamente do público recursos com correção monetária a posteriori, ou seja, se se tomar os bancos comerciais privados, os bancos de investimento, se se tomar as financeiras, que têm um papel muito importante na engrenagem, eles não captam recursos, ou não captavam até muito recentemente, as razões são outras por que mudou, mas eles não captavam recursos com correção monetária, a posteriori.

O SR. BERNARDINO VIANA — E o CDB?

O SR. ADROALDO SILVA — Eu estou tentando separar uma coisa da outra, o CDB tem correção monetária, a priori; os CBDs, com correção monetária a posteriori, constituem uma figura jurídica que era uma ficção do ponto de vista de volumes, que não existia, e que só ocorre agora no ano de 1979 e 1980, em volumes relativamente expressivos, quando a correção monetária perde o espírito de correção monetária, ou seja, ela passa a ser um instrumento de poder discricionário do Estado de mudar, em quando corrige e em quanto não corrige.

Enquanto ela está no espírito da lei, consagrada no seu automatismo, sem discricionariedade, você não observou o setor privado financeiro captando recursos com correção monetária. As razões, no meu entender, são muito claras: os meus alunos e os meus colegas sempre discordam de mim, mas eu acho que o setor financeiro privado não faz captação, não faz contrato em termos reais em lugar algum do mundo. Não faz nos Estados Unidos, na Alemanha, na Inglaterra, e poder-se-ia dizer que não faz porque não tem inflação, mas depois que estão, há dez anos, sofrendo alguma inflação, também não têm contrato, em termos reais, a posteriori, ou seja, o risco envolvido na captação de recursos, em termos reais, é muito grande, o risco de liquidez, por flutuações não esperadas na taxa de inflação, pode criar constrangimentos muito sérios às instituições privadas devedoras desse depósito, e evidentemente também aplicadoras.

Então, quando se observa — e foi o que tentei dizer — você tem um quadro muito claro, que é a obrigação financeira, em termos reais, ou seja, a correção monetária, a posteriori, basicamente concentrada nas agências do Estado. Quais? O Tesouro Nacional emite as ORTNs. Desde a origem: 1964, 1965 tinha, inclusive recurso forçado, como a gente sabe até espontaneamente, o público só começou a comprar ORTN, em volumes expressivos, depois de 1970. Isso voluntariamente; a ORTN e a cardeneta de poupança, são os dois grandes instrumentos de captação.

Agora, quem capta, quem é responsável? Quanto à ORTN, é o Tesouro Nacional, evidentemente, a Caixa Econômica Federal não deixa de ser o próprio Tesouro Nacional, porque o Estado é que é o dono da Caixa. As letras imobiliárias e as cadernetas de poupança, quando geridas por instituição financeira privada, as sociedades de crédito imobiliário, etc, têm a garantia mínima ofertada pelo BNH. São cinco as caixas econômicas dos Estados: São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, mais outras, que, inclusive, fazem propaganda; o depósito tem a garantia de dois Governos, o estadual e o federal. Enquanto captador de poupança voluntária, só instituições públicas detêm, e isso tem grandes implicações.

O SR. BERNARDINO VIANA — E o volume de letras de câmbio na rede privada?

O SR. ADROALDO SILVA — Eu estou tentando separar instituições públicas, ou seja, os contratos em termos reais, que o meu ponto básico foi chamada correção monetária, dos contratos com o setor privado, em termos de captação de recursos com correção monetária a posteriori, pois 90% desses contratos são de responsabili-

dade direta das agências do Estado, ou seja, os outros instrumentos de captação, que eu vou chamar de instrumentos, em termos nominais, que é em cruzeiros, ou seja, a taxa de juros anunciado aprioristicamente, o indivíduo sabe o quanto vai receber no fim; enquanto que o contrato, em termos reais, ele não sabe o quanto vai ganhar no fim, vai depender da taxa de inflação. Então, eu estou diferenciando esses contratos um do outro, porque os termos contratuais do contrato em termos reais, se respeitado o espírito da Lei, vai se receber um volume que, independentemente, da sua vontade ou de outra vontade, a despeito de estarmos fazendo o contrato entre duas pessoas, vai depender do que acontece com a taxa de inflação.

Agora, isso não é uma negociação voluntária, porque você tem um número que é anunciado todos os anos e que diz, vai ser corrigido de tantos por cento; se isso é fixado por lei, ou seja, não existe discricionariedade para alterar essa regra, aquilo lá é alguma coisa que está acima dos homens, deveria estar, se consagrado o espírito da lei. Então, esse é um tipo de contrato sério. O outro tipo de contrato, chamado letras de câmbio, CDB, os depósitos, etc, têm uma outra natureza, que aí eu vou caracterizar mais tarde. Agora, eu estou tentando falar dos contratos, em termos reais, ou seja, aqueles captados com correção monetária, a posteriori.

Eu escrevi, em 1979, o seguinte: a expansão da intermediação financeira como registrada no Brasil, deveu-se, em larga medida, a expansão dos ativos financeiros com correção monetária, a posteriori. Do total dos haveres financeiros não monetários, ou seja, de todos os débitos das instituições financeiras, excluído moeda, os débitos expressos em UPC representavam respectivamente 54, 48, 61% do total dos débitos, isso no ano de 1968, 1973 e 1978 respectivamente. Ou seja, metade desses débitos eram expressos em UPC.

Agora, do total de débitos expressos em UPC, a quase totalidade, é controlada pelas agências estatais, sejam Tesouros Estaduais e Federais, Caixa Econômica Federal e Estadual, o BNH, e a partir de 1974, o BNDE, todos controlavam 91% do total dos contratos em 1968, e 88% em 1978. Adicionalmente deve-se ter em mente, que a pequena parcela administrada por agências privadas, que é a diferença, evidentemente, são administradas com garantias explícitas, primeira do Banco Nacional da Habitação, que evoca o Tesouro como garantidor do contrato, em outras palavras, até 1974 o negócio era do Estado, enquanto captador de recursos.

Agora, o interessante é que a poupança compulsória que também é um débito em termos reais que é o PIS-PASEP, criado em 1970, e o FGTS criado em 1966, é o componente de maior velocidade de crescimento do total da chamada poupança financeira expressa em termos reais. Representava respectivamente 27, 39 e 42% do total de recursos expressos em UPC em 1968, 1973, 1978 respectivamente. Do total dos haveres financeiros expressos em termos nominais, metade é UPC, dessa metade, as empresas estatais controlam 90%, e desse volume total de valores expressos em UPC, 40% mais ou menos é Fundo Compulsório de Poupança, que é dos trabalhadores, o FGTS e o PIS-PASEP.

É evidente, portanto, que as agências do Estado têm um importante papel a desempenhar na intermediação financeira neste pequeno escaninho do mundo, que é metade do mundo.

Agora, nós poderíamos dizer: houve estatização da poupança? Eu digo: não, nunca foi diferente, a participação do estado sempre foi elevada na intermediação financeira no Brasil, o Estado sempre foi o grande instrumento de captação. Como não havia essas instituições antes, evidentemente o Estado não tinha um controle, mas ele tinha o Banco do Brasil, e também tinha a Caixa Econômica Federal, e também tinha o BNDE, e os bancos regionais. Então, quando você olha a participação

do Estado e setor privado, de 1964 para frente, ela não se altera substantivamente. Na verdade só vai se alterar e subir um pouco para, em torno de 70% da capacidade de captação, a partir de 1974, quando a inflação cresce, e os contratos expressos com correção monetária tem a grande preferência do público. Então, não que isto ocorreu desde a origem e eu acho que não poderia ter sido de outra forma, porque o sistema capitalista espontaneamente ainda não conseguiu conciliar a inflação com ampliação de captação de poupança financeira. Essa é a lição básica que eu queria extrair dessas duas características.

Nós temos agora o contrato com correção monetária e a grande participação do Estado como captador de recursos. É evidente que a gente diria: se cresceu tanto a correção monetária, e o Estado manteve a sua participação relativamente constante ao longo desse período, significa dizer que o setor privado também cresceu muito. Também é verdade. Está certo. Isto porque, paralelamente a este desenvolvimento, você tem um grande desenvolvimento da intermediação financeira do setor privado, através dos bancos de investimentos, através das sociedades de financiamentos que foram importante para o financiamento da expansão dos bens duráveis que ocorreu neste período...

O SR. BERNARDINO VIANA — Dr. Adroaldo, e a necessidade de investimento e de reinvestimento do setor privado impede que haja poupança nesta área. Porque ele tem que investir e reinvestir na atividade empresarial. Isto faz com que ele aplique sempre suas poupanças nesses investimentos, para poder dinamizar os seus negócios.

O DR. ADROALDO MOURA DA SILVA — Eu tentava dizer o seguinte: V. Ex.^a me dá dois minutinhos, porque eu vou tentar responder, porque realmente eu estou tomando muito tempo dos Srs. Vou só correr um pouquinho com mais duas características, depois a gente volta, tomando a liberdade de tentar esclarecer os pontos duvidosos.

Então nós temos: A correção monetária com elemento, o Estado como agente da intermediação. Isso foi feito em detrimento do setor privado. Eu volto, e explico depois a minha posição.

A grande anomalia do sistema ocorre quando você vê as características de aplicação! Se a metade é com correção monetária, o que se imaginaria? Que obviamente, do lado das aplicações, pelo menos, metade deveria ser com correção monetária. E não é. Aí é que fica o grande problema, aí está o ponto focal da questão que eu quero levantar.

Quando a gente tenta descobrir quais as principais formas de aplicação, canais de aplicação, condições de prazo, e de custos das principais operações financeiras catalogadas em termos de bancos comerciais, seja público ou privado, bancos de investimentos, financeiras, do sistema BNDE e do sistema BNH, eu devo confessar para os Srs., que nós temos lá um grupo de alunos tentando fazer uma catalogação dessas condições; e é impossível fazê-la, primeiro porque são em números absurdos, chegamos a ter 150 fundos, só os controlados pelo Banco Central, fora os outros, Banco do Brasil, os fundos do BNDE etc.

Na hora que você começa a estabelecer condições, aí vem uma nova lei e muda, apaga o antigo, cria novas condições, ou seja, nós não conseguimos uma caracterização muito precisa dessas condições.

No entanto, a gente pode fazer algumas afirmações, sem muito medo de errar. A primeira é de que, as agências do Estado controlam uma parcela substancial da captação de recursos, seja compulsória, seja voluntariamente, é evidente que elas também controlam uma parcela substancial das aplicações de recursos.

E aqui é possível dizer, de uma forma bastante geral, voltando aos períodos que, inicialmente, falei pelo menos de 68 a 73, uma parcela substancial desses recursos,

aplicada a prazo relativamente curto, em alguns casos, com correção monetária a posteriori, em outros casos com correção monetária dita a posteriori, mas administrada pelo Conselho Monetário Nacional. Deixa eu tentar explicar isso. Há alguns contratos que eram com correção monetária, mas não era a correção monetária que valia para todo mundo. Era correção monetária específica, de resolução do Conselho Monetário Nacional. Bem, mas isso não é tudo; depois havia outros tipos de operações, que eram feitas com taxa de juros nominais expressamente subsidiadas, e a gente pode, a partir daí, levantar suspeitas de que, como as grandes agências captadoras de recursos eram do Estado e como as grandes agências aplicadoras eram também do Estado, na medida que haja fluidez de recursos entre instituições do Estado, o que ocorre, via dívida pública, dá para se desconfiar que é possível, se a gente consolidasse as instituições, como fosse uma instituição só, em vez de múltiplas, fizesse um balancete consolidado, se a gente fosse descobrir condição de captação com condições de aplicações, não seria muito absurdo imaginar que a gente poderia chegar a uma situação, em que essas instituições estariam operando, digamos assim, com spread negativos. Em outras palavras. O custo de captação, mais elevado que o custo de aplicação, isso vai ocorrer particularmente depois de 74. Essa imagem, para ser particularmente breve, que eu queria fixar.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Fora do microfone) — Do lado da aplicação, tem uma idéia ainda que grosseira?

O SR. ADROALDO MOURA DA SILVA — Eu teria que dizer, por período; depois de 74, era zero praticamente; entre 74 a 77, acho que foi um dos períodos mais negros da história da intermediação financeira deste País; se o Sr. olhar para o lado das aplicações das instituições, pegando os bancos comerciais, nenhuma; bancos de investimento, nenhuma; bancos do Desenvolvimento, nenhuma; novos débitos: o sistema BNDE, também não; porque veio a limitação de 20%. O sistema BNH, limitação foi para pessoa jurídica, estendida para pessoa física, por abatimento de Imposto de Renda. Não sei se V. Ex.^a lembra, era altamente discriminatório, porque quem não tinha débito com Imposto de Renda pagava com plena correção monetária. Então, excluindo o BNH, praticamente, nenhuma outra, a nível de operação, você tinha correção plena, ao mesmo tempo em que você tinha correção plena do lado da captação. Acho que aí está um dos problemas mais sérios a ser enfrentados pelo PIS-PASEP, pelo FGTS, inclusive por instituições que administram esses fundos, a médio prazo.

Este é um ponto que eu acho da maior importância fixar, porque eu acho que tem explicação para esse fenômeno, quero ver se posso tentar chegar lá, estou me alongando demais. Do lado das aplicações, eu queria simplesmente dizer isto.

Agora, nós vamos para a terceira característica, à qual queria chamar atenção, que é chamada concentração da coisa financeira no Brasil. Eu queria simplesmente dizer o seguinte: há duas dimensões para se estudar a concentração no Brasil. Uma no setor privado e no setor público, e outra dentro do setor privado.

Ao longo deste período 64 a 67, o período da infância, não se observa grandes movimentos de consolidação, dessa tendência de concentração que ocorre a partir de 69; mas convém registrar um fato da maior importância; quando você olha em números agregados, por instituições, independentemente de serem privadas ou públicas, houve uma grande desconcentração da intermediação financeira no Brasil. Isso é um fato para se chamar atenção, porque muita gente tem sido levada a extrapolar a concentração ocorrida dentro do setor privado, com a concentração do sistema como um todo. Vejam o seguinte. Só poderia desconcentrar, porque, a par-

tir de 68 a 69, começa a funcionar e a crescer instituições que não existiam antes: O sistema BNH, os bancos de investimentos independentes, de alguma forma, o sistema BNDE cresce sobremaneira dentro desse sistema. Quando você consolida um sistema como um todo, você não pode caracterizar uma grande concentração de coisas dentro de um segmento do mercado, você pode evidentemente caracterizar concentração dentro de cada segmento, está claro? Essas são as duas dimensões do problema que eu queria chamar atenção. A primeira então fica evidente e passemos a outro tipo de concentração, que é dentro de cada segmento.

Os dois grandes movimentos importantes ocorridos são a conglomeração dentro do setor privado — faço questão de ler só um pequeno trecho do meu trabalho, isso acho que diz tudo:

(**) Para se apreciar a dimensão desse movimento, basta atentar para o seguinte: em 1974, o maior banco privado do País (BRADESCO) era resultado da incorporação (fusão e quejandos) de 39 instituições bancárias ou similares: o segundo maior (ITAÚ) era o resultado de incorporação de 26 instituições de igual gênero: o terceiro maior (NACIONAL) era o resultado de 23 incorporações e fusões; o quarto maior (REAL) era o resultado de 16 fusões. Dentre os oficiais (exclusivo Banco do Brasil), o segundo maior depois do Banco do Brasil (BANESPA) era resultado de 14 incorporações; o terceiro (BANERJ) era resultado de 24 incorporações. Mais importantes ainda é atentar para o fato de que parcela substancial desse movimento tomou lugar entre 1969 a 1974. Estes dados foram coletados pela Associação de Bancos no Estado de São Paulo e foram publicados pela *Gazeta Mercantil*. Relatório Especial, de 12 de junho de 1974.

Quer dizer, a partir de 1969, houve uma grande concentração, a partir da conglomeração da atividade bancária privada, em que consolidava o espectro banco comercial, banco de investimento, financeira, seguradora etc.

Agora, convém ser dito o seguinte: isto é um movimento de concentração, mas não necessariamente essa concentração, em grandes conglomerados, não vai materializar em índices de concentração dos agregados. Nós tínhamos o Banco do Brasil como um grande banco e alguns bancos estatais; então a conglomeração ocorreu entre bancos estatais e bancos privados. Agora, dentro do setor privado, ficamos na verdade com dez grandes bancos e ainda não temos bancos nacionais — nacionais, quero dizer, bancos que operam com agências em todo o País — o grande banco nacional deste País ainda é o Banco do Brasil, e talvez o único privado seja, evidentemente, o BRADESCO, que hoje está com 1.000 agências.

Mas é interessante observar que quando você olha os depósitos do setor privado, houve uma grande concentração de depósito nas mãos destas instituições, BRADESCO e ITAÚ, não queria dizer nomes, mas os dois maiores bancos detêm uma parcela significativamente maior de depósito do que tinha antes. Mas quando você compara depósito dos dois maiores bancos privados com os depósitos do Banco do Brasil, do BANESPA, ele não ganhou muito espaço daqueles, ele ganhou dentro do segmento privado.

Então esse fenômeno da concentração financeira no Brasil é muito complicado, porque houve uma grande centralização de atividade dentro de segmentos e houve uma certa desconcentração entre segmentos da intermediação financeira. Evidentemente que isto tudo, colocada ainda numa outra dimensão, isto é, a intermediação financeira, essa concentração do poder na mão do Estado, de um lado, e entre alguns segmentos do setor financeiro, de outro, se defronta com um outro movimento que ocorre, que é a quarta característica, que é o da in-

ternacionalização da intermediação financeira no Brasil. O Brasil começa a usar o mercado internacional, como fonte de recursos para operações financeiras de bancos comerciais, bancos de investimentos, BNDE — exceto BNH, que não caiu na tentação de pegar recurso em moeda estrangeira — todos os demais pegaram dólares. E isto ocorre no momento desta chamada grande concentração, é o momento posterior a 1970. Isso exatamente coincide no momento em que o Brasil se abre para a intermediação financeira bancária, a nível internacional. Os volumes e fluxos anuais entrados nesse sistema são bastante expressivos.

Na tabela que deixo, começa-se a perceber que a moeda estrangeira começa a ter um papel muito grande no passivo das instituições privadas financeiras nacionais e públicas. Então você começa a ter um novo agente trabalhando com o mercado financeiro brasileiro, que não tem a presença física, mas sim a presença dos contratos que é o banco internacional. Então, nesse sentido, é muito difícil falar em concentração.

A quarta característica para a qual quero chamar a atenção dos Srs. é a seguinte: é evidente que se você internacionaliza a atividade financeira de um lado, e de outro, o Estado tem um grande papel na captação de recursos, significa dizer que o chamado setor financeiro, ele pode se prejudicar por essa grande interferência, digamos, de um lado da intermediação financeira, e de outro, do Estado. Mas, na verdade, isso não ocorre bem assim, o que ocorre, na verdade, é aquilo que comeci dizendo sobre a moeda: é que os depósitos dos bancos privados nacionais, com origem no Governo e no setor externo, ganham uma grande importância relativa na estrutura passiva das instituições financeiras privadas nacionais; o que equivale dizer, que isso são recursos que entram na estrutura de um banco comercial que não são diretamente afetadas pelo cotidiano do Banco Central. Está claro isso ou será que expressei mal? Isso significa dizer que além de toda essa coisa, tivemos que encontrar forma de agilizar a saída de recursos do segmento captador, pelo Governo, ou do segmento da comunidade internacional, para ser operada pelo setor privado; evidentemente que o setor privado ganha um *spread*, uma diferença e taxa de captação e aplicação, um ágio. Isso é uma fórmula de conciliar ou criar vínculos de solidariedade entre agências públicas e oficiais. Então a gente não pode dizer que isso foi feito em detrimento do setor privado, por exemplo. Não é bem esse o caso.

E esse elemento de agilização entre recursos, entre segmentos, seja do sistema financeiro habitacional, seja do sistema BNDE, seja do sistema Banco do Brasil, seja do sistema Banco Central, para as instituições privadas, ele ocorre através da figura do repasse, de um lado, e a administração, de outro lado, entre os recursos disponíveis entre esses diferentes segmentos, isso é feito com a dívida pública, a ORTN é o grande agilizador de transferência de recursos, por exemplo, do BNH para o Tesouro, este para o Banco Central, que faz o que quer com o dinheiro, dá para financeira etc. Por exemplo, em 1976, 20% do total de ORTNs emitido estava nas mãos do BNH e BNDE, é uma forma de você tirar recursos carimbados do BNH, como poupança compulsória, o Governo vai lá, vende título público, tira o dinheiro de lá e não sei o que ele faz, pode fazer um milhão de coisas, inclusive emprestar para o setor bancário. Então essas são as características para as quais gostaria de chamar a atenção dos Senhores, paralelamente a essa da intermediação financeira internacional.

Como o tempo está correndo, costumo dizer o seguinte, que a partir dessas características, é possível você entender o que ocorreria nesse sistema com a subida da taxa da inflação. Em 1974 sobe a taxa da inflação, não vamos discutir porque: o País estava crescendo, subiu o preço do petróleo, teve um monte de problemas, subiu a taxa de inflação. A primeira coisa que ocorre, com a subida da taxa de inflação, é o seguinte: aumenta a partici-

pação de setor com correção monetária a posteriori, todo mundo procura o setor com correção monetária, todo mundo quer comprar ORTN e aplicar em caderneta de poupança.

Ocorre um fenômeno dramático com as chamadas instituições que captam recursos sem correção monetária. Vou ler alguma coisa para os Srs. que acho bastante ilustrativo do que aconteceu:

Os depósitos dos Bancos Comerciais e dos Bancos de Investimentos, após um longo período de crescimento (1969/73), caem dramaticamente em termos reais a partir de 1974. Os depósitos à vista caem, em termos reais, 31 bilhões de cruzeiros (a preços de novembro de 1977) entre dezembro de 1973 e setembro de 1974 (8% em termos reais, do estoque de dezembro de 1973); os depósitos a prazo caem, em termos reais, 8 bilhões (ou 6% do total). Isso em três meses.

“O saldo de poupança financeira, captada através de Letras de Câmbio, emitidas pelas sociedades de financiamentos, cai para 12 bilhões, em termos reais, a preços de 77, entre dezembro de 73 e setembro de 74.” Ou seja, em 9 meses há uma dramática queda de recursos das instituições que operam em cruzeiros e, evidentemente, uma dramática elevação dos depósitos em cadernetas de poupança, etc. Não preciso explicar para os Srs. o que significa esse tipo de coisa.

Três páginas adiante escrevo qual foi a reação da autoridade monetária. A primeira evidência que isto ocorre, por saída espontânea do depositante, os bancos que captam depósitos em CDBs e Letras de Câmbio, ficam, digamos assim, ilíquidos. Eles têm uma baixa liquidez e ficam basicamente sem nenhuma capacidade de operação.

De outra parte, as instituições que recebem os depósitos: Caixa Econômica Federal, Crédito Imobiliário, etc. têm uma grande quantidade de recursos em caixa.

O que se esperaria que ocorresse, se o Governo não pusesse a mão? Evidentemente a quebra de alguns bancos comerciais, como ocorreu a partir de 74, efetivamente, e também quebra das instituições que captam recursos com correção monetária. Por quê? Se sou uma instituição que capta recursos com correção monetária, entra grande volume de recursos na Caixa Econômica. Só que, com a correção monetária, como está subindo a taxa de inflação, e há o risco de subir mais, ninguém quer tomar recursos com correção monetária. Então, você deposita na Caixa Econômica e ela tem obrigação de me pagar os juros reais positivos de 4 a 6%, mais a correção monetária, de uma parte. De outra parte, ela não consegue emprestar para ninguém. Se ela não consegue emprestar para ninguém, ela quebra porque ela tem que remunerar o dinheiro tomado. Então, quebraria dos dois lados. Como é que foi feito para não quebrar tudo?

Vou ler algumas coisas rápidas e prometo que termino aqui.

Faço questão de ler, porque tenho até medo de errar. A leitura é até um pouco rude porque acho que o período merece algo rude. Escrevi o seguinte: “A reação a esses movimentos de recursos entre instituições provocadas pela elevação da taxa de inflação — evidentemente, que teve um movimento espontâneo dada a estrutura em que foi criada aquela dicotomia de contratos.”

A dicotomia de contratos é que faz o movimento ser dramático.

“1) a fim de “salvar” o setor que contrata em termos nominais observa-se, entre outras coisas:

Substancial expansão da “ajuda financeira” do Banco Central para Bancos Comerciais, Financeiras e Bancos de Investimento, como indicado na Tabela 19. Note que essa ajuda é particularmente importante em 1974, mas se mantém elevada ao longo de todo o período entre 1974 e 1978. Mais importante

ainda é registrar a também substancial elevação dos "repasses" (inclusive a título de ajuda) que estas instituições receberam do BNH, do BNDE e da CEF (exatamente as instituições que contratam em termos reais). Entre 1973 e 1975, a estrutura passiva dos Bancos Comerciais indicam que a "ajuda financeira" do Banco Central passa de 7,0 para 13,03 do total do passivo: e a dos Bancos de Investimentos passa de 0.4 para 5.3% do total do passivo (a), indicam mais que os "repasses", no mesmo período, passam de 4.1 para 6.2% do total do passivo dos Bancos Comerciais."

Mas, também, sabe-se que elas receberam em 73 e elas tinham a ajuda do Banco Central em torno de 113 a 114 milhões de cruzeiros. Em dezembro de 74, essa ajuda era de 2,5 bilhões. Perguntar-se-á: a que custo foi concedida essa ajuda financeira?

" Infelizmente, tal é o número de subcontas e, portanto, de condições, que é praticamente impossível se dar conta desta informação. Sabe-se, no entanto, de algumas operações. O chamado "refinanciamento compensatório", concedido em março de 1975, foi da ordem de 6.0 bilhões de cruzeiros a preços correntes e a um custo nominal de 6% a.a. (!);

Os números agregados são estes.

Ainda como um elemento de ajuda para o ajuste necessário devido a esse saque de recursos do setor privado em cima das instituições financeiras, temos:

" Contínuos cortes nas taxas dos depósitos compulsórios em dinheiro dos Bancos Comerciais".

Como vocês sabem, o depósito compulsório pode ser feito em dinheiro ou em títulos. Mudando a composição para títulos se diminui o custo da operação bancária, evidentemente.

"Estas taxas passam de 9.70 em 1973 para 5.7 em 1974 e para 1.2 do total de depósitos em 1975".

Ou seja, praticamente o compulsório em dinheiro se reduz de 9 para 1,2% em dois anos. E, evidentemente, tem uma contrapartida aumentada em títulos que tinha até uma limitação do Banco Central, no sentido de que não poderia ser maior que 55%.

O SR. BERNARDINO VIANA (Inaudível) — ...porque eles colocam diariamente à disposição dos bancos, mesmo com as letras depositadas...

O SR. ADROALDO MOURA DA SILVA — Estamos falando do período de 74, 75 e 76.

O SR. BERNARDINO VIANA — Exatamente.

O SR. ADROALDO MOURA DA SILVA — Isto significa que o Tesouro está emitindo títulos para botar no compulsório dos bancos, para remunerar o depósito compulsório dos bancos.

Uma outra ajuda que ocorreu nesse período foi a seguinte:

" os limites máximos permitidos para as taxas de juros nominais nas operações de Finanças e Bancos de Investimento são elevados em 1974 para operações de curto prazo e para as operações acima de 24 meses, as taxas são livres se o instrumento de débito (Letras de Câmbio e depósitos) for emitido com correção monetária a posteriori."

Isso em 74. As instituições financeiras não aceitam este desafio e, em 76, vem a liberação da taxa de juros.

Tenho, aqui, os números sobre esses dados e os deixo aqui.

Evidentemente que fazendo isso estamos salvando o setor monetário. Do outro lado, o que estava ocorrendo? Quem estava captando com correção, o que estava sendo feito de uma parte e, de outra, que houvera se endividado com a correção monetária a posteriori, antes de 74, como é que estava fazendo? O que foi feito para evitar a iliquidez?

" em novembro de 1974, limitou-se a 20% a.a. a taxa máxima de correção monetária para os novos empréstimos contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, já então administrador do PIS/PASEP e praticamente detentor do monopólio doméstico dos empréstimos de longa maturação para o setor industrial."

" criação em 1974 das subsidiárias do BNDE: a EMBRAMEC, IBASA E FIBASE, para subscrever ações preferenciais sem direito a voto de novas emissões de empresa nacional."

E aí vem o PROCAP, o FINAC e etc., que eram formas de dar liquidez às empresas que vinham com débitos, com correção monetária.

" modifica-se a fórmula de correção monetária, primeiro, em 1975, para introduzir um conceito de "inflação acidental" de tal forma a permitir que as flutuações da taxa de conversibilidade e entre UPC e cruzeiros não faça o caminho da inflação observada; segundo, em 1976, para tabelar 20% das flutuações da taxa de conversibilidade entre cruzeiros e UPC a uma taxa de inflação desejada da ordem de 15% a.a. (inflação média do período 1976/78: 40% a.a.);

" - reduz-se, pelo Decreto-lei nº 1.338, de 23-7-1974, os incentivos fiscais à poupança financeira captada através de Caderneta de Poupança de 20 para 6% do saldo médio que entra como crédito fiscal nos pagamentos do imposto de renda (a);"

E tomam-se outras medidas para desestimular a aplicar e eliminar, na verdade, os contratos de empréstimos com correção monetária para o setor industrial privado, endividado no BNDE e o setor industrial endividado no BNH.

Isso aqui diz um pouco o que foi esse período de 74/76. No período de 74, 76 e 77, na verdade, foi um período de grande especulação financeira, em função da incapacidade do sistema em absorver um choque dado pela elevação da taxa de inflação.

Nesta fase, ocorre que todos queriam dinheiro barato e aplicar dinheiro caro. Quem pagava o dinheiro caro era o Governo e quem tinha dinheiro barato também era o Governo. Então, a ação do Governo foi no sentido de: dar o dinheiro barato para quem tinha crédito de liquidez, seja o setor financeiro privado que perdeu o depósito, seja o setor industrial que tinha dificuldade de liquidez, porque devia em termos reais. E o único que tomava recurso caro era o Governo. Então, como o Governo tomava o recurso caro e dava recurso barato, para pagar a diferença ou ele tinha que ou emitir moedas, ou aumentar tributos ou aumentar a dívida interna. Mas, como a diferença era muito grande, ele aumentou tudo: dívida interna, tributo e emissão da moeda.

Então, para encerrar, isto aqui é a grande anomalia do sistema que herdamos em 1974/8.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Com licença para uma rápida intervenção. Neste ponto, como o Senhor colocou aquele período que foi consequência de tudo das especulações terríveis de ações, que houve uma grande vítima, que foi o pobre, que foi o funcionário, que foi a classe média. Onde está colocado isto?

O SR. ADROALDO DE MOURA DA SILVA — O movimento especulativo foi em 1971. Ele teve origem exatamente no início da consolidação desse sistema.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Foi dramático!

O SR. ADROALDO DE MOURA DA SILVA — Foi dramático, mas o movimento especulativo de 1974/6 é muito mais dramático, porque ele é muito mais generalizado, porque ocorre ao nível de todos os depósitos do sistema econômico e não localizado num movimento de ações.

Infelizmente, realmente é uma coisa detalhada e eu não sou muito parcimonioso em palavras, falo demais — já me alonguei muito e deixei muitos detalhes. Mas o problema 74/76, é onde você tem um grande movimento de elevação de taxas de juros para poupança financeira e uma queda de taxas de juros para o aplicador dessa poupança financeira. Então, você cria um grande estímulo para que você tome recursos financeiros com origem no Tesouro, no Banco Central, ou no Governo, de uma forma geral, e faça as aplicações com correção monetária a posteriori. Só que quem dava os recursos baratos era o Tesouro e quem pagava o recurso caro, também, era o Tesouro, que era a forma dele controlar o depósito. Então, essa é a chamada ciranda, quando o dinheiro sai do Governo e volta para o Governo. Só que ele sai barato e volta caro. Para pagar a diferença ou o Governo tem que emitir, cobrar tributos, ou se endividar.

Então aí é a grande explosão da dívida interna neste período. Agora, o que é interessante, também, é que nesse período, 74/77, houve uma grande explosão da dívida externa. Por quê? Porque o segmento que tinha acesso ao dinheiro barato era muito específico. Eram os exportadores de manufaturas, o crédito agrícola e os devedores do sistema do BNDE, que tinham acesso ao dinheiro a 20% de correção monetária. Mas o resto do sistema, fora disso, com elevação da taxa de juros de 1976, só tinha acesso ao mercado internacional de capital, que estava relativamente barato e uma grande abundância de recursos financeiros. E o que é interessante é que a onda liberante do período também vai incentivar a tomada de recursos externos, além da elevação da taxa de juros.

Eu precisaria ler isso aí para os Senhores terem uma idéia do que ocorre nesse período, que é a criação da 432, que vai ter grandes problemas em 1979, ou seja, criam-se facilidades para o indivíduo ir lá fora buscar dinheiro e cria-se a garantia e a segurança de que não haverá a máxidesvalorização cambial, por exemplo. E, em segundo lugar, para evitar-se o risco de uma maxi, cria-se um depósito junto ao Banco Central, em que os devedores dessa moeda, em moeda estrangeira, poderiam criar o correspondente em depósitos junto ao Banco Central, ou seja, eu poderia ser um devedor de um banco lá fora, como empresa de 100 milhões de dólares, eu teria, no máximo, o direito de criar 100 milhões de dólares junto ao Banco Central, transferindo ao Banco Central todo o ônus da minha dívida para o banco estrangeiro. Quer dizer, criadas essas facilidades, houve uma grande entrada de recursos externos, também nesse período. Na medida em que eles não foram acumulados produtivamente, porque o sujeito tinha um problema de instabilidade de crescimento da demanda efetiva, eles serviam também para agilizar a grande demanda dos papéis, do chamado mercado primário.

Então, nesse contexto, o que é a crise o Open?

A crise do Open é muito simples de se entender, porque o sistema inteirinho está envolvido nessa onda especulativa e a vitrine aparente dessa especulação se dá no mercado primário, que é LTN e ORTN, que é o mais visível.

O SR. BERNARDINO VIANA — Professor, e aquele cheque do Banco do Brasil, com juros tremendos, que o Banco cambiava?

O SR. ADROALDO DE MOURA DA SILVA — É isso, é a chamada operação de mercado aberto.

Mas isto é simples de entender, não existe nenhum banditismo dos agentes desse mercado, é isso que eu estou querendo dizer.

Dado às condições institucionais de então, dada à flutuação da taxa de inflação, o sistema inerentemente conduzia as pessoas para uma atividade especulativa. E essa atividade especulativa tinha um grande efeito nocivo sobre a atividade produtiva, evidentemente. Agora, a grande tragédia para tudo isso é que o papel que assegurava a taxa de juros elevada para o detentor dos recursos financeiros era o papel público. E o que é pior, o próprio setor público que ajudava a financiar a aquisição desses próprios papéis, através das linhas de crédito subsidiadas.

Então, vejamos: Esse período de 74, que vamos chamar de 74/76/77 e o período 1970.

Vamos, agora, só em duas palavras, ver o que é 79. O sistema então era o seguinte: o elemento básico a ser rompido era a remuneração financeira elevada dada pela correção monetária, de um lado, a política cambial para atrair recursos externos, de outro, e a dívida pública para agilizar esse movimento de recursos financeiros entre os setores e, portanto, permitir a especulação.

Então, nesse sistema, o que fazia o Banco Central?

O Banco Central é vítima daquilo que eu disse no começo: ele controla um pedacinho do sistema, querendo mexer em tudo. Não pode controlar o todo. Então, tem a moeda estrangeira em UPC, que são volumes expressivos do sistema e que afogam o pobre do Banco Central, que fica uma atitude relativamente passiva, dada aos grandes volumes, seja de moeda estrangeira que está vinculada à Política Cambial, seja a política do UPC.

Então, vem a autoridade monetária e diz o seguinte: Vou fazer política monetária, para controlar a base monetária e os meios de pagamento. Qual era a ação normal? Vou vender títulos ao público e dizia: Estou vendendo títulos para arrecadar dinheiro.

Então, o que ocorria? Suponhamos que eu fosse tirar dinheiro do público através de títulos, porque o público estava sedento para comprar títulos.

Se eu fizesse o movimento no mercado monetário, que já estava comprimido pela saída de recursos dos bancos comerciais para as instituições não controladas pelo Banco Central: Caixa Econômica etc., eu criaria uma crise de liquidez localizada nos bancos comerciais. Mas a crise de liquidez localizada nos bancos comerciais teria que ter um acesso às linhas de crédito de ajuda financeira da autoridade monetária, de um lado, e, de outro, tinham acesso à moeda estrangeira.

Então, na hora em que eu fazia qualquer compressão de liquidez no mercado primário, para diminuir a base monetária e portanto controlar os meios de pagamento, o próprio setor privado criava liquidez, indo junto ao Governo pedindo ajuda financeira ou indo ao setor externo fazendo entrar dinheiro.

Ora, na hora em que o Governo responde passivamente com a ajuda financeira, como ocorre em 74/76, significa dizer que ele tirava com uma mão e dava com a outra. Tirava o dinheiro caro, vendia papel a preço caro e dava a outra com dinheiro barato. Quando isso não era possível, o indivíduo ia lá fora, pegava dinheiro, depositava no Banco Central os dólares e tirava cruzeiro.

Então, a política monetária, que pretendia ser austera, não controlava a moeda, mas, sim, controlava a composição passiva do sistema. Em outras palavras, ela era muito eficiente para tirar depósitos do público junto aos bancos e colocar ajuda financeira e passivo estrangeira nos bancos, o que equivale a dizer que a relação dos bancos empréstimo-depósito cresce monotonicamente nesse período. Você tinha a ilusão de controlar a moeda e o crédito corria solto, a taxas muito mais elevadas que a moeda. Então há uma dissociação perfeita nessa estrutura do crédito e da moeda. O crédito corria solto e você fica fazendo política monetária, só mudando a compo-

sição do financiamento e do crédito, mas não altera o crédito.

E que é 79? É a tentativa de se limpar a área de correção monetária, devido ao casuísmo ocorrido depois de 74 e uma tentativa de passar a controlar as operações ativas e não mais a passiva. Então, a política monetária e ortodoxa no Brasil está perdendo significado.

Na hora em que os Srs. começam a controlar as operações ativas, os instrumentos de política monetária ortodoxa vão ficando complicados. Confesso que poderíamos falar um pouco mais disso, que não é perfeito, é um sistema que está tentando ajustar-se dentro dessa dinâmica que eu tentei colocar aos Srs. Espero que tenha sido esclarecedor.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Atendendo a sugestão do nobre Relator, Senador José Lins, teremos um intervalo de cinco minutos, para depois prosseguirmos. Está suspensa a reunião por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Estão reabertos os nossos trabalhos, a acredito que nós começaríamos por uma interpelação que o nosso Relator gostaria de fazer.

O SR. RELATOR (José Lins) — Sr. Presidente, eu prefiro que V. Ex.^a cedesse a palavra aos meus colegas.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Então, se alguém desejar fazer uso da palavra, espá o Professor Adroaldo Moura da Silva à disposição.

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Eu gostaria de, em primeiro lugar, registrar a impressão que me causou a exposição, que foi excelente e não apenas muito boa e muito esclarecedora mas muito densa, o que nos obriga a um estudo do texto, razão pela qual eu pediria que o texto fosse reproduzido e entregue a nós, para que pudéssemos examiná-lo.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — O nosso Relator já tomou a providência de mandar tirar algumas cópias, a fim de que sejam distribuídas entre os membros desta Comissão.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Muito obrigado a V. Ex.^a

Mas eu gostaria que o Professor Adroaldo nos dissesse agora algo sobre o que se está passando hoje, porque, se naquele período 74/77 ocorreram esses fenômenos, que ele tão bem descreveu, em que o Estado foi obrigado a bancar esse *Spread* negativo, utilizando esse mecanismo da ciranda etc, apenas evitando grandes rupturas do sistema, mas até mesmo permitindo que o sistema continuasse a se expandir porque a participação, por exemplo, do sistema financeiro, na formação da renda nacional, continuou crescendo, continuamente. Não houve interrupção nesse período, dando origem a uma série de operações e de casos rumorosos. Se bem entendi a crítica do Professor ela se concentra muito na dicotomia dos dois mecanismos, dos dois tipos de contratos; a dicotomia, ainda que reduzida com o arbítrio do Governo, sobre a correção monetária, que continua a existir. Com a intensificação do processo inflacionário no último ano, o que que está ocorrendo hoje? Por que não está se repetindo, por exemplo, essa necessidade de operação de socorro urgente? É previsível que isso volte a acontecer, quer dizer, o que está se passando nesse mercado, no estágio presente?

O SR. ADROALDO MOURA DA SILVA — Vamos tentar localizar isso na segunda metade de 78 para hoje.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Isso!

O SR. ADROALDO MOURA DA SILVA — Quer dizer, em meados de 78 nós temos de novo uma aceleração dramática da inflação, se intensificando em 1980. Quer dizer, por que se observou o mesmo fenômeno de então?

A elevação da taxa de inflação é localizada basicamente em 79. Um dos primeiros elementos de mudança do sistema foi que passamos de um sistema, primeiro, de taxa livre, para o mercado de captação da taxa de juros controlada. Então, o controle da taxa de juros com aquele redutor de 10%, teve um impacto grande na captação de recursos financeiros: houve um grande deslocamento de novo.

Segundo, nós convergimos para uma administração ostensiva da correção monetária, seja, há uma correção monetária de 50% para uma inflação de 100%; na verdade, o sistema inteiro não tem mais correção monetária nem para captação nem na aplicação. Uma terceira característica diferente, é que depois, ou seja, ao contrário de 74/76, a entrada de recurso externo começa a escassear, particularmente no último ano, nós somos perdedores de reservas internacionais.

De um lado, você tem os fluxos de recursos com origem no setor externo diminuindo e pressionando inclusive uma contração monetária doméstica. Enquanto nós estamos perdendo reservas nós estamos contraindo liquidez, ao contrário do que ocorreu depois de 76. Quer dizer, nós perdemos em 74, mas depois de 76, de novo, voltamos a ganhar grandes quantidades de reservas para obtermos, digamos assim, uma sobrevida à especulação que teve início em 75.

Quanto, a tentativa de controle do ativo do sistema financeiro privado e público, ao contrário da tentativa do controle do passivo — quer dizer — ainda imperfeito.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Eu gostaria que fosse um pouco mais explicado este 4º ponto.

O SR. ADROALDO MOURA DA SILVA — Este 4º ponto é o seguinte. A política monetária — vou tentar transmitir minha idéia — antes ela era suicida, enquanto ela se direcionasse só pelo controle da chamada base monetária, ela tentava controlar depósitos, diminuía depósitos, mas o sistema de crédito continuava independente de depósitos, porque tinha recursos externos, repasse do Governo e ajuda financeira. Então, o Banco Central não controlava o total do passivo mas controlava a composição do passivo das instituições privadas, mas o total de crédito continuava elevado. Quer dizer, então, que se descobriu que os depósitos a vista e a prazo captados voluntariamente do público, é hoje uma parcela inexpressiva do passivo das instituições financeiras.

Para os Srs. terem uma idéia do que isto representa — só para citar um número — se se tomar os empréstimos bancários sobre meios de pagamento, em 72, os empréstimos eram 138% dos meios de pagamento: 38% acima; em 74, eram 62%. Mas em 77 os empréstimos eram mais três vezes o volume do depósito de moedas, ou seja, eram 222%. Então você controlava a moeda e o empréstimo ia embora. Então a política monetária era suicida nesse sentido. Ela só fazia mudar a composição e fazia com que o Governo ficasse emitindo títulos continuamente na tentativa de dizer que controlava.

Então, o que se percebe? É que as operações ativas de empréstimo tinham várias origens: no Banco Central, na ajuda financeira e no setor externo. Então tentar controlar uma parcela do passivo não adiantava porque não controlava o ativo.

Então a tentativa é de passar diretamente para o controle do ativo, ou seja, o ativo só pode expandir, digamos 45%.

Então você está mudando a administração da política monetária, dramaticamente nesse período. Nós estamos no primeiro exercício dessa coisa. Está claro? O sistema

está parando pelo lado das operações ativas. Aquela aparente iliquidez ocorria é porque depósitos eram escassos ao público, mas o empréstimo crescia muito. A demanda por liquidez do setor externo do Banco Central era crescente, porque a sua relação empréstimo/depósito estava crescendo muito. Esta mudança que ocorre é uma tentativa de você passar a controlar o ativo e não do passivo necessariamente. Quer dizer, você tem de encolher a participação do sistema financeiro. Deve ser operação pelo controle direto.

É importante também dizer que — eu não estou aqui para defender, necessariamente, uma política — também é uma coisa muito imperfeita, cheia de sobressaltos. E uma das coisas incríveis que ocorrem neste período a que estou-me referindo é que nesta fase, além dessas mudanças, ocorreram duas outras medidas que são muito importantes: uma delas é a maxidesvalorização. A maxidesvalorização de 10 de dezembro, se não me engano, do ano passado, rompe um compromisso de 11 anos implícito nos contratos em moeda estrangeira, quer dizer, no momento em que o País começava a perder reserva. Então a desvalorização cambial equivale a uma perda de capital muito elevada para quem tinha débitos em moeda estrangeira, e como que desvincula a economia doméstica da economia internacional, financeiramente falando.

Então passamos vários meses sem que os agentes domésticos tivessem coragem de contratar novos recursos do exterior com medo da maxidesvalorização. Então, tiramos um outro componente da especulação do quadro e começa a perder reservas por todas essas circunstâncias.

Paralelamente a isso, ao caso da maxi, temos alguns sobressaltos no sistema e que são inseridos junto com a maxi e que jogam uma tremenda dúvida sobre a capacidade de continuar financiando com moeda estrangeira o setor doméstico, a despeito da dívida natural da dívida externa, que foi o rompimento de outro contrato importante com o setor privado, que é chamado 432 — acho que os Srs. já ouviram falar. Pela Resolução 432, o setor devedor em moeda estrangeira podia manter depósitos no Banco Central, além de outros depósitos que têm controles quantitativos na entrada. Quer dizer, isto aqui, na hora em que esse depósito era para valer, não se podia sacar a vista...

O SR. ROBERTO SATURNINO — (Fora do microfone) — Vários bancos tinham que ficar...

O SR. ADROALDO MOURA DA SILVA — Não, dependiam da natureza, uns eram 90 dias, outros 180 dias e outros 30 dias.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Havia alguns de até um ano.

O SR. ADROALDO MOURA DA SILVA — Sim, mas tinha uma concentração grande em 30 dias. Como havia muitos depósitos já de muito tempo, a maioria deles eram sacados — digamos — em dezembro, se houvesse maxidesvalorização, sem o bloqueio de 432, haveria um saque em massa em cima do Banco Central — digamos — de 3 a 4 bilhões de dólares, o que faria explodir qualquer controle de base monetária.

Ora, a maxidesvalorização e o evento 432, criam uma série de dificuldades para o relacionamento financeiro com a comunidade financeira internacional. Aqui, uma fonte de pressão fica eliminada e não sei quando vai voltar a atuar.

A outra fonte de pressão, que ocorre, é da dívida pública, nós bem lembramos as grandes gritas da especulação financeira com LTN e ORTN ao longo de todo o período até 1978. E, com o controle da taxa de juros, a tentativa do controle das operações ativas, a dívida pública começa a funcionar ao contrário: ao invés de ser

o elemento que dava o patamar superior da taxa de juros, ela, agora, pelo controle da taxa de juros do Banco Central, ela dá o patamar inferior, mas dá um patamar tão inferior que ela não consegue vender papel.

E aí ocorrem dois fenômenos muito importantes no ano de 1980, em relação à dívida pública, que é o CELIC, é a clearing house das operações com dívida pública, em papel.

— Então, como se vinha de um sistema especulado, que todo mundo tinha um over, em cima de sua carteira de papéis, ou seja, eu estava bancando, na verdade, as minhas operações muito além daquilo que me permitiria a minha carteira de ORTN, porque era um mercado livre, na hora em que passa o clearing house a ser feito pelo Banco Central, em que, a cada operação de venda corresponde a uma baixa na minha carteira de papel, ocorre uma grande liquidez no sistema de LTN, primeiro, e depois em ORTN, e o sistema entra numa fase de baixa, em que os papéis da dívida pública se transformam — digamos assim — em mícos, quer dizer, são papéis micados no sentido de terem baixa remuneração e têm um custo para manter a liquidez que esgota o CELIC.

Então se tira do sistema os agentes de especulação básica, quer dizer, a correção monetária, a dívida pública é os recursos externos. Não quero dizer que a coisa tenha sido feita com perfeição e nem quero dizer que se eliminou também, de vez, a transferência que normalmente ocorre. Para dizer a verdade, temos, em 1980, três eventos com a dívida pública, que são bastante tristes, mostram que ainda ocorre grande transferência especulativa, a despeito desse quadro que tracei. A primeira delas é a manutenção da opção cambial nas ORTN, que foi feita depois da maxidesvalorização. A segunda delas é a dramática queda da taxa de juros da LTN, o que equivale a uma grande subida no preço da LTN, na posição de carteiras dos dealers do Banco Central.

Se olharem os dados que tenho, até março, abril, maio, mais ou menos, o Banco Central comprou praticamente toda a dívida pública em LTN do setor privado, a preços altíssimos. O que vale dizer que houve uma grande transferência de recursos.

Depois, quando praticamente esse papel desaparecendo do mercado, volta a política de valorização do papel. Aí se tem um dramático salto na taxa de juros de novo que é o momento que estamos vivendo agora. Esse sobressalto da dívida pública também está ainda ocorrendo no ano de 1980. Convém, no entanto, lembrar que o volume da dívida pública caiu dramaticamente ao longo dos últimos 14 meses, em termos reais. O giro da dívida pública, praticamente, foi dividido por três ou quatro, em relação ao chamado giro de 14, 15 meses atrás.

Esses são os elementos novos introduzidos no sistema que, evidentemente, vão ter desdobramento para 1981 e 1982.

A política cambial e a política de ORTN são os elementos hoje críticos para reorganizar a intermediação financeira no Brasil e é o cerne do problema. A política econômica, hoje, de curto prazo reside exatamente na administração desses dois preços que devem ocorrer em 1981, que é a correção monetária e a correção cambial.

Não sei se fui feliz na explicação.

O SR. BERNARDINO VIANA — Professor, os bancos oficiais estaduais, nestes três últimos anos, para equilibrar a sua receita e despesa não tiveram outro recurso senão recorrer ao aumento de capitais através dos governos estaduais que já conta com recursos pagos do BNDE do FICAP. O BNDE dá para aumento de capitais aos bancos na mesma quantia que deu os governos estaduais.

Essa elevação de capital beneficiaria a atividade produtiva, mas com a contenção da elevação dos empréstimos em 45%, esses recursos deverão ser aplicados em

ORTN e LTN, porque neste instante V. S^a disse que essas letras teriam que ser compradas pelo Governo Federal, mas, também, os bancos tiveram que lançar mão desse recurso por causa da contenção da expansão das aplicações. Então, em parte se resolve o problema do resultado financeiro dos bancos, de não dar prejuízo, se houve aumento de capital, de certo, eles aplicam o que sobra em ORTN e LTN. Agora, a atividade produtiva não seria prejudicada ou não está sendo prejudicada com essa falta de crédito?

O SR. ADROALDO MOURA DA SILVA — Essa é uma questão meio intrincada, quer dizer, tem vários componentes. Em primeiro lugar eu quero dizer o seguinte: o controle de 45%, na verdade, incide sobre meta-de do crédito do sistema...

O SR. BERNARDINO VIANA — A exportação não tem...

O SR. ADROALDO MOURA DA SILVA — O crédito agrícola está se expandindo a taxas elevadíssimas, a despeito de tudo que se fala. O que está ocorrendo é que estão segurando o crédito aos investimentos do setor agrícola, mas o custeio está crescendo substantivamente. Na verdade, está ocorrendo um certo controle da taxa de expansão do crédito, assim, pela primeira vez, ao longo dos últimos 15 anos, estamos vendo um fenômeno novo que se vê desse fato é que a taxa de expansão total do crédito está se aproximando da taxa de expansão da moeda. Quer dizer, na margem, a relação é um para um quando já chegou a ser de dois e meio, três e meio e até quatro.

O SR. BERNARDINO VIANA — (Fora do microfone)

O SR. ADROALDO MOURA DA SILVA — Não, o crédito é que estava se expandindo mais do que a moeda. Em função que desses controles que eu acabei de mencionar, e também em função dos 45%, apesar de incidir só na metade do total do crédito mais ou menos, a grosso modo, a convergência da taxa de expansão de crédito está caindo relativamente e a da moeda está subindo. Mas elas estão convergindo uma para a outra, isso evidentemente, tem um impacto sério sobre o financiamento do capital de giro das empresas, porque o crédito bancário, para atividades domésticas, está realmente apertado. Tem também outra coisa: a limitação da taxa de juros e a limitação do volume quantitativo geraram uma situação muito anômala, nos últimos meses, particularmente porque a taxa de expansão da moeda estava abaixo da do crédito. Isso não significa dizer que o crédito real esteja caindo muito dramaticamente, mas seguramente, isso está impondo a você começar a observar operações feitas pelos bancos de investimento, por exemplo, a taxa de juros extremamente elevada, e muito além dos níveis fixados pelas autoridades monetárias. Então, você está tendo uma relativa escassez de crédito e uma elevação do custo nominal. É evidente que isso tem um impacto sobre alguns segmentos do setor produtivo, mas convém também dizer que antes, o setor produtivo era penalizado, de uma forma um pouco diferente, ou seja, a especulação não beneficia só os bancos, é importante dizer isso, com taxas de juros elevadas. O setor dito produtivo também se beneficia de taxas elevadas de juros e começa a fazer seus lucros com bases nos lucros ditos não operacionais, ou seja, o lucro de algumas empresas produtivas e industriais, quando começa a extrair lucro não da sua atividade primária, que é o de produzir e vender bens, mas sim de adquirir papéis no setor financeiro e acumular juros. Na medida em que você começa a controlar, quantitativamente, e não permite que essa especulação financeira ocorra, você está, evidentemente, tentando voltar a estimular a atividade produtiva. Mas de outra parte, pela taxa de juros, como está escasseando o crédito e como, nas operações marginais, os juros, sub-

repticiamente, por mil escaninhos, está começando a subir também para a empresa industrial, você está hoje numa situação difícil de financiamento de alguns segmentos do setor industrial.

O SR. BERNARDINO VIANA — Obrigado, estou satisfeito.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Indagaria ao Professor, porque, como a nossa Comissão tem um objetivo bastante construtivo, isto é, de procurarmos não só identificar as causas dos fenômenos mas de sugerir alterações do sistema, se o Professor poderia nos dar alguma sugestão que, a seu juízo, devesse ser introduzida no sistema, não apenas na sua estruturação, na sua conformação, mas no seu controle, quer dizer, na execução da política que está sendo adotada no momento?

O SR. ADROALDO MOURA DA SILVA — Poderia arriscar-me em algumas linhas que acho importantes. Sou daqueles que acredita que hoje, a liberação da taxa de juros nos colocaria, num momento especulativo igual ao de 76. Quer dizer, então, sou favorável a controles.

O SR. BERNARDINO VIANA — Mas foi liberada agora, não foi?

O SR. ADROALDO MOURA DA SILVA — Foi liberada a conta passiva, não a ativa, estão falando em liberar. Veja o seguinte: é uma questão muito complicada porque, na verdade, sou a favor do controle. Os elementos básicos na determinação da taxa de juros no Brasil, são dois: um, do ponto de vista da captação, o elemento básico é a correção monetária; do ponto de vista do ativo, o elemento básico é a política cambial. Então, controlar a correção monetária e a política cambial, de uma forma mais saudável, acho que seria uma linha extremamente profícua para reorganização dos fluxos financeiros, esse é um dos pontos básicos que acho que nessa linha. Uma outra coisa é o caminho que parece apontado, recentemente, pelo próprio Governo, é que temos que conceber uma forma mais eficiente de controle do sistema financeiro, não tentando controlar o passivo, porque não dá para controlar, tem que começar a descobrir, como o francês, por exemplo, que tem grandes controles do lado ativo, quer dizer, isso não é uma heresia, porque os próprios bancos americanos estão sujeitos a essas coisas, hoje, os bancos americanos, o próprio Federal Reserve System está tentando fazer controle de operações ativas dos bancos, principalmente, nas suas operações externas.

No caso do Brasil, isso me parece de uma obviedade incrível: a gente tem que encontrar um sistema de controle do ativo, da expansão do crédito, quantitativamente, como se nós tivéssemos o compulsório, não no depósito, mas no empréstimo. É evidente que se desenvolveria uma mudança muito dramática dentro do sistema bancário brasileiro, mas acho que é uma linha em que valeria a pena trabalhar e para aprendermos mais sobre controle de operações ativas que, na verdade, temos muito poucas. Sempre tivemos, tradicionalmente, a administração de canais, mas não de volumes, acho que deveríamos controlar os volumes.

Acho que esses dois elementos como política de curto prazo mudariam, dramaticamente, a administração financeira. No entanto, fica um problema sempre pendente, que acho que é o mais importante deles: é encontrarmos uma forma mais eficiente de administrarmos os fundos compulsórios de poupança, porque eles representam um volume substancial — FGTS — PIS/PASEP mesmo os outros, 157, etc. Esses fundos representam, hoje, uma verdadeira "batata quente" nas mãos do Governo, porque ele se arvorou como administrador desses fundos, em nome dos trabalhadores, digamos assim, e o fundo que tem basicamente a destinação para empréstimos e

uma captação compulsória — e uma captação compulsória, provavelmente, não deverá se alterar muito ao longo do tempo — mas duas outras coisas poderiam ocorrer: uma, deslocar parcelas crescentes para operações de risco, isso naturalmente teria implicações muito sérias do ponto de vista da administração desses fundos, enquanto essa parcela de risco, não garantida pelo Tesouro Nacional de remuneração fosse crescendo no ativo desses fundos, seria inevitável uma democratização do processo decisório de alocação de recursos desses fundos, e aí, você entra numa seara muito complicada, que é o de democratização da administração do FGTS — PIS/PASEP particularmente; quer dizer, teria implicações muito sérias para o BNDE, seria redefinir o papel do BNDE, mais uma vez, seria redefinir o papel do BNH, seria repensar todo o sistema financeiro habitacional e todo sistema de financiamento, de longo prazo, à atividade produtiva no Brasil.

Acho que, inevitavelmente, esses três elementos vão estar presentes na discussão da condução da política econômica no Brasil, de curto prazo. Acho que são os elementos focais da administração da poupança financeira do Brasil reside aqui. Evidentemente, há outras medidas a nível estrutural, mas como V. Ex^a perguntou, deixei de lado essa parte estrutural.

O SR. ROBERTO SATURNINO — A lei das S.A. foi uma tentativa de reduzir a participação da retenção de lucros na formação do investimento das empresas. Ao que me parece, não tenho acompanhado, mas tenho ouvido informações e impressões — ela não teria alcançado o efeito desejado. A retenção do lucro continua sendo algo fundamental para a formação de capital das empresas. Por outro lado, o mercado primário de ações, não obstante todos os esforços, os artificialismos, os casuísmos, não conseguiu deflagrar um movimento de expansão. Continuamos com o capitalismo eminentemente prestamista. Por conseguinte, o papel do sistema financeiro tende a ser maior do que seria, digamos, "normal" se houvesse um mercado primário mais desenvolvido. Uma sugestão, uma idéia, que me parece também bastante eficaz, a princípio que seria essa: destinar a parte dos fundos compulsórios para o mercado primário, com todas as conseqüências que o Prof. Adroaldo adverte. Haveria outras medidas que pudessem alterar esse panorama e reduzir a dependência das empresas, em geral, em relação, ao nível de endividamento e à dependência das empresas em geral em relação ao sistema financeiro?

O SR. ADROALDO MOURA DA SILVA — Isso realmente é uma questão complicada. Gostaria de dar a seguinte informação: com essa limitação do crédito doméstico ocorrida nos últimos 14 meses, particularmente nos últimos 10 meses, o que se observou foi um grande volume de emissão de ações e debêntures das empresas produtivas. Na medida em que se tem dificuldade de captar recursos do exterior e tem capacidade de captar recursos de empréstimos junto, e particularmente, aos órgãos oficiais, haverá uma pressão muito grande para a emissão de novas ações. No entanto, esse será um mercado relativamente pequeno, se comparado o tamanho dos fundos compulsórios. Quanto aos fundos compulsórios, tenho aqui alguns dados: eles têm um volume tão grande, que será impossível se pensar em administrar a economia brasileira senão pensar nos fundos compulsórios em termos de financiamento. Então, um elemento chave para realmente democratização da propriedade dessas empresas passa inexoravelmente pelos fundos compulsórios. Enquanto os fundos compulsórios forem carimbados para empréstimos, essa relação não se alterará substancialmente, empréstimo de capital próprio.

Há um outro problema que gostaria de ressaltar. O capitalismo saudável no mundo inteiro tem sua fonte primária de financiamento da expansão da capacidade produtiva no lucro retido.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Mas, na mesma proporção do Brasil?

O SR. ADROALDO MOURA DA SILVA — Acho que até mais alto. A média do pós-guerra nos Estados Unidos é de 80% aproximadamente nas empresas industriais. No Brasil é menor exatamente porque dada uma anomalia da intermediação financeira, porque o Estado é o grande agente captador de recursos e distribuidor de forma cartorial, vamos denominar assim. Mudar essa tendência equivale a tirar alguns desses instrumentos da mão do Estado e dar garantia de remuneração real. Dada a importância desses fundos, isso nos conduz inexoravelmente para repensar a administração dos fundos compulsórios de poupança. Acho que, se não for por aí, dificilmente se poderá criar um mercado de capitais acionários muito saudável.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Sr. Presidente, tenho que ausentar-me desta reunião às 12 e 30 horas.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Prof. Adroaldo, como observou o nobre Senador Roberto Saturnino, o objetivo de nossa Comissão é construtivo, é investigar o funcionamento do mercado financeiro e levar sugestões finalmente àqueles que são responsáveis pelo que está havendo. Já que o Prof. não tem condições de responder, sinteticamente, às perguntas que chegam, se houver dados e elementos, sobretudo oportunidade, dentro das perguntas que foram feitas, que fosse elaborado um resumo de informações à nossa Comissão que receberemos com a maior satisfação e agradecimento. Será útil para o trabalho do nosso Relator e para o esclarecimento dos objetivos propostos aqui.

O SR. JOSÉ LINS — Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão, em primeiro lugar gostaria de me congratular com o Prof. Adroaldo pela magnífica exposição que ele nos fez. Diria recebemos uma aula de aspectos muito construtivo pela sistemática com que apresentou a análise de toda evolução do sistema financeiro, ressaltando os seus momentos principais ao longo do tempo e chegando a conclusões definitivas das suas próprias observações.

As minhas perguntas, para ganharmos tempo, se S. S^a julgar conveniente — vou deixá-las para receber as respostas posteriormente, por escrito, se for o caso. Mas, elas também são no mesmo sentido daquelas que foram feitas pelo Senador Roberto Saturnino. A minha pergunta é no sentido de verificar que tipo de atuação nós poderíamos preconizar, para o futuro, no sentido do aperfeiçoamento do sistema financeiro.

As outras são as seguintes: quais foram as influências positivas ou negativas da política financeira e evidentemente das instituições financeiras; primeiro, no fomento à poupança nacional; nos investimentos e formação de renda e finalmente na distribuição da renda? Quais seriam as sugestões fundamentais para o aperfeiçoamento do sistema? Essas são as perguntas que, certamente, necessitaria de algum tempo para S. A. responder; mas deixaria a sugestão: se preferir mandar a informação, eu a aguardo. No mais, o Relator quer agradecer a presença do Dr. Adroaldo, que com tanta boa vontade aquiesceu ao pedido da Presidência e do Relator.

O SR. ADROALDO MOURA DA SILVA — Realmente são perguntas extremamente abrangentes, temos que repensar todo o capitalismo brasileiro. Postergaria, daria em outra oportunidade a resposta a V. Ex^a

Espero que a minha apresentação tenha sido útil. Deixo um pequeno documento. Algumas sugestões de política que faço aqui e que fiz em 1979 hoje elas não têm mais sentido. Particularmente eu queria registrar o seguinte: talvez fosse útil a leitura do capítulo 1, 2 e 4. O primeiro capítulo — como não tenho o índice, ainda, porque é um manuscrito — ele tenta dar um esboço da política econômica geral no período anterior e posterior a 1964; o se-

gundo, trata das características que tentei fazer aqui, e, o último tenta dar um pouco da história brasileira de política econômica entre 1974 a 1979 e que, talvez, seja o mais relevante — são os capítulos 1, 2 e 4. O capítulo 3 e 5, acho que...

Finalmente, gostaria de dizer o meu muito obrigado pela oportunidade que me deram para uma audiência tão qualificada, para que eu pudesse testar as minhas conjecturas sobre política financeira.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Nós é que agradecemos. É pena que seja um dia fundamentalmente político, aqui, nesta Casa. E, eu lhe agradeço e vou aproveitar para ler no avião, numa viagem que farei daqui há duas semanas à Índia para tratar de problemas da pequena e média empresas, é um Congresso para estudar problemas da pequena e média empresas, sob o patrocínio da ONU e de alguns grupos internacionais. Eu vou lá, como industrial que sou e membro da Confederação das Indústrias, levando industriais e técnicos para discutirmos o grande problema da pequena e média empresa.

De modo que agradeço, em nome da Comissão, a presença de V. Sr aqui e se V. Ex^a tiver oportunidade, que nos envie as sugestões, observações, sobretudo, as referentes às últimas perguntas feitas pelo nosso eminente, e simples na sua forma de apresentar mas que é, realmente, um estudioso da matéria o nobre Relator, Sr. Senador José Lins.

Muito obrigado a V. Sr^a

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 55 minutos)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

(Resolução nº 52/80)

6ª Reunião, realizada em 4 de novembro de 1980

Às dez horas e trinta minutos do dia quatro de novembro do ano de mil novecentos e oitenta, na Sala Rui Barbosa, presentes os Senhores Senadores Tancredo Neves, José Lins, Roberto Saturnino, Lomanto Júnior, Jorge Kalume, Gabriel Hermes, José Richa e Pedro Simon, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução nº 52, de 1980, destinada a investigar o funcionamento do Mercado Financeiro do País.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Bernardino Viana, Almir Pinto, Jutahy Magalhães, João Lúcio, Cunha Lima, Jaison Barreto e Afonso Camargo.

Abertos os trabalhos, o Senhor Senador Lomanto Júnior, Vice-Presidente da Comissão, dispensa a leitura da Ata da reunião anterior. Colocada em discussão e votação, é a mesma aprovada.

Continuando, o Presidente concede a palavra ao Dr. Germano de Brito Lyra, Presidente da Associação de Dirigentes de Instituições de Crédito Financiamento e Investimento (ADECIF), que de início agradece a convocação, para prestar depoimento nesta Comissão, e que trouxe um trabalho por escrito sobre a instituição do refinanciamento compensatório no período 1974/75, a crise do mercado financeiro de 1976, as operações de "sorrão" e a recompra das obrigações da ELETROBRÁS.

O Senhor Senador Lomanto Júnior, Vice-Presidente, convida o Senhor Senador Tancredo Neves, a assumir a direção dos trabalhos.

Após ter dado o roteiro para a Comissão, o Senhor Germano de Brito Lyra, fica à disposição dos Membros da Comissão para as interpelações.

Usam da palavra os Senhores Senadores Roberto Saturnino, Lomanto Júnior e o Relator José Lins, que interrogam o depoente e este responde satisfatoriamente.

Prosseguindo, o Senhor Senador Tancredo Neves, Presidente da Comissão, fez várias indagações ao Dr.

Germano de Brito Lyra e agradece a sua presença na Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, juntamente com o apanhamento taquigráfico da presente reunião, e irá à publicação.

ANEXO À ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 52, DE 1980, "DESTINADA A INVESTIGAR O FUNCIONAMENTO DO MERCADO FINANCEIRO DO PAÍS", PARA OUVIR O DEPOIMENTO DO DR. GERMANO DE BRITO LYRA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO. (INTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REFERIDA REUNIÃO.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Declaro aberta a sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito do Mercado Financeiro, que irá ouvir, hoje, S. Sr^a o Dr. Germano de Brito Lyra.

Ex-Funcionário de Carreira do Banco do Brasil, Chefe de Gabinete do Diretor da Carteira de Redescoto do Banco do Brasil, (1961/63), Gerente da Carteira de Redescoto do Banco do Brasil, (1963/64), Chefe da Gerência de Operações Bancárias do Banco Central, (1964/67) Diretor da Área Bancária do Banco Central, (1967/69), membros de várias comissões de entidades do mercado financeiro. Atualmente é Diretor do Banco Nacional e preside a ADECIF (Associação de Dirigentes de Instituições de Crédito Financeiro e Investimento).

Conheço o Dr. Germano de Brito Lyra há mais de duas décadas. Quando Governador da Bahia, tive a oportunidade de receber de S. Sr^a um tratamento especial, no que tange ao relacionamento entre o Banco do Estado, o Banco Central e o Banco do Brasil, sobretudo quando S. Sr^a era Chefe de Gerência de Operações Bancárias do Banco Central. Exatamente em todo o período em que fui Governador, dele só recebi atenções, dele só recebi colaboração, inclusive quando criamos o DESENBANCO — Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia, em 1976.

É uma figura das mais respeitáveis nas finanças de nosso País e, por certo, vai-nos brindar com uma palestra que será bastante esclarecedora para os objetivos que nos reúne nesta Comissão.

Tem a palavra o Dr. Germano de Brito Lyra.

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quero, de início, agradecer as referências elogiosas que a mim foram feitas.

Trouxe um trabalho escrito, cuja leitura me permitiria fazer.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É com grande honra que atendo a convocação, para prestar depoimento, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o funcionamento do mercado financeiro do País.

O temário que me foi apresentado especifica:

— A INSTITUIÇÃO DO "REFINANCIAMENTO COMPENSATÓRIO" NO PERÍODO 1974/75.

1. Avaliação do instrumento "Refinanciamento Compensatório", levando-se em conta os seguintes aspectos:

a) Quanto à sistemática operacional, custos e outros etc.

b) Eficiência do instrumento como suprimento complementar da liquidez bancária e do sistema financeiro.

c) Possível interrelacionamento com o processo inflacionário brasileiro.

d) Sua ação junto as atividades do mercado financeiro.

e) Conclusões e observações.

Para análise e compreensão do Refinanciamento Compensatório instituído em 14-3-1975, permito-me alinhar os eventos importantes e suas consequências a partir de março de 1974, no que se refere ao Sistema Financeiro Nacional.

16-4-1974 — Intervenção e fechamento do Grupo Halles, com sérias repercussões no sistema financeiro.

23-7-1974 — Resolução nº 295 do Banco Central do Brasil — Liberação de depósitos compulsórios em espécie, até o montante de 4% de seus depósitos sujeitos a recolhimento, dirigido a atender exclusivamente, ao capital de giro de empresas industriais e comerciais de pequeno e médio porte.

29-8-1974 — Resolução nº 299 do Banco Central do Brasil — Autoriza o levantamento temporário da proibição de que trata o artigo 3º do Decreto-lei nº 1.290, de 3-12-73, especificamente para a aplicação de disponibilidades financeiras em depósitos a prazo fixo, com ou sem emissão de certificado, em instituições financeiras autorizadas.

Nota: Havia proibição de empresas públicas depositarem em Instituições Privadas. Medida revogada em 8-4-76, pela Resolução nº 370.

11-10-1974 — Resolução nº 303 do Banco Central — Liberação de 2% do depósito compulsório dos Bancos Comerciais, referentes aos depósitos sujeitos a recolhimento compulsório relativos à posição de setembro/74.

Nota: Revogada pela Resolução nº 350, de 13-11-75.

24-10-1974 — Resolução nº 306 do Banco Central — Estabelecimento de linha de refinanciamento às Companhias de Crédito, financiamento e Investimentos, até o limite de Cr\$ 2 bilhões de cruzeiros, utilizáveis em prazo de até 90 dias da data da Resolução — Limite individual de empresa financeira, fixado em até 50% do capital e reservas livres. Isso também para atender aquilo que chama o impacto desse segmento de mercado.

27-2-1975 — Resolução nº 318 do Banco Central — Liberação adicional de mais 4% dos depósitos compulsórios dos Bancos Comerciais — elevando para 8% — dirigidos à aplicação em favor de pequenas e médias empresas.

13-3-1975 — intervenção e fechamento do Grupo Ipiranga.

14-3-1975 — Instituição da primeira tranche de Refinanciamento Compensatório.

O refinanciamento compensatório, dentro do meu entendimento, nada mais foi do que uma liberação de depósitos compulsórios dos bancos comerciais, com uma novidade: prefixou-se o prazo de retorno dos recursos liberados e a autoridade monetária impetrou uma taxa de custo, porque, até então, o mecanismo do depósito compulsório subia ou decrescia sem custo, porque são recursos esterilizados dos bancos comerciais.

Então, essa primeira tranche foi liberada em 14 de março de 1975, previsto o seu retorno da seguinte forma: 1/3 para junho, 1/3 para julho e 1/3 para agosto.

Trinta dias depois, o próprio Conselho Monetário Nacional liberou uma segunda tranche menor do que a primeira e programou, também, o roteiro de retorno em 3 tranches: 1/3 em setembro, 1/3 em outubro e 1/3 em novembro, fixando, também, as mesmas condições de custo de 6% ao ano, nessa liberação dos depósitos compulsórios esterilizados nos bancos comerciais.

Há que registrar-se que, no período 74/75, houve uma contração na liquidez bancária e do sistema financeiro, em consequência de redução havida nas reservas externas, porque, em 1974, quando o Governo Geisel assumiu, ele recebeu um belo volume de reservas externas acumuladas pelo Governo anterior, e no início do período o nosso Governo perdeu um pouco dessas reservas por uma política consciente. E isso refletiu na liquidez da

economia, agregado, também, nesse período, por um crescimento do superávit do Tesouro.

O elenco de medidas listadas objetivaram resguardar a economia de contração violenta de liquidez com consequência no setor político e social.

Listo, a seguir, os indicadores de moeda e preços e evolução da correção monetária de 1972 até setembro de 1980.

	Meios de Pagamento	IGP—DI	Cor. Monetária	PIB
1972	38,827%	15,488%	15,303%	11,7%
1973	47,018%	16,081%	12,284%	14,0%
1974	33,480%	34,508%	33,331%	9,8%
1975	34,483%	29,213%	24,210%	5,6%
1976	37,155%	46,376%	37,233%	9,0%
1977	37,518%	38,712%	30,086%	4,7%
1978	42,247%	40,827%	36,236%	6,0%
1979	73,686%	77,192%	47,189%	6,4%
1980	74,800%-Set.	104,400%-Set.	50,775%-Dez.	—

Os elementos alinhados, penso, permitem-me definir que as Autoridades Monetárias, no biênio 74/75, administraram os instrumentos de política monetária com inteligência e presteza e alcançaram os objetivos de resguardar o sistema econômico dos percalços ocorridos no período, e os indicadores mostram isso.

Com relação ao segundo tema:

— A CRISE DO MERCADO FINANCEIRO DE 1976, AS OPERAÇÕES DE "SÓCORRO" E A RECOMPRA DAS OBRIGAÇÕES DA ELETROBRÁS:

1. Avaliação da crise do mercado financeiro de 1976, levando-se em conta os aspectos conjunturais da época.
2. Interrelacionamento com o processo inflacionário brasileiro.
3. Descrição de discriminação das operações de "socorro".
4. A recompra das obrigações da ELETROBRÁS.
5. Considerações sobre aspectos benéficos ou distorsivos gerados por estas operações e sua ação frente ao andamento do mercado financeiro.
6. Conclusões e observações.

Quero chamar a atenção para que, nesse período, 74/75, essas liberações maciças foram todas elas previstas a serem retiradas da economia, central o prazo máximo em novembro de 1975, porque é exatamente em novembro de 1975 que ocorre esse fenômeno. O que o relatório explica.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Peço licença a V. S^a, como Vice-Presidente da Comissão, para convidar o eminente Senador Tancredo Neves para presidir-la.

Assume a Presidência o Sr. Tancredo Neves.

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — Com relação ao segundo tema, é necessário situar que a crise referida centrou-se no âmbito do mercado aberto.

Mercado aberto — Conceituado em instrumento de política monetária, pois nele a Autoridade pode colocar ou retirar títulos públicos ou privados, regulando a liquidez da economia.

Nos idos de 1975 — e aí estou sintonizando o período — como se viu do primeiro tema, a preocupação maior da Autoridade foi regular o sistema financeiro preservando o sistema econômico de ter de enfrentar processo contracionista indesejável.

Nesse período, em determinado momento, para o mercado aberto foram transferidos recursos disponíveis de curto prazo em busca de rentabilidade desejada.

Foram injetados recursos na economia, para buscar-se um equilíbrio, mas, como havia prazo curto de retorno,

uma parte desses recursos se transferiu para o mercado aberto.

O mercado era à época escasso de títulos públicos — LTN e ORTN, talvez a razão por que começaram a surgir no mercado aberto compromissos de compra e recompra com lastro em Obrigações da ELETROBRÁS, sustentados por financiamentos continuados que a liquidez do sistema financeiro facultava.

A relação recursos/títulos no mercado aberto, acarretou anomalia na cotação dos títulos que lastreavam as operações respectivas.

ORTNs, Obrigações Estaduais, Obrigações da ELETROBRÁS chegaram a ser cotadas bem acima de seus valores corrigidos — Obrigação da ELETROBRÁS com 20 anos de prazo, chegou a circular no mercado com ágio de 10%, nesse período.

Em novembro de 1975, com o retorno à Autoridade dos recursos do Refinanciamento Compensatório, a liquidez ficou apertada.

Em consequência, no mercado aberto, refletiu-se a contração de liquidez com interrupção de fluxo de recursos que financiavam as posições dos títulos negociados.

A interrupção ou redução de recursos destinados ao financiamento das operações de mercado aberto acarretou de imediato um processo de alienação dos títulos que lastreavam as operações — e aí funciona dos mais nobres para o menos nobre. Os primeiros a serem alienados foram as Letras do Tesouro, depois as ORTNs, depois as Estaduais. E ficaram no mercado, rejeitado por ele, as Obrigações da ELETROBRÁS.

O ágio que prevalecia no mercado desapareceu em 24 horas — ORTN foram alienadas — LTN forma alienadas, sobrando no mercado sem aceitação as Obrigações da ELETROBRÁS.

Isso ocorreu em novembro de 1975.

Nesse período o mercado, por todo os seus integrantes, fixou uma taxa-padrão de financiamento — taxa da LTN — como base de financiamento de todas as operações por um período de + 45 dias, com o que se pretendeu evitar ruturas que poderiam generalizar-se e alcançar áreas diversas.

O próprio mercado, na ocasião, apelidou: isso nada mais foi do que um cartel no mercado, no sentido de preservar todos os seus integrantes. E durante 45 dias se caracterizou uma taxa no sentido de evitarem-se, dentro do próprio mercado, ruturas indesejáveis.

Operações de empréstimos de emergência com algumas instituições operadoras no mercado aberto foram conduzidas, ao que me lembro, através do BANESPA, este como Agente do Banco Central do Brasil.

Alguns Bancos Comerciais passaram a cotar para compra Obrigações da ELETROBRÁS, à base de preços compatíveis em torno de 85% do valor corrigido, não considerado neste valor os cupons de juros a receber — 6% a.a.

Algumas empresas foram alijadas do mercado, pois perderam a indispensável confiança do próprio mercado.

A Caixa Econômica Federal, posteriormente, através das Bolsas de Valores do Rio e São Paulo, retirou Obrigações Reajustáveis da ELETROBRÁS que amparavam como garantia as operações de empréstimos realizadas no momento das dificuldades do mercado aberto.

Isso ocorreu em novembro e dezembro de 1975 e janeiro de 1976.

Em 9-4-1976, o Conselho Monetário Nacional, pela Resolução nº 366 do Banco Central do Brasil, instituiu o Regulamento para as operações de mercado aberto disciplinando entre outros aspectos as operações de venda e revenda e de compra e recompra de títulos no mercado.

Este foi o primeiro grande passo de aperfeiçoamento do mercado aberto, complementado recentemente, em fins de 1979, com a implantação do SELIO — Sistema de Liquidação de Operações de Mercado Aberto — Títulos Públicos.

Isso é o estágio maior. O mercado, hoje, de certa maneira reduziu de muito os riscos de margem e os riscos de lastro que existiam nesse tipo de operação.

Este é o retrospecto que fiz, em função dos dois temas que me foram apresentados.

Agora, acho muito importante aqui, dentro da convocação que recebi para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar, dada a minha condição de Presidente da ADECIF — Associação dos Diretores de Empresas de Crédito, Investimentos e Financiamentos, induz a que peça permissão para registrar uma síntese do nosso papel no processo de desenvolvimento econômico e social de nosso Brasil.

As Sociedades Financeiras que a ADECIF representa são permissionárias de serviços públicos — concessão para captar por meio de letras de câmbio recursos da poupança voluntária privada e destiná-los ao financiamento de bens e serviços.

Nas duas últimas décadas contribuimos expressivamente para o crescimento de nossa economia fortalecendo o mercado interno, gerando empregos diretos e indiretos, tributos diretos e também indiretos.

Possibilitamos condições à indústria de bens duráveis e manufaturados para a continuidade de produzir, também, para a exportação — isso porque o mercado interno de consumo foi substancialmente ampliado com a contribuição das Sociedades de Crédito e Financiamento.

O crédito ao consumidor pode ser reconhecido como um dos dinamos de nossa economia.

É uma força motriz na produção industrial e sua distribuição em massa.

Contribuímos expressivamente no processo de distribuição de renda, isso porque propiciamos o acesso a um cesto amplo de bens duráveis a todas as camadas sociais produtivas. O automóvel, a geladeira, a televisão, o ar refrigerado, a máquina de lavar, equipamentos de trabalho para diversos profissionais e muitos outros bens não são hoje privilégio de poucos.

Fomos os precursores em devolver ao povo brasileiro o hábito de poupança.

A nossa Letra de Câmbio é a mais antiga opção de poupança em títulos privados de renda fixa das três últimas décadas.

E tudo foi realizado sem subsídio de espécie alguma. Nós sempre trabalhamos à margem de taxas de juros reais, quer numa ponta, quer na outra.

O nosso setor vem perdendo participação real no mercado e nós reivindicamos o direito de continuarmos em nosso trabalho de colaboração consciente ao processo de desenvolvimento nacional.

O recrudescimento inflacionário deste ano de 1980 perturba a todos, inclusive induzindo multidões a comportamento coletivo de antecipar compras, refletindo na tendência, até então crescente da poupança voluntária. O divórcio que se fez do instituto da correção monetária de qualquer indicador econômico, parece ser o cerne da questão.

Penso ser chegado o momento de remeditarmos da conveniência em buscar-se uma posição mais equilibrada na relação entre aqueles que poupam e os que consomem.

Este foi o roteiro que trouxe para a Comissão e fico à disposição do Sr. Senador Tancredo Neves e demais membros da Comissão para as interpelações. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Abro o debate e dou a palavra a qualquer dos ilustres Senadores que queira pedir esclarecimentos ao ilustre depoente.

Com a palavra o nobre Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Dr. Germano, nós, nesta Comissão, estamos muito empenhados, com a perspectiva que se tem, com o tempo decorrido depois da reforma bancária, do sistema financeiro, em analisar e

discutir se não estaria sendo necessária uma revisão de todos os mecanismos, desses dispositivos legais no sentido de corrigir distorções, corrigir eventuais equívocos de colocação inicial.

Nesse sentido, gostaria de ouvir a sua palavra, com a experiência que o Sr. tem, a começar pelas funções do Banco Central. O Sr. considera que o Banco Central esteja habilitado atualmente, a exercer suas funções, inclusive de fiscalização, ou o Sr. aconselharia alguma mudança, alguma transformação, alguma alteração da legislação que disciplina sua ação?

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — A lei básica bancária é de 1965, ela está com 16 anos. A experiência do caminho percorrido decerto recomenda e a própria legislação já sofreu, na linha do tempo, uma série grande de aperfeiçoamentos. O próprio Banco Central passou por uma evolução. Eu acho que o Banco Central tem condições de cumprir aquilo que a lei estabelece.

Acho que ele tem os mesmos problemas de todas as classes produtivas deste País, que é material humano. Nós, no setor privado, o capital, de certa maneira, nós arrumamos. Agora, material humano nós precisamos investir bem. Talvez em decorrência de uma série de anomalias, o Banco Central foi formado de material humano requisitado de três organismos, que é a base dele: foi o Banco do Brasil, a própria Superintendência da Moeda e do Crédito, e uma série de homens convocados de outros setores federais, uma parte do Banco da Amazônia, do Banco do Nordeste, e isso aglutinou. O tempo passou e esses talentos se aposentaram. O Banco Central, hoje, me parece que sofre uma dificuldade, em função de restaurar o seu universo. Mas, acho que em termos de fiscalização e com a modernização e, depois, uma parte transferida para um organismo próprio, ele hoje já está cumprindo bem. Agora, jamais nós teremos, neste País, um mercado financeiro perfeito, como todos nós desejaríamos, uma taxa de imperfeição dentro do mercado nós sempre teremos que conviver com ela e a administração disso é que reduz ou cresce esta própria taxa. É o que colocaria para V. Ex^{ts}. Agora, quanto à legislação, tem sido sugerido em vários congressos nossos uma análise dela e a procura do seu aperfeiçoamento.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Por exemplo: uma das linhas que se tem preconizado para o banco é uma especialização maior isto é, o Banco Central, hoje, é uma entidade aplicadora de recursos, também, e está entrando, digamos assim, na seara dos bancos comerciais, dos bancos de investimentos. Pergunto: a redução das funções do Banco Central, a esfera simplesmente disciplinadora e fiscalizadora não seria uma linha de revisão aconselhável?

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — O Senhor vai me perdoar, eu acho que o Banco Central cumpre a finalidade que a lei estabeleceu. Ele é o agente operador das decisões do Conselho Monetário Nacional. A não ser por umas pequenas anomalias ou uns pequenos acidentes ocorridos, eu desconheço a ação direta do Banco Central fora do sistema financeiro. Ele coordena, a obrigação dele é conduzir uma política monetária. Então, ele esteriliza recursos, dirige para cá ou para acolá, ele dirige repasses ao setor agrícola, em determinados momentos ao setor industrial, mas cumprindo sempre aquilo que a legislação estabeleceu, ele é um agente executor do Conselho Monetário Nacional. Tem de haver algum agente.

O SR. ROBERTO SATURNINO — O fato, por exemplo, de ter sido o Estado obrigado, de certa forma, a bancar esse diferencial de juros, esse *spread* negativo que ocorreu de 74 até 78, isso não seria, de alguma forma, uma deficiência do Banco Central em detectar essas anomalias que começavam a ocorrer? Cito o próprio caso das obrigações da ELETROBRÁS. Não teria sido previsível, não teria sido possível evitar que tivesse acu-

mulado tanta operação especulativa em cima de um papel dessa natureza? A nossa dúvida é a de que se o Banco Central está em condições de cumprir essa função, essencialmente fiscalizadora e disciplinadora.

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — Nobre Senador Roberto Saturnino, eu não tenho procuração para defender o Banco Central, mas a isso eu chamo de acidente, eu não responsabilizo o Banco Central, pois são acontecimentos que ocorrem dentro do próprio mercado. Eu acho que esse lastro de ELETROBRÁS, que circulou no mercado aberto na ocasião, ele foi detectado um pouco atrasado. Todas as dificuldades que temos na vida são, exclusivamente, centradas no tempo: ou erramos para trás, ou erramos depois. Essa crise de 1976, se a examinarmos, hoje, friamente, ela teria que ocorrer, porque todas as medidas que aqui se alinham situaram uma construção de liquidez no fim do ano de 1975. A anomalia ocorrida seria ato de curso forçado. As Obrigações da ELETROBRÁS, nascidas dentro de um empréstimo compulsório para criar empresa pública dentro dos investimentos que se tinha que fazer, nada mais são do que debêntures com 20 anos de prazo, corrigidas em seu valor, à semelhança das ORTNs, com juros pagos de 6%. Elas têm quase uma similitude com a própria ORTN, elas têm apenas prazo mais longo, são papéis da maior nobreza, que os têm, tem um grande patrimônio, são papéis que propiciam, hoje, rentabilidade bastante agradável. São papéis nobres. A sua dificuldade é que têm prazo mais longo, as emitidas em 1968, 1969, com 20 anos vão vencer daqui a 8 anos, mas elas têm correção monetária e juros, mas há uma similitude com a própria ORTN, que é um outro papel público também nobre, e nenhum de nós pode discutir isso.

A vinculação disso, essas operações de curto prazo, como lastro dela, é como em qualquer mercado financeiro do mundo. O mercado do eurodólar nada mais é do que se pegar operações de prazo longo e dar-lhes liquidez de prazo curto. O que lhe dá continuidade é o fluxo constante de recursos para aquela liquidez. Se em dado momento ele se interrompe, vamos ter que enfrentar uma crise naquele mercado. Eu não culpo o Banco Central por esse processo. Na hora em que se corrigiu, tomaram-se as medidas e evitou-se aquilo que se chama um dano maior para a própria sociedade. As instituições, dentro desse processo, tiveram prejuízo muito grande, várias delas foram alijadas, sem trauma para o mercado.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Dr. Germano, realmente, na minha opinião, não se podem considerar aceitáveis essas fatalidades, porque, afinal de contas, são bilhões, são dezenas de bilhões de cruzeiros; se somarmos o que foram operações de "socorro", as operações de compra da ELETROBRÁS, o próprio refinanciamento, as condições em que esses recursos foram passados às instituições financeiras, recursos que para o Governo saíam caros, porque ele tinha que captar com correção monetária, juro positivo e tudo o mais, por tudo isso, no fundo, a sociedade toda, a Nação inteira pagou um preço muito alto para evitar o que V. S^a diz que seria esse desastre, esse mal maior. A esta altura temos, realmente, até que considerar esse argumento de que o mal poderia ter sido maior se não tivesse havido esse socorro. Mas o problema é exatamente não aceitarmos essa fatalidade que amanhã pode repetir-se. Então, a nossa preocupação é a de não tomar isso como uma coisa natural, que ocorreu porque tinha que ocorrer, não, vamos ver o que é possível fazer para que isso não torne a acontecer em hipótese alguma.

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — Senador, vou fazer aqui um pouco a defesa do empresário financeiro. Nós somos execrados à opinião pública como os grandes beneficiários de um modelo econômico. Talvez sejamos o único segmento de produção que tem uma legislação profundamente rigorosa. Essa legislação moder-

na, aperfeiçoada, vem de dois decretos-leis, depois substanciada em lei. Hoje, o gestor de instituição financeira, na eventualidade de uma dificuldade ou de um fracasso, tem a legislação estabelecendo aquilo que chamaria de imediata prisão de patrimônio. Eu sou um gestor de instituição financeira, eu jamais posso ter aquilo que se chama o raciocínio de que meu patrimônio é livre. Eu durmo preocupado permanentemente, como todos o fazem, porque, em função de uma anomalia ou de uma contração na economia, qualquer instituição financeira pode ver-se envolvida num processo de dificuldade. V. Ex^a há de concordar comigo. Nós vivemos de uma única coisa, o nosso único patrimônio é a credibilidade pública, o nosso patrimônio é o enriquecimento de nossos clientes, porém, a sociedade assim não entende, ela acha que somos mercadores de Israel e que ainda estamos no tempo da inquisição.

Estou fazendo a defesa do empresário financeiro. A legislação financeira, hoje, é muito severa em cima do gestor de instituição financeira. Ela talvez tenha uma ligeira deficiência, ou seja, quando uma pequena rutura ocorre veja bem, V. Ex^a prende um patrimônio mas ele continua na propriedade do gestor, o passivo é sempre maior, mas a inflação acaba subvertendo tudo. Então, 5, 6 anos depois, esse patrimônio sobe em função do passivo e aí a sociedade protesta. Talvez sob este aspecto tenha-se que meditar, talvez seja um dos pontos que V. Ex^a coloque como um aperfeiçoamento do processo. Honestamente, eu não sei. Digo a V. Ex^a apenas isto: essa figura de prisão de patrimônio para gestor do sistema financeiro foi criada no meu gabinete, em função de um momento de clamor público da sociedade, em que a sociedade confundia: queria aplicar em cima do gestor a sanção criminal, e nós, na época, raciocinamos da seguinte forma: se o crime é econômico, a sanção tem que ser econômica. Então, em vez de se colocar o indivíduo na cadeia, levamos um projeto de decreto-lei, que o Senado referendou por unanimidade, dizendo que o que tinha que ficar preso era o patrimônio do gestor. Eu também tenho dúvidas sobre esta técnica, porque em tudo temos que seguir as prescrições que a lei determina, dá uma mão-de-obra terrível, mas temos que seguir e a legislação recomenda isso.

O SR. ROBERTO SATURNINO — V. S^a reconheceu que, realmente, há — e é impossível deixar de reconhecer — no momento presente, já de alguns anos, um certo clamor da opinião pública partindo de vários setores contra o sistema financeiro. A meu ver, isso tem uma razão concreta, subjacente a isso tudo; é que o setor financeiro aumentou a sua participação relativa na renda nacional, as contas nacionais indicam o último resultado, me parece ser de 1977 — parece que tudo indica que essa tendência continuou crescendo, quer dizer, a participação do setor financeiro na formação da renda era pouco menos de 5%, antes de 1964, veio aumentando continuamente e, hoje, estaria um pouco acima de 10%. Então, teria dobrado nesse período. Claro que todos esses fenômenos, inclusive a inflação, no fundo, refletem uma luta pela fatia da renda nacional. Então, se um setor cresce é claro que a mão-de-obra, é claro que a empresa industrial, a empresa agrícola, todos vão reclamar contra o setor financeiro, que foi aquele que expandiu mais em termos relativos. Agora, a nossa preocupação, a nossa dúvida é se esse crescimento está correspondendo a uma real função no sentido de produzir um impacto de expansão produtiva no País, ou se isso se gerou em grande parte por operações de natureza mais especulativa. Não vamos nos enganar.

Esta Comissão tem como objetivo principal fazer uma análise profunda disso e investir o sistema financeiro, porque, de tradicional existiam os bancos comerciais, depois surgiram as financeiras, como V. Ex^a muito bem salientou. Depois cresceu, quase que virou um monstro esse mercado aberto — o *open market*. Será que ele está

tendo a função que tem nos outros países, de ser um mercado para fazer face à própria sazonalidade da economia, ou às próprias sazonalidades das arrecadações tributárias do País, ou será que ele tomou uma dimensão própria sobre todos os controles do Banco Central e virou um grande monstro especulativo, ou, realmente, ele está cumprindo a função que deve cumprir, como se cumpre em outros países?

Quanto aos bancos de investimento, será que são bancos de investimento mesmo que estão fazendo investimentos a longo prazo e cumprindo a finalidade para a qual foram criados, ou será que eles estão numa faixa de banco comercial apenas cobrando custos mais elevados e, por conseguinte, aumentando os encargos financeiros das empresas e essas empresas distribuidoras e corretoras, quer dizer esse sistema dentro da corrente de opinião que assim vê hoje, teria crescido demais, teria se superdesenvolvido e hoje estaria mais como um absorvedor de operações especulativas, tomando fatias da renda nacional aos setores produtivos do que propriamente cumprindo a sua missão de irrigar o sistema produtivo, enfim de propiciar ao sistema produtivo um desenvolvimento sadio?

Esta é a nossa posição que eu quase definiria como sendo objeto principal desta CPI e gostaria de ouvir com a maior isenção, com a maior franqueza a sua opinião, com a experiência que tem a respeito disto.

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — Senador, as suas preocupações são as de todos nós. O processo em permanente evolução. Há vinte anos atrás, tínhamos apenas os bancos comerciais e as sociedades de crédito, financiamento e investimento, que cresceram e se desenvolveram nos idos de 1956, quando se institucionalizou neste País a indústria automobilística, que aparecia à ocasião como um fator que iria desequilibrar toda a capacidade de concessão de crédito ao setor privado então nos bancos comerciais. E naquela ocasião tínhamos a grande barreira que era a lei da usura. Então, a imaginação do empresário, o aceite cambial, a aplicação disso em financiar consumidores, propicia essa indústria, que hoje, me parece, é a quinta do mundo e preocupa a todos nós pelo seu dimensionamento, mas continua gerando, comparando na pauta de exportações com razoável volume de dólares, etc, e de certa maneira a nossa imaginação dá tudo isso.

Quando enfrentamos de 64 para 65, veio a regulamentação e a própria legislação criaram os bancos de investimento, departamentalizou-se o sistema financeiro, se criou uma especialização para a área do setor habitação, criaram-se os bancos de investimento, estes na sua origem se entregaram muito mais à atividade de capital de empréstimo de prazo um pouco mais longo, somente alguns poucos se especializaram, efetivamente, em promover abertura de capital e em investimentos em projetos dentro do setor privado, mas criou-se aquilo que chama um sistema de atuação germinado, diferenciado apenas por prazos.

Dos idos de 68 para cá surgiu o embrião do mercado aberto. Quero definir para V. Ex^a o seguinte: o mercado aberto tem duas regras inflexíveis: se a taxa de juros for ascendente, para as instituições de mercado este mercado é profundamente perigoso e ruinoso; se a taxa de juros for horizontalizada o mercado é eminentemente competitivo; se a taxa de juros for decrescente, o mercado propicia lucros asiáticos — até os incompetentes ganham dinheiro — estou me definindo por regra de mercado, porque estou ganhando na diferença da taxa de juros. Se tenho um papel que me dá 50%, se esfou repartindo com uma multidão de investidores a prazos menores, uma rentabilidade em menor, eu acabo... Então, o nosso mercado aberto enfrentou várias fases do seu início e ele pegou exatamente aquele período de uma inflação decrescente e todos ganharam dinheiro. E não foi por eficiência nem por especulação não, Senador: foi por essa regra in-

flexível de mercado. Realmente, o Sr. tem razão. Há uma preocupação no mercado aberto, como instrumento de política monetária hoje, quando toda a sociedade brasileira, no convívio do processo inflacionário brasileiro, ou seja qualquer um de nós hoje somos todos aprendizes de economistas e financistas em exercício. Se não temos recursos não comprometidos por gastos, todos nós procuramos legitimamente renda para os nossos recursos e escolhemos as opções que o mercado ofereceu. Quer dizer, o senhor tem aquilo que se chama de comportamento básico: numa curva de inflação ascendente a poupança é desestimulada; já numa curva de inflação decedente a poupança é estimulada.

V. Ex^a tem razão num ponto, que é uma preocupação; também nossa: encontrar-se, mas não se encontrou em nenhum país do mundo, é a função social do mercado aberto, não tem. Ele é um instrumento de política monetária.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Quer dizer, aqui no Brasil parece que ele está sendo um pouco mais ou bastante mais do que um instrumento. O que freqüentemente se critica é que ao invés de ser um instrumento, algo que o Governo, a autoridade monetária acione no momento necessário ele passou a ser, quer dizer a autoridade monetária passou a ser um instrumento dele, ele passou a acionar a autoridade nos momentos de angústia. Ao invés de ser um servo-motor, um servo da autoridade, a autoridade é que passou a ser um servo.

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — O Sr. tem razão. O mercado aberto, realmente, só vem cumprindo esse seu papel de instrumento de política monetária, talvez de um ano para cá. Até então, ele influa muito mais no comportamento da autoridade do que a autoridade nele. Modernamente, com os aperfeiçoamentos que eu já defini, hoje o mercado vem sendo praticado como instrumento de política monetária. A performance da política monetária com todo esse acidente nesse período com SELIQ, com a regulamentação, com esse aperfeiçoamento todo, ele hoje vem sendo praticado como instrumento de política monetária. Agora jamais se sairá dessa regra inflexível de mercado. Nós, hoje, estamos com patamares de inflação, a contragosto, em níveis bastantes elevados. As taxas de juros de financiamento, dentro deste mercado em picos de estreitamento de liquidez, atingem níveis que preocupam a todos nós.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Não teria ocorrido um novo acidente, no curso deste ano, com o giro da dívida pública?

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — Não. Com a maxidesvalorização cambial, as instituições de mercado acumularam lucros razoáveis, lucros esses que foram consumidos neste período violento de elevação de taxa. Houve quase que um clearing no mercado. Se fosse feito um corte em termos de abril, ocorreria isto, mas com essa elevação substancial de elevação de taxas no mercado, as próprias LTNs, em abril, estavam a 18% mais ou menos, se não me falha a memória, em termos de taxa de desconto, hoje estão a 45%. Então, quem as tinha na mão sofreu aquilo que se chama um processo de ruína econômica terrível, mas isso redistribuído entre o próprio mercado compensando um pouco aquele período anterior de melhor fortuna.

O SR. ROBERTO SATURNINO — A nossa preocupação é que esteja em gestação um novo acidente aí, quer dizer, um novo desastre que daqui a pouco seja a autoridade monetária obrigada a sair em socorro e novamente injetar bilhões e bilhões de cruzeiros para salvar apenas um.

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — Senador Roberto Saturnino, V. Ex^a veja bem; nós estamos viven-

do um momento dentro da nossa economia em que todo o processo está polêmico. Todos nós entendemos e desejamos alguma coisa e talvez sem coordenação não cheguemos a um ponto de vista comum. Faria eu uma afirmativa a V. Ex^a, definindo o seguinte: o sistema financeiro como um todo, quer dizer, vem perdendo capacidade real de formação de lucro nesses últimos três ou quatro semestres, vem mesmo. Nós estamos vivendo um momento em que há algumas coisas que precisaria definir-se. V. Ex^a verifica o seguinte: toda uma política dentro de conveniência das prioridades nacionais nós estamos muito dependendo de uma performance de balanço de pagamento ora o combate à inflação. As outras prioridades de Governo sempre acabam sofrendo alijamento, em função dessas prioridades maiores. Então veja bem, nós estamos vivendo um momento em que a inflação escapuliu. Ela está em níveis indesejáveis. As taxas de juros estão tabeladas. Todas as instituições financeiras, inclusive as do setor público, hoje estão trabalhado com taxas de juros subsidiados. Sou membro da junta do FINAME. O FINAME não tem condições de atender o mesmo número de proponentes com os recursos que tem, a não ser com a emissão de moeda primária e recursos que venham de algum lugar.

O SR. ROBERTO SATURNINO — DO BNDE.

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — O BNDE está com a mesma dificuldade. Mas não é só isto. Estou definindo isso no setor público porque isto é comum também em nós no setor privado. Os bancos comerciais, hoje, concedem subsídios. Nós temos praticamente hoje, 27% dos recursos dos nossos depósitos aplicados à taxa de juros subsidiados. Tenho dúvidas. Veja bem. Sou obrigado, tenho aqui uma colocação de recursos e é comum, a nós, como aos próprios setores públicos. Se eu aloco 100 para financiar determinada quantidade de bens de serviços, eu, seis meses depois, já não tenho mais condições de financiar a mesma quantidade de bens de serviços. Os preços todos desajustados. Isto está acontecendo no setor agrícola, no setor industrial. V. Ex^a verifique isto, nós estamos num ano de performance econômica muito difícil. Eu até lhe faço uma provocação. A pequena e média empresa deste país deveriam ter-se ressentido muito mais. Nós devíamos ter uma ruptura de pequenas e médias empresas neste País, numa proporção assustadora. Por que ela não ocorreu? Ela não ocorreu apenas pelo seguinte: porque como toda a população veio coletivamente antecipar consumo, o comércio passou a cumprir metas de vendas que não tinha programado. A partir do momento em que o Comércio começou a vender em melhores condições, propiciou um ajuste entre comércio e indústria negociação entre prazos de vendas e de compras, dispensando aos dois talvez de um razoável volume de capital de empréstimos. V. Ex^a concorda comigo?

O SR. ROBERTO SATURNINO — É, eu concordo. Mas o meu receio é que ao fim desse processo abruptamente assim...

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — Exatamente. Mas aí está tudo ligado. E darei a V. Ex^a todos indicadores aqui, a performance dos indicadores. Este País vai ter de fazer uma opção política. Nós todos teremos que convencer a sociedade. E não é uma missão fácil.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Dr. Germano, as financeiras são freqüentemente acusadas também de praticarem taxas de juros exorbitantes, das mais altas do sistema. E eu pediria ao Sr. naturalmente como é a pessoa indicada para fazer a defesa das financeiras, nós gostaríamos de ouvir também uma justificativa desse fato.

O SR. GERMANO BRITO LYRA — Nobre Senador, vou fazer uma colocação para V. Ex^a — e das finan-

ceiras eu tenho procuração para defendê-las da melhor maneira possível. A sociedade faz uma confusão muito grande. As financeiras nunca reivindicaram o monopólio de financiamento de vendas a crédito. Então nós vivemos num mesmo universo, veja bem, o comerciante quando parcela as suas vendas, pela legislação em vigor ele não está praticando uma operação financeira. Ele ingressa no mercado financeiro a partir do momento em que ele vem monetizar esses direitos creditórios. Então, tudo isto dentro das pesquisas que se fazem gera este tipo de confusão.

Agora veja bem, nós temos que remunerar a poupança dentro de custos reais. Eu vendo a minha letra de câmbio a custo de mercado e empresto ao consumidor...

O SR. ROBERTO SATURNINO — Qual é a média que está hoje?

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — Está completamente desbaratada, nobre Senador. Nós temos variações de taxa, entre níveis de empresa que flutuam mais de 10 pontos.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Isto em si já não é uma anomalia?

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — Não. Eu não acho anomalia, e vou explicar a V. Ex.^a A diferença de taxa o próprio mercado acaba regradando, porque aquele que pratica a taxa mais alta acaba ficando com os riscos maiores do mercado. É uma regra de mercado. E o mercado nosso é um somatório de empresas de posições diferenciadas. Se nós escolhermos uma taxa uniforme para todas as empresas, as pequenas empresas, do mercado não sobreviveriam, porque as maiores têm melhores condições de captação e de aplicação. E as menores para esta sobrevivência o alargamento está na taxa. Está explicado para V. Ex.^a? Eu como Presidente de associação de classe, jamais pleiteio nem postulo um tabelamento único, eu defendo a tese dessa realidade de mercado, porque eu acho que dentro de um sistema financeiro têm que sobreviver a pequena a média e a grande, dentro de realidades próprias cada uma delas. Acho profundamente racional taxas de juros diferenciadas. Outro dia, estava na minha associação discutindo com companheiros meus, defendendo exatamente isto. E um deles disse: "Não, mais eu não posso operar com a média. Eu disse: "Você não pode. Você não tem taxa de juros para atender as exigências dela. Ela fixa uma taxa de juros. Mas, elas prestam um serviço muito grande nesse tipo de financiamento. Então, nós temos um financiamento feito por nós e aquilo que se chama a mecânica tradicional do parcelamento de vendas que o comércio lojista nesse País tem em todos os municípios deste País. Nos grandes centros isso se confunde muito com o nosso sistema. Agora é o seguinte: no nosso sistema há realmente taxas desbaratadas. O nosso sistema hoje tem uma anomalia, nós não estamos mais financiando automóvel, não estamos financiando porque estamos com uma taxa de juros tabelada porque o financiamento de automóvel é financiamento de prestígio, ele nos dá prejuízo.

Nós vamos discutir isso nesse fim de semana num Congresso nosso em Campos do Jordão. Agora, essa é uma realidade de mercado. O Senhor há de concordar comigo que nós temos que preservar a pequena, a média e a grande. Se tiver uma taxa única nós vamos acabar no oligopólio de dez, aí a sociedade brasileira reagirá mais do que hoje.

O SR. ROBERTO SATURNINO — E esse fenômeno da conglomeração, enfim, da concentração? O Sr. acha que isso não está prosseguindo, quer dizer, não é uma tendência que continua se verificando?

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — Senador, o Sr. viu que isso foi tema de alguns congressos nossos e que nós paramos de falar nisso não paramos? O Senhor

sabe por que paramos de falar nisso? Porque o que se discute entre nós é a competitividade entre nós mesmos no setor privado, mesmo o banco múltiplo traria um risco muito grande para nós do setor privado, porque facultaria às grandes instituições públicas a virem a atuar em áreas que são privativas nossas. Então, muitas vezes nós empresários privados ficamos brigando em função de competitividade e não sei que mais e nos esquecemos desse outro campo. Essa foi uma opção política que se fez, e eu acho que fica muito difícil desfazê-la. Porque a especialização no crédito de habitação foi muito bem feita. Talvez tenhamos que aperfeiçoar um pouco os outros segmentos de mercado. Os bancos de investimento vão ter que chegar um momento que vão se especializar mais na abertura de capital de empresas, nós vamos discutir agora e deverá vir um projeto, a própria filosofia do 157 que está com treze anos de existência. Acho que no mercado financeiro está-se discutindo muito interesses — vamos dizer — de Governo, de bancos de investimento e de intermediários e está-se esquecendo de se chamar para esta discussão os legítimos beneficiários desses recursos que seriam as indústrias e empresas de serviço.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Na sua opinião, por que apesar de tentativas, esforços, estímulos, mecanismos não se conseguiu efetivamente implantar um mercado de ações à altura do que seria; digamos, já hoje o sistema capitalista brasileiro. Quer dizer: hoje ele é muito mais um capitalismo prestamista do que um capitalismo de risco, de investimentos em ações novas de empresas para obter dividendos, como normalmente se desenvolveram os sistemas capitalistas dos países hoje mais maduros? E por que no Brasil essa barreira não conseguiu ser vencida e continuamos com um mercado de ações muito aquém do que seria a dimensão da economia brasileira hoje?

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — Senador, essa pergunta eu colocaria para o Senhor a colocação — vamos dizer — do mercado de ações ela tem a sua história, mas o marco principal dela o que nós temos que discutir hoje a legislação societária moderna. Não adianta nós discutirmos o passado. Nós teríamos que partir do que nós temos de mais moderno: lê a legislação societária moderna, é a 6.404, é a CVM, com seus controles de mercado.

Veja bem: essa legislação foi um salto grande que se deu. Ela, quando baixada, veio toda voltada apenas para um aspecto. O Senhor se lembra da legislação do seu primeiro ao seu último artigo? A legislação coloca todo empresário deste País como aprendiz de delinquente. Toda uma legislação restritiva do primeiro ao seu último artigo, essa legislação trouxe para dentro dessas empresas o instituto da correção monetária, linstitucionalizou aquilo que se chama a conveniência de abertura de capital, de uma prestação de informações amplas, mas tudo isso está ligado ao próprio comportamento da economia. Então, eu colocaria para o Senhor o seguinte: nós estamos vivendo um prazo de ajustamento, eu acho que a legislação é boa. O programa está muito dentro das viabilidades das empresas. Eu me recorde, eu tenho um programa de combate à inflação de um pequeno país da Europa que, em determinado período, teve que conviver com um processo inflacionário ascendente. O Governo se reuniu e tomou medidas drásticas; elevou impostos, congelou salários, etc, mas tomou uma medida, Senador, que me surpreendeu. Proibiu as empresas de pagarem dividendos a seus acionistas durante dois anos. E depois fui buscar a fundamentação dessa razão. É porque eles tiveram a análise de que se não tivessem feito isso o setor privado iria perder a participação no mercado. Então, esses dividendos só foram liberados dois anos depois, dentro de um processo. Então, hoje a legislação fez o divórcio de dividendos com relação a capital. Mas nós temos aí um grande número de instituições que ainda não aceitaram o

divórcio, ainda estão abonando rendimentos fixos. Essa legislação toda está sendo ajustada e aperfeiçoada, a CVM — no meu entendimento — está prestando um serviço de doutrinação ao mercado e a todos muito bom. Mas o que perturba a todos, acima de tudo, não é a legislação, é o comportamento da nossa inflação, porque ela perturba a todos nós.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Afora alguns casos, o caso da Vale do Rio Doce obviamente perturbou, esses acidentes que ocorrem às vezes tiram a credibilidade e causam uma retração geral da confiança — digamos assim. Mas a Lei das S/A, por exemplo, que é, enfim, o documento mais novo que temos nessa tentativa de organizar o mercado, ela pretendeu, a meu ver, obrigar ou induzir as empresas a distribuir mais dividendos. Por conseguinte, tirou das empresas ou pretendeu tirar, pretendeu reduzir a fonte de investimentos de recursos para investimentos de lucro retidos obrigando as empresas a distribuir lucros, na expectativa de que isso viesse a propiciar então o desenvolvimento no mercado e esses recursos retornassem via mercado. Mas, na ocasião em que a lei foi discutida aqui, a nossa objeção não era essa. Se nós vamos retirar das empresas essa fonte principal, ou vamos reduzir a fonte principal de formação de capital que é a retenção de lucros, e se esse mercado não se formar e esses recursos não retornarem, que vai acontecer? E me parece que está acontecendo alguma coisa parecida com isso. Qual seria a sua opinião?

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — A minha opinião é apenas a seguinte: nós somos 26 países amigos, é uma geografia perfeitamente adversa, e eu acho que a legislação societária é muito conveniente para os grandes centros, os grandes pólos de desenvolvimento, não para um país como um todo. É a grande distância que nós estamos assistindo. Nós estamos assistindo a um distanciamento muito grande.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Nesse particular, o Senhor seria, por exemplo, favorável à concessão dessas novas cartas patentes que estão em exame, por exemplo, se propiciasse mais a formação de instituições financeiras e bancos locais, regionais. Seria, na sua opinião, aconselhável?

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — Senador, eu presido uma Comissão Consultiva Bancária. Estou lá com um projeto, não dessas instituições que estão no Conselho Monetário, mas um projeto de expansão de rede e de bancos comerciais, e dentro dessa Comissão nós temos participação de todos os segmentos da sociedade brasileira, do setor público e do setor privado, e temos discutido esse assunto com muita profundidade, procurando exatamente conceituar, dentro deste País, a sua geografia econômica e o conceito de uma necessidade premente de se criarem condições de consolidação do sistema menor financeiro. Porque, no processo de competitividade no próprio setor, se o senhor deixar as regras livres, o pequeno dificilmente sobreviverá, a não ser que tenha condições diferenciadas e respeitadas a geografia. Então, nós estamos definindo, lá, e sugerindo ao Conselho Monetário para definir: banco da região da SUDAM e da SUDENE deverá ter condições diferenciadas. Pequeno banco deve ter um tratamento diferenciado. Como atividade de sistema financeiro presume a existência de capital e dentro da regra de macropolítica bancária, alguns indicadores que jamais podem ser feridos, porque são as relações capital depósito, capital imobilizado, patrimônio rede, esses têm que ser profundamente respeitados, nós estamos sugerindo um privilégio em função da relação com recursos de terceiros, criando uma esterilização monetária menor para os pequenos bancos, no sentido de gerar esse equilíbrio, dentro de uma consciência que se tem na Comissão de definir o seguinte: se esses pequenos desaparecerem, a socie-

dade brasileira reagirá, e nós mesmos teremos que definir, diga-se, vamos inventar novos empresários financeiros.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Acho, a meu ver, uma contribuição que pode ser muito útil para essa CPI. Isso seria algo de novo.

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — É algo de novo.

O SR. ROBERTO SATURNINO — E eu lhe pediria, que tão logo esta Comissão tivesse alguma sugestão concreta, nos enviasse.

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — Nós estamos mandando isso para o Conselho Monetário, agora, no dia 12. A reunião da Comissão está marcada para examinar essas angulações, com essa posição de consciência nossa.

O SR. ROBERTO SATURNINO — O que nós reivindicamos é que o Poder Legislativo também seja informado para poder discutir e debater esse problema.

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — Exatamente. Eu estou definindo que vim hoje a esta Comissão com a maior alegria, por esse aspecto. Acho que nós estamos no momento da vida nacional, que nós, empresários, que temos a responsabilidade, temos função social dentro desse processo, precisamos nos integrarmos mais com o Legislativo. Porque todos nós precisamos informar a sociedade brasileira. Os problemas deste País não são fáceis para nenhum de nós, para todos nós são muito difíceis. Agora, a contribuição, nós temos a maior disposição de sentar, em qualquer hora, em qualquer lugar, em qualquer momento, sem nenhum facciosismo, reconhecendo, inclusive, as nossas imperfeições, Senador. Nós temos um somatório de erros praticados, com preços pagos por eles.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Dr. Germano, já abusei demais do senhor e dos colegas que me ouviram, mas gostaria de fazer uma última pergunta, que diz respeito à gestão dos recursos, dos fundos compulsórios, principalmente PIS-PASEP, porque atualmente o volume está crescendo, é um bola de neve, e ele é todo aplicado sob a forma de financiamento, de empréstimos. Qual seria a sua opinião a respeito de se aplicar uma parte desses recursos sob a forma de tomada de ações novas de empresas? Inclusive incentivando a formação do mercado primário.

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — Vou dar uma informação eminentemente pessoal. Tenho um grupo que trabalha comigo e fiz um teste laboratório. Nos bancos comerciais nós temos uma faixa destinada à capitalização de pequena e média empresa. Fiz o diagnóstico de 200 pequenas empresas no Rio de Janeiro, no sentido de promover participação minoritária no capital, com a legislação facultada. E aí comecei a fazer entrevistas com esses pequenos empresários. E o senhor sabe o que prevalece dentro deles, Senador? Uma superstição cristalizada no tempo. Eles têm horror a um sócio. Vi uma empresa-modelo que chamei-a e disse: Eu quero participar minoritariamente. O Senhor fica com a opção, o que o senhor quiser. Apenas para cumprir essa regra, quero mostrar um serviço, eu quero depois comparecer na Associação Comercial num almoço, com dez empresários, etc. O senhor sabe que eu não consegui fazer dois. Isto, dentro dessas empresas pré-selecionadas. O senhor veja bem: as regras do próprio 157 exigem para a empresa usar desses recursos fiscais para a abertura do seu capital, que ela promova a abertura do seu capital. Eu digo ao senhor que se um empresário pequeno ou médio abrir o seu capital ele quebra. O custo de administração de uma sociedade aberta é muito elevado. Então, talvez nós

vamos examinar isso dentro dessa polêmica sobre o 157, talvez. A forma que se possa examinar seria dirigir uma fatia desses recursos compulsoriamente, para a abertura de capital, quer dizer, participação em capital de pequena e média empresa, tirando dela a obrigatoriedade de promover abertura do seu capital, e criar-se nas bolsas de valores um pregão, não diário, talvez semanal, para liquidez de papéis desse tipo, com chancelas de instituições financeiras. É uma idéia que nós estamos planejando.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Nós estamos precisando dessas idéias.

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — Faz lógica para o senhor?

O SR. ROBERTO SATURNINO — Faz sim, claro que faz.

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — Tem que ser de lapidação. Tem que lapidar, se aperfeiçoar.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Temos, aqui para usar o jargão, de utilizar a imaginação criadora para romper esse impasse.

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — Exatamente. Agora, se não houver uma obrigatoriedade de alocação de uma parcela desses recursos dirigida a esse tipo de empresa, não irá para esse empresário, será compulsório, porque nós temos uma devoção pelos melhores riscos do mercado.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Concordo. Sr. Presidente, da minha parte peço desculpas aos colegas. Estou satisfeito com as explicações.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — V. Ex^a, com esse debate, trouxe uma contribuição da maior importância aos trabalhos desta Comissão.

Continua a palavra para qualquer colega que queira prosseguir nas interpeleções.

Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador José Lins.

O SR. RELATOR (José Lins) — Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero me congratular com o Dr. Germano Lyra pela exposição que fez na Comissão e sobretudo pela contribuição que nos deu durante os debates com o Senador Roberto Saturnino. O Senador Roberto Saturnino se referiu a um ponto crucial aos objetivos desta Comissão, que queria uma análise crítica do sistema financeiro nacional e um esforço no sentido de chegar-se a alguma conclusão que possa nos orientar para aprimorar o sistema. Eu até diria que poderíamos partir esse objetivo em dois.

Primeiro, numa análise do sistema em si, a partir da Lei nº 4.595, de dezembro de 1964, a suas modificações a partir de então e as suas conseqüências para a criação do sistema, seja do Banco Central em si, seja do sistema financeiro na área privada.

E uma segunda linha, que seria a análise da utilização desse instrumento, sobretudo pelas autoridades do País. É claro que, como bem disse o conferencista, nem o sistema é perfeito nem a sua utilização poderia pretender evitar os erros naturais, as distorções naturais que a própria experiência nacional impunha, já que é uma experiência relativamente recente.

A pergunta central seria: qual a sugestão fundamental, qual a observação fundamental que o conferencista faria sobre o sistema no sentido do seu aprimoramento e qual o erro fundamental na operação do sistema?

É claro que esta pergunta, sendo para nós uma pergunta central, o próprio objeto fundamental da Comissão, poderia tanto comportar uma apreciação momentânea como uma contribuição posterior do conferencista. Gostaria de ouvir a sua palavra a respeito disso.

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — Nobre Senador, o meu sentimento e a minha convicção, acho que pesados os custos e benefícios de todo o caminho percorrido, os resultados são excepcionais, o nosso País deu um salto grande nos últimos 15 anos. Há algumas distorções dentro do processo. Por exemplo, eu definiria para o senhor que o nosso mercado primário de capitalização de empresa, ele tem dimensão gigantesca, mas ele tem um desequilíbrio, ele é muito mais voltado para a capitalização das grandes empresas. Então, esse é o problema sobre o qual se precisaria meditar de como equilibrar isto em função de uma conveniência social maior.

O mercado bursátil cresceu assustadoramente. O que houve de agregação de capital e de participação do público no capital dessas empresas foi muito grande e a tendência é crescer mais com os fundos de seguridade, com todos esses investidores institucionais que cresceram de dimensão.

Agora, o que o legislador, talvez, tenha que dar maior atenção e como estender isso a um leque maior de empresas beneficiárias dentro deste País, respeitadas as características de cada Estado da Federação.

Essé é um desafio para nós. Porque, veja bem, nesses últimos 15 anos a política financeira realmente acarretou uma concentração de poder decisório em cima de um triângulo Rio—São Paulo—Belo Horizonte, e Belo Horizonte perdeu muita participação dentro desse processo.

O ideal para este País seria se tivéssemos um grupo econômico financeiro de dimensão no Norte, 2 ou 3 no Nordeste, 2 ou 3 no Extremo-Sul, e o resto, nós teríamos um equilíbrio nacional, e não temos hoje. Este, para mim, é o grande desafio deste País.

Há uma concentração do poder político centrado nos dois grandes pólos. Este, para mim, é o grande desafio, e falo não como empresário financeiro, falo muito mais dentro muito mais de uma vocação de espírito público que tenho comigo mesmo. Está respondido?

O SR. RELATOR (José Lins) — Não só me respondeu, como deu o prazer de ouvir uma resposta muito interessante, que, aliás, já foi referida aqui pelo Sr., quando se referiu à necessidade da criação desse sistema menor ajustada às condições regionais, mas, também ajustado à dimensão da própria instituição, um sistema de compensação que possa permitir uma distribuição melhor dos frutos do sistema não só ao longo do País, mas também ao longo do próprio sistema, tendo em vista a dimensão das suas instituições.

O Sr. também fez uma referência muito interessante, que se liga ao mesmo tema, que é a identificação de que o setor privado, sobretudo na pequena e média empresa, não deseja a participação, não deseja ser capitalizada através da participação de terceiros. É a pura verdade.

Mas, uma coisa muito interessante, que, acredito, vem em complemento a essa observação que o Sr. fez, é que a capitalização compulsória, através de fundos, como o FINOR, deixa muito a desejar, em virtude de que o investidor praticamente não participa, a não ser aqueles mais esclarecidos. Parece-me que esse problema também é muito sério.

Eu acho sua observação profundamente interessante. E acredito, como disse o Senador Roberto Saturnino, que é de idéias dessa natureza que estamos precisando, inclusive para realimentar o Legislativo, porque a nossa responsabilidade é muito grande nesse ponto.

Gostaria de ouvir os seus comentários, reunindo parte desse mesmo problema.

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — Eu queria definir que, dentro dessa minha pesquisa, eu me defrontei com muita empresa familiar em que ainda aquele que lhe baliza os rumos empresariais já está em idade muito avançada. Então, os filhos que ainda não decidem desejam abertura.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Posso fazer um parêntese? Não vamos esquecer que esse fenômeno não é restrito à pequena empresa não, é a todos: o grupo Ermírio de Moraes é familiar, o grupo Bardella é familiar, o Villares é familiar, mesmo os grandes industriais brasileiros, o Matarazzo é familiar. São todas empresas fechadas.

O SR. RELATOR (José Lins) — Tudo parece indicar que é um resquício ainda da formação do próprio sistema nacional, e está num processo de transformação visível.

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — A legislação moderna estabeleceu para as sociedades anônimas, principalmente para as abertas, e isto talvez a barreira maior dessas grandes empresas virem para um processo efetivo de abertura, que são as obrigações de gestores, de controladores, mas tudo isso é um processo que está sendo ajustado no tempo.

Todos os dias nós rompemos mais um degrau. Agora, eu não tenho grandes preocupações com as grandes empresas porque elas são bem geridas. A minha preocupação é com essa multidão. Nós, no Brasil, e ainda ontem estive numa cerimônia com o Presidente da Confederação Nacional de Diretores Lojistas, eles têm associados mais de 700 mil unidades, por esse País afora, é uma pulverização, e toda pequena e média.

Agora, como chegar a esse universo, dentro dessa geografia perversa, é que é o nosso desafio.

O SR. RELATOR (José Lins) — Dr. Germano, o conceito da instituição financeira do sistema, sobretudo do setor privado, claro, o público também, é muito importante para que se possam atingir esses objetivos a que nós nos referimos na pergunta passada. Mas há uma certa desconfiança de que tem havido uma transferência de recursos muito grande para o setor financeiro nos últimos anos. O Senador Roberto Saturnino fez uma referência a um crescimento de 5 para 10% na participação relativa do PIB, se não me engano, para o setor. No meu modo de ver, é preciso distinguir o fenômeno do crescimento do setor do fenômeno do crescimento da participação do setor no PIB. Isto é, o volume de capitais hoje aplicados no setor pode ser muito maior. Eu, realmente, não tenho informação sobre qual é a participação. Nós sabemos que a participação da agricultura decresce na medida que o PIB cresce, na medida em que o País se desenvolve. Mas dado que esse aspecto é um aspecto muito importante, envolve a crítica do sistema pela comunidade, eu gostaria que o Sr. nos detalhasse o seu pensamento a respeito deste problema.

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — Senador José Lins, eu agora vou entrar numa linha, vamos dizer, terrivelmente delicada.

O setor financeiro, eu vou setorizar, vou ficar apenas nos bancos comerciais, que é o setor maior, é a grande vedete do sistema, ele está dividido entre o setor público e o setor privado. Essa convivência há que continuar. Então, o que que temos assistido, isso se o Sr. for fazer o corte o Sr. vai verificar que nos últimos 10 anos quem cresceu mesmo foi o setor público, por imperativos de razão de governo.

O Sr. verifique o seguinte: eu tenho uma concepção, hoje, e vim daquela casa, eu coloco a posição do Banco do Brasil. O Banco do Brasil criou o grande slogan de definir que é a única coisa que funciona neste País, e eu escutei isso outro dia no gabinete do Senador Lomanto Júnior. Mas, veja bem: eu acho que o Banco do Brasil caminha para uma posição perigosa. Ele termina este ano com 95% dos recursos alocados ao setor agropecuário. E eu tenho um receio muito grande, porque todos aqueles que tem o monopólio correm o risco da ineficiência. Então, na eventualidade de nós termos uma performance agrícola o ano que vem não compatível com aquilo que o

País necessita, o Banco do Brasil não terá com quem dividir responsabilidades.

No Brasil, são três mil e novecentos e poucos municípios. Ele tem agências em mil e poucos. Então, por causa dessa concentração excessiva, acho que a política agrícola precisa ser redesenhada.

Nós temos algumas performances excepcionais que não foram planejadas, ocorreram em função de oscilações na curva de preços daqueles produtos, expulsaram outros.

Agora, esse monopólio a nós preocupa. O Sr. pode fazer o estudo, o que cresceu mais foi o setor público, embora dentro do setor privado nós tenhamos alguns exemplos de unidades que cresceram bastante. Nós, hoje, temos bancos privados com dimensão nacional e participação razoável no processo. Agora, nós estamos vivendo um momento em que este é o processo.

Veja bem: em 7 de dezembro do ano passado, o Governo entendeu de reduzir os subsídios e criou um mecanismo de 40% do valor da correção monetária. Então, só havia linhas de assistência a determinada atividade, que naquela ocasião tinha 13 ou 14% de juros, em que se corrigiu aquilo com mais 7% de juros. Numa inflação, naquela ocasião que estava nos idos de 40 a 50%. Numa inflação de 100%, não se reduziu subsídio nenhum, o subsídio cresceu muito mais. Esse subsídio generalizado gera uma distorção muito grande nos nossos compromissos com o futuro, porque eles não mantêm a integridade desses recursos alocados, nós teremos que agregar recursos de moeda primária para atendermos a necessidade de continuarmos a financiar o mesmo volume de produção. E aí toda a sociedade vai pagar por isso.

Este é um ponto que estou colocando, que é extremamente delicado.

O SR. RELATOR (José Lins) — Veja bem; nós temos um problema de formação de capital para o setor e um problema de renda. Ora, o setor público é, realmente, hoje, o que mais subsidia também. Quer dizer, certamente estaria transferindo renda de algum setor, digamos para o setor agrícola, onde os créditos são mais subsidiados. Isso leva a crer, então, que o problema é bem mais complexo e que deveríamos fazer uma análise mais aprofundada disso.

Mas, o Sr. fez uma referência, ao final da sua palestra, sugerindo alguma coisa para que se consiga uma posição mais equilibrada entre os que poupam e os que consomem. Eu acho que essa colocação que o Sr. fez é realmente muito interessante, mas ela traz implícita alguma coisa que eu gostaria de perceber no seu pensamento.

Esta a minha última pergunta.

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — O Sr. verifique apenas o seguinte: as prioridades de governo são, evidentemente, conjunturais. A força de mercado interno é uma coisa por que todos nós temos que lutar, porque temos que criar empregos, temos que estimular todo o processo de transformação de riquezas internamente e a sua circulação. Isso feito, nós todos estamos atendendo ao nosso dever.

Nós, hoje, temos um desequilíbrio que o próprio processo inflacionário gerou. Hoje o Governo, sentimos, está com uma disposição de desaquecer um pouco esses anseios de antecipação de consumo. O mercado, de certa maneira, já fez isso, criando taxas de juros reais para esse tipo de financiamento.

Temos que compatibilizar, hoje, uma realidade, quer dizer, toda a nossa política para os próximos dois anos, inflexivelmente, terá que ser voltada no sentido de preservar o balanço de pagamentos. Então, não se justifica que se possa ter custo de capital de empréstimo interno mais baixo do que o custo do capital externo. Uma 63 hoje, Senador, tem um custo real em torno de 93 a 95%, dependendo das condições em que o Sr. negocie com essa ou com aquela instituição. Então, se eu tiver um tabela-

mento de taxa admitindo ou tabelando financiamentos competitivos da espécie a caixa mais baixa, estou conflitando com essa prioridade.

Isso é válido para todos os setores, porque criamos, hoje, generalizadamente neste País, uma multidão que poupa em caderneta. A remuneração da caderneta de poupança, este ano, esta multidão vai ser tributada, vai perder uma parcela de poder de compra. Quem foram os beneficiários? Talvez os endividados, dentro do próprio sistema de habitação. Há um equilíbrio dentro do processo. Agora, como ajustar isso? É um desafio que temos pela frente.

O SR. RELATOR (José Lins) — Muito bem. Eu gostaria apenas de agradecer ao Dr. Germano pela contribuição que nos traz e, da parte do Relator, me coloco à sua disposição para receber, mesmo depois, alguma sugestão que o Sr. puder nos mandar.

O SR. GERMANO BRITO LYRA — Eu me comprometo.

O SR. JOSÉ LINS — Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Com a palavra o Senador Lomanto Júnior.

O SR. LOMANTO JÚNIOR — Sr. Presidente, Senador Tancredo Neves, Sr. Relator, Senador José Lins, Dr. Germano Brito Lyra, meus caros colegas.

Antes de formular a minha indagação, não sei se mesmo ela é pertinente, devo dar um esclarecimento ao eminente estadista, que assim o considero, mas considero sinceramente o Presidente desta Comissão, e não faço isto como um elogio fácil, o maior estadista que esta República tem no momento.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Sou grato à generosidade de V. Ex^a, mas me permitiria uma ponderação: não faça muito investimento nessa área, senão o primeiro IPM que vier por aí... (Risos.)

O SR. LOMANTO JÚNIOR — E quando me referi assim, provocando sorrisos, parecendo assim uma referência jocosa a respeito dos mineiros é que tenho um profundo arrependimento. Talvez por falta de tempo, não tive, em quase 40 anos de vida pública, oportunidade de me aperfeiçoar em certas universidades, senão na própria universidade da vida pública. Fiz um curso universitário e fui imediatamente jogado à disputa do voto popular, esquecendo-me de que deveria, pelo menos, fazer pós-graduação em Minas Gerais.

Aconselhei meu filho que antes de ingressar na política ele fosse e mantivesse entendimentos com Tancredo Neves, Magalhães Pinto, Alkmim, que ainda era vivo, todos esses grandes líderes que Minas Gerais deu ao Brasil. Ele não cumpriu o meu conselho. Talvez estivesse brilhando mais hoje no Parlamento, se assim o fizesse.

O velho Seabra dizia sempre que os baianos eram unanimemente divergentes, e contava que verdadeiras tertúlias se faziam quando os baianos se reuniam com os mineiros. É evidente que a tertúlia ficava só do lado dos baianos, pois que os mineiros pouco falavam ou mal faziam *sim* com a cabeça ou *não* com a própria cabeça, e, no final eles elevavam 98% e 2% ficavam para os baianos que brilharam naquelas tertúlias.

Infelizmente, herdei do velho Seabra isso dizia o Josephat Marinho, o Peçanha Martins, não herdei o talento, não herdei a cultura, mas herdei o vozeirão do velho Seabra, que, de certa maneira, como grande tribuno que era, de qualquer maneira a voz que herdei dele tem-me auxiliado muito nos palanques e nas praças públicas.

Mas, eu queria indagar a V. S^a, Dr. Germano, que tenho uma missão nesse Senado, diria mesmo que eu elegi um caminho a seguir e vou persegui-lo durante todo o meu mandato. Não sairei do Senado sem modificar o Código Tributário Nacional, a não ser que eu não tenha

força suficiente para convencer os meus colegas. Ao contrário, ontem mesmo ouvi e ouvi muito — vou mandar colocar num quadro, vou mandar recortar e colocar num quadro — uma referência de um dos homens que admiro muito nesta Casa e por ele tenho um respeito muito grande, que é o Senador Roberto Saturnino, uma referência de apoio integral à caminhada, à jornada a que me propus empreender durante o meu mandato no Sendo que é, exatamente, a desconcentração das rendas públicas, para ver se nós, ao menos, não mentimos na nossa Constituição. A Federação — a expressão é grosseira, não direi que é uma mentira na Constituição — mas a Federação é uma ficção jurídica, apenas é uma letra morta dentro da nossa Constituição. Não tivemos ainda coragem de nos afirmar como uma República Unitária. O que são hoje os prefeitos? A unidade menor da Federação, que é a Prefeitura, eles ainda têm a situação de serem escolhidos pelo povo, mas são meros pagadores de folha, no final, de funcionalismo, porque não dispõem de recursos nenhum. Reservaram-lhe dois tributos inflexíveis, um anti-social, que é o Imposto Predial, que é um imposto que se tributa às vezes e se aumenta para se obter recursos, às vezes, em percentagens insuportáveis a um homem que tem um único teto para redigir, e outro imposto, o chamado Imposto Sobre Serviços.

Enfim, os municípios vivem hoje de migalhas que o Estado, a União paga o dia que quer, distribui o dia que quer. Na Bahia, por exemplo, citarei o meu Estado: o cálculo do ICM é feito na base do Orçamento de três anos atrás. Então, dentro de uma inflação que estamos vivendo, os municípios não recebem acho que nem um décimo do que deveriam receber se esse cálculo fosse tomado como referência no Orçamento anterior ou mesmo a própria arrecadação mensal. Então, concentrou-se tudo na mão da União. Os governadores hoje, são meros delegados, sem nenhuma autonomia, porque são eleitos por um Colégio Eleitoral, é bem verdade, legítimo, diria mesmo legal ou mais legal do que legítimo, legítimo sim porque foram eleitos pelo povo, mas tenho uma preocupação pela eleição indireta e a julgo democrática, são vários os países e a maioria deles faz eleição indireta, mas tenho, como disse há poucos dias, horror à eleição indireta. Acho que o povo ainda é a grande fonte de inspiração que o político possui para realizar sua tarefa. É na praça pública que ele contrai todos os seus compromissos e fica obrigado a cumpri-los durante o exercício do seu mandato.

Pois bem, a União não só concentrou em suas mãos os recursos tributários, e vejo comparar-se: "bem, os Municípios têm 5%, 6%, os Estados têm 20%". Não é verdade isso. Há arrecadação extratributária, o poder de dinheiro fora da tributação é maior que o Governo possui do que mesmo o Orçamento.

Se V. Exª analisar o dinheiro do Banco do Brasil, que é manipulado pela União, é a União, é o Presidente da República, são os seus funcionários que gastam a seu talante.

O dinheiro do Banco do Nordeste, de todos os Bancos oficiais, o dinheiro do BNH, todo esse volume de recursos é manipulado pela União como ela quiser, planejado, pago e gasto como o Presidente da República, que é o Chefe da Nação, e os seus auxiliares no setor financeiro determinam.

Ora, se nós — já fiz esse cálculo — chegamos à desgraçada situação de que os Municípios não estão recebendo nem meio por cento do bolo orçamentário e do bolo extra-orçamentário do País, então acho que devemos ter a coragem, digo porque passei pelas três esferas, fui prefeito duas vezes, de um município médio, fui Governador de um Estado de certa importância, fui Deputado Federal, sou Senador, não tive, realmente, um cargo executivo na área federal, mas pude analisar, durante todo esse tempo, que cada dia mais a tendência é a centralização, desculpa de inflação, no meu entender, uma das causas graves da inflação é essa concentração de re-

ursos. Se o Sr. sair daqui para ver os prédios que existem em Brasília e os que estão construindo, o DNER está no Rio de Janeiro, e fui, outro dia, pensando que o DNER era aqui em Brasília e o auditório do DNER é dos mais bonitos que já vi em toda a minha vida, e esse órgão funciona no Rio de Janeiro, um dos distritos menores é o que funciona aqui. O prédio da Caixa Econômica a gente se perde, o do Branco Central, esse ainda é preciso se saber o dia em que a luz funciona para subir pelo elevador, porque já fui duas vezes lá e não subi.

Então, há uma concentração e uma falta de critério de prioridade, e quem fala assim é um Vice-Líder do Governo, e estou criticando não é o atual Governo, estou criticando é um sistema secular de domínio, de transformar os municípios, desde as capitâncias hereditárias, as Câmaras de Vereadores, os Conselheiros eram os homens mais importantes daquela época, até a Câmara de Santo Amaro, no meu Estado, Ariel Santo Amaro mandou ao Imperador um pedido para criar a Marinha de Guerra, oferecendo os primeiros navios, que combateram na guerra da Independência, para que se incorporassem com as primeiras naus da nossa Marinha. Mas, no fundo, era apenas prestígio de boca, era o chamado "Coronel de Envelope". Não sei se V. Sª sabe o que é "Coronel de Envelope". Coronel de envelope é aquele coronel que apresentado, certa feita, ao General, que era comandante, que era Governador do meu Estado, disse: Aqui está o Coronel — vou até dizer o nome — Francisco Rocha Pires. Então ele disse: "— Sr. é Coronel de que arma?" Ele disse: "Não, sou coronel de envelope". É aquele "Coronel", que se escreve no envelope e manda a carta.

Mas queria que V. Sª dissesse como podemos reverter essa situação, já que V. Sª é um economista consagrado, como podemos iniciar essa desconcentração de recursos, ou então, transformar — eu, por exemplo, sou contra, acho que deveríamos acabar com os Estados, acho que deveríamos ter a coragem de fazer uma República Unitária, com Governo Central e Municípios.

Agora, um país com 8 milhões e meio de quilômetros quadrados, um país que é um continente, com climas os mais variados — se o Sr. for ao Rio Grande do Sul, é um país diferente, inteiramente diferente da Bahia. Quando fui lá, pude constatar isso, só há duas coisas que nos unem: a língua e o sentimento, mas a topografia, o quadro, a maneira de viver são completamente diferentes. Se o Sr. for ao Piauí é completamente diferente do que se vive no Rio de Janeiro. Então, como podemos planejar, centralizar até ao planejamento, para um País tão diversificado, de climas tão diversos, de solos tão variados? Tenho a impressão — posso estar errado — a obra federal custa 10, a mesma obra estadual custa 6 e a obra municipal custa 2, e vou lhe dar dois exemplos:

Um: o Dr. Anísio Teixeira, de saudosa memória, era Diretor do INEP, meu amigo pessoal, íntimo amigo, eu era Prefeito, tinha 24 anos de idade, ele tinha liberdade para falar com autoridade até pela superioridade de idade e pela estima que nos unia. Ele me deu um dinheiro para construir um prédio escolar, e disse: "Não venha para cá, enterre lá esse dinheiro". Eram quatro salas de aula, "Construa o seu prédio, as especificações são estas, a planta é esta, e tal, dentro das normas do INEP". E eu fui e trouxe um prédio de oito salas de aula.

Ele disse: "Não venha dizer que veio buscar recursos."

E eu disse: "Não Senhor, vim dizer que construí o dobro, porque o dinheiro deu para construir o dobro." Ele, então, chama o velho Simões Filho, que era Ministro, e diz: "Vamos convidar o Lomanto para deixar a prefeitura e construir prédios no Brasil inteiro."

O que, naturalmente, recusei, porque não aceito cargo de nomeação.

E o segundo é recente — este homem vai estar aqui presente, e é pena que eu não esteja no dia 5 para confirmar isto.

A primeira vez que procurei o Dr. Otávio Bulhões, foi em plena situação da Revolução, e não vou contar esse

fato porque é profundamente desagradável para mim e para ele, já que hoje somos grandes amigos. Eu quase não fui recebido e nesse dia levei ao Presidente Castello Branco a minha renúncia porque achava que ali não era a minha pessoa, era eu estar ajudando a degradar o meu Estado, ao que o Presidente Castello Branco telefonou e me recomendou ao Dr. Bulhões, e o tratamento foi mudado. Pois bem, vou encerrar, vou apenas lhe dar esse exemplo: fui dos menos ajudados Governadores, na época, e eu imaginava que fosse o maior e fui agradecer ao Presidente Castello Branco, e eu lhe disse: "O Sr. me ajudou muito". Ele respondeu: "Você me ajudou mais do que eu lhe ajudei, eu ajudei muito mais aos outros". E eu fiquei feliz com aquilo, e disse: "Não, Sr. O Sr. está enganado, o Sr. me ajudou muito, não fosse a sua atuação eu não sairia como saí, graças a Deus, nos braços do povo da Bahia — não estou fazendo comercial nenhum". Mas, o mais importante foi essa resposta que deu o Dr. Bulhões. Perguntaram por que a preferência, ele que não me mandou sentar no dia em que cheguei, fui recebido em pé no Ministério da Fazenda, Governador da Bahia, foi nesse dia que achei que já não havia mais motivo e razão para que eu desmoralizasse o meu Estado, fui ao Presidente Castello para entregar o Governo, ao que tudo mudou nesse dia, felizmente. Perguntaram-lhe por que que ele ajudou tanto o Governo da Bahia, e ele respondeu: "Não, é que o Governador Lomanto, a gente dá um e ele faz dois."

Então, é para desmentir, não sou exceção, não, isto é a regra geral, é para desmentir os que afirmam que a incompetência municipal é a causa principal da concentração de recursos, é para desmentir que a incompetência estadual é a causa — e agora não pode ter incompetência estadual, porque são nomeados pelo Governo, o Governo não pode nomear ninguém incompetente.

Agora, meu amigo Dr. Germano, quando se erra, quando não se estabelece uma prioridade na área da União, o prejuízo é grande. Na hora em que construímos — e não quero fazer nenhuma alusão ao Estado do eminente Senador — onde construímos uma obra faraônica que daria para resolver uma série de problemas nacionais, o erro é muito grave e é muito menor do que aquelas fontes luminosas que não existem. Isto é balela. E se Campinas, que é um Município rico, construiu uma fonte luminosa, é motivo de orgulho, era o que tinha recursos, um município rico, é um lugar de lazer para os seus habitantes. Então, queria que o Sr. dissesse alguma coisa sobre se este País pode consertar-se financeiramente dentro desta concentração de recursos a que estamos a cada dia mais fazendo, tudo na mão da União, muito pouco na mão dos Estados e nada na mão dos municípios.

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — Senador, V. Exª colocou um tema aí que não está no meu nível de competência, é um problema eminentemente político, são opções políticas que o Congresso deve estabelecer. Coloco apenas para V. Exª, não entro no detalhamento.

O SR. LOMANTO JÚNIOR — Queria saber se é certo, economicamente, este País manter-se assim.

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — Não. Há que reformular-se algo em torno de um equilíbrio maior dentro deste País. Veja bem, apenas comparando o grande Estado brasileiro com os demais Estados deste País. São Paulo representa, na arrecadação federal, acima de 50% de toda a arrecadação de tributos federais, e a distribuição que o Governo faz ele recebe em torno de 6% deste bolo nacional. O Governo faz isso no sentido exatamente de buscar esse equilíbrio. Mas São Paulo, na sua relação de trocas com os outros Estados, exporta o equivalente a 28 bilhões de dólares. Então, ele, por esse movimento natural, novamente distorce todo esse equilíbrio.

O SR. LOMANTO JÚNIOR — É o imperialismo interno?

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — É. Se V. Ex^a for ver as contas entre Estados, V. Ex^a chega à conclusão de alguns deles com essa relação, essas contas se quitam por alienação de patrimônios, acertos que se fazem. Agora, tudo isso é um processo que, no meu entendimento, é privativo dos Srs., como representantes dos anseios de todas as regiões do País, os Srs. que representam, vamos dizer, o corte da sociedade brasileira, esse é o grande desafio de buscar esse equilíbrio. O que V. Ex^a disse aí é profundamente verdadeiro: há desperdício de recursos, há desequilíbrios, há injustiças nesse processo. Mas essa é tarefa dos Senhores.

O SR. LOMANTO JÚNIOR — Senti que V. Ex^a não quis entrar no cerne, mas está inteiramente de acordo comigo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Meu caro Dr. Germano Lyra, temos tido uma longa convivência. Tive a honra e o prazer de tê-lo tido como meu Assessor na Carteira de Redescontos do Banco do Brasil e posso, por conseguinte, falar da sua competência, da sua experiência, do seu espírito público e da sua probidade. Afirmando mesmo que bem poucos brasileiros, nesses últimos decênios, acompanhavam tão de perto a evolução das instituições financeiras no Brasil quanto o ilustre conferencista. Durante muito tempo Chefe da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, depois Gerente das Operações Bancárias do Banco Central, Diretor do Setor Bancário do Banco Central, e, nesses últimos decênios, V. Ex^a conviveu, realmente, intimamente com todos os problemas de ordem bancária e financeira deste País. Por isso está em condições de trazer a esta Comissão a contribuição desta vivência dura, tormentosa, difícil, cheia de decepções e, às vezes, com gratas surpresas.

A primeira indagação que faria ao eminente amigo é a seguinte: se, realmente, a estrutura do Banco Central é suficiente para atender aos encargos que lhe deferiu a lei? De início, o Banco Central abarcava a Bolsa de Valores, hoje, felizmente, ele já perdeu o controle sobre as bolsas de valores, mas continua supervisionando os bancos de investimento, os bancos comerciais, as instituições financeiras de todos os outros tipos, cuja existência decorre de concessões ou de permissão do Governo central, tem ainda o controle das operações internacionais, administração da dívida externa, tem ainda a supervisão do câmbio e do comércio exterior na importação, enfim, um complexo imenso, um universo por demais dilatado. E eu perguntaria, então, se o Banco Central está realmente estruturado para atender a todas as suas finalidades na área imensa que ali se fixou para sua jurisdição.

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — Eu colocaria o seguinte: toda a nossa legislação, de certa maneira, foi bastante aproveitada da experiência americana. Então, acho, no meu entendimento hoje, com essa vivência, esse tempo percorrido, que o Banco Central traz, em si, uma coisa que não copiamos da experiência americana, que é a realidade do seu território. O Banco Central é eminentemente regionalizado, ele delibera sobre a vida de todos nós, hoje, aqui de Brasília. Quando se toma uma medida estabelecendo uma cota de exportação sobre a carne, o Rio Grande do Sul quer fazer a sua independência, porque ele não compreende, ele não participa do mercado interno, ele compete com a Argentina e com o Uruguai, e ele se julga discriminado. O que acho é que o Banco Central devia fazer aquilo que se chama robustecer as suas unidades regionais com homens da maior representatividade, no sentido de formar um board, de trazer, realmente, a realidade de todas essas regiões brasileiras para uma seleção de prioridades. O resto, ele tem tudo. No meu entendimento, hoje, o que, vamos dizer, o prejudica talvez seja essa excessiva centralização.

Não sei se respondi a pergunta de V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — V. Ex^a antecipou a outra pergunta que ia lhe fazer que era justamente essa, se (ilegível) medidas que se fazem nos Estados Unidos, de descentralização do Banco Central, não em termos de departamentos administrativos, mas em termos de bancos regionais com inteira autonomia de administração e de apreensão e de desenvolvimento das atividades econômicas dessas regiões.

Finalmente, me custa crer que o problema de cera de carnaúba no Piauí tenha que ficar na dependência de uma decisão do Banco Central. Sempre achei muito mutilante da realidade brasileira essa centralização absorvente, de decisões administrativas na área bancária, dentro de um só organismo centralizante e absorvente. Mas V. Ex^a se antecipou a minha pergunta.

A segunda pergunta que eu queria fazer a V. Ex^a seria a seguinte: o acoplamento do Banco Central com o Banco do Brasil está plenamente realizado?

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — Não. Ainda não foi feita a separação definitiva.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — E acha V. Ex^a que essa separação é aconselhável, ou a impossibilidade da separação decorre de fatores inelutáveis, difíceis de ser transpostos?

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — Acho que é uma opção política.

V. Ex^a viveu isso mais do que ninguém quando se criou a legislação bancária. Isso veio sendo feito em degraus. Está faltando a separação definitiva que o Banco Central tem os poderes suficientes de realmente controlar a emissão de moeda neste País, há, ainda, uma germinação na qual precisa subir-se mais um degrau.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Quer dizer, o Banco do Brasil continua como órgão executivo do Banco Central em setores fundamentais e básicos?

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — Eu não definiria como do Banco Central. O Banco do Brasil executa prioridades do Governo, não é do Banco Central, o Governo é quem decide.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Realmente, a autonomia plena do Banco Central ainda é um problema que demanda meditação, reflexão, ou não se faz disso um mero ato de rotina?

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — Ilustre Senador Tancredo Neves, V. Ex^a tem a experiência e a vivência de todos os cargos públicos dentro do País. O exercício de funções públicas, como a gestão do Banco Central, jamais dá a alguém esse conceito de independência que a legislação procurou estabelecer. Ele sempre depende de um processo de ajustamento, de concessão recíproca, e disso V. Ex^a tem experiência. E eu talvez definiria isso, e isso é conveniente, um órgão excessivamente independente numa função dessas ele talvez pudesse representar um risco maior para a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Eu gostaria de saber de V. S^a se foi durante a sua gestão que se abriu a carteira de desconto para os bancos de investimento e para as sociedades de financiamento e quais os motivos que teriam levado o Banco Central à decisão dessa grave distorção?

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — Os bancos de investimento foram criados, se não me falha a memória, ao redor de 1965, as financeiras vieram de antes. Até aquele período, eles não tinham dimensão dentro da economia. Se a minha memória não me fixa, foi na minha gestão, como Diretor do Banco Central, que nós tivemos que enfrentar as primeiras necessidades de

atender-se algumas instituições não bancárias, com o propósito de resguardar interesses de poupança voluntária privada agregada ao processo. E isso, se não me falha a memória, iniciou-se com um processo no Rio Grande do Sul, nos idos de 1967.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Eu gostaria de ouvir o depoimento de V. Ex^a, pelo domínio que tem do problema: a participação estrangeira nos bancos de investimento trouxe proveitos positivos para a política bancária do País?

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — Eu não tenho superição contra o capital estrangeiro, não. Eu acho que houve contribuição efetiva. A autoridade vem administrando isto, como geralmente em outros países do mundo, através de regras não escritas, dentro de conceitos de reciprocidade. Hoje, nós estamos vendo no País alguns bancos novos abrirem agências nesses países, exatamente dentro desse conceito de reciprocidade, e essa reciprocidade, dentro de conveniências e interesses nossos, nós assistimos hoje no setor financeiro. Um caso típico é a VARIG. A VARIG, quando abre uma linha para determinado país, imediatamente tem a recíproca, há uma frequência do outro lado. E isso vem hoje, de certa maneira, num processo bastante equilibrado. Inicialmente, o processo estava bastante condicionado à expansão do Banco do Brasil para o exterior. Hoje, isso vem sendo feito com unidades no setor privado, que estão também indo para o exterior.

Nos Bancos comerciais não há a permissão da participação estrangeira, até hoje por regra não escrita. Nós herdamos posições de passado, de bancos que vieram para cá há mais de trinta ou quarenta anos, novos estrangeiros, a não ser esses modernos, dentro da troca de reciprocidade.

Nos bancos de investimento, essa participação estabelecida de 1/3 do capital, tenho a impressão de que ela trouxe para nós a abertura de canais de fluxo de capitais altamente interessantes para o País.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Eu queria indagar de V. S^a se a resolução do Banco Central limitando em até 50% o volume de aplicação do banco nacional nos seus empréstimos às empresas estrangeiras, ainda está vigorando.

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — Está sim. Aliás, essa resolução fui eu que a imaginei.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Eu o felicito por isso.

O SR. GERMANO DE BRITO LYRA — Eu me lembro que, na ocasião eu era Diretor do Banco Central e levei essa resolução à reunião do Conselho Monetário Nacional, e foi um choque dentro do Conselho Monetário. Mas, por incrível que pareça, nós tínhamos um diagnóstico naquela ocasião, de que nós tínhamos bancos nacionais com mais de 70% de aplicações com empresas estrangeiras. Então, se conversou naquela ocasião, e eu disse, bem, a regra aí era fazer um rateio, e estabelecemos uma resolução, que foi uma resolução equilibrada, que a própria comunidade internacional financeira não teve como reclamar, mas foi uma forma, também, de abrir aos bancos estrangeiros uma compulsoriedade de diversificarem os seus ativos com empresas nacionais. Essa resolução é válida até hoje, e assim vem sendo administrada. Ainda recentemente, buscou-se acoplar e frear um pouco a presença das empresas públicas no rateio desses acervos financeiros. Mas ela é válida até hoje, Senador Tancredo Neves.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Eu gostaria muito de continuar me esclarecendo com V. S^a, mas o

tempo está avançado e cabe-me apenas agradecer a sua presença e a sua contribuição e não vamos prescindir de sua assessoria para os problemas que nos forem apresentados.

Quero aproveitar a oportunidade para, mais uma vez, agradecer ao Senador Lomanto Júnior a extrema generosidade com que se referiu à minha pessoa. Não foi um

depoimento de justiça, mas realmente a manifestação de uma bondade que consegue ser maior do que a de S. Ex^{ta}

Indago aos Srs. Senadores se têm alguma sugestão a fazer. (Pausa)

Não havendo nenhuma sugestão, comunico aos Srs. Senadores que haverá uma reunião da Comissão ama-

nhã para ouvir o depoimento do eminente Ministro Octávio Gouvea de Bulhões, da eminente economista Maria da Conceição Tavares e do ilustre juriconsulto José Luis Bulhões Pedreira.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 50 minutos.)